



**Marina Deichmann Silva**

Licenciada em Arquitetura e Urbanismo

**A Qualidade de Espaços Públicos  
Associados a Equipamentos Culturais  
- O caso do Museu Nacional dos Coches de  
Lisboa, Portugal**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território**

Orientador: João António Muralha Ribeiro Farinha,  
Universidade Nova de Lisboa,  
Faculdade de Ciências e Tecnologia

Co-orientador: Caio Frederico e Silva,  
Universidade de Brasília

Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira

Arguente: Prof. Doutor Pedro Filipe Pinheiro de Serpa Brandão

Vogais: Prof.<sup>a</sup> Doutora Margarida Angélica Pires Pereira Esteves

Prof. Doutor João António Muralha Ribeiro Farinha



FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**Novembro de 2017**



Universidade Nova de Lisboa  
Faculdade de Ciências e Tecnologia

**A QUALIDADE DE ESPAÇOS PÚBLICOS ASSOCIADOS A  
EQUIPAMENTOS CULTURAIS**

**- O caso do Museu Nacional dos Coches de Lisboa, Portugal**

Marina Deichmann Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo Sustentável e  
Ordenamento do Território

Orientador: João António Muralha Ribeiro Farinha

Co-orientador: Caio Frederico e Silva

**Lisboa, novembro de 2017**

O presente trabalho foi escrito, por opção da autora, utilizando o português do Brasil.

## **INDICAÇÃO DE DIREITOS DE CÓPIA**

“Copyright” Marina Deichmann Silva, FCT/UNL e UNL

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.



## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor João Muralha Farinha agradeço a orientação desta dissertação, todas as sugestões, o apoio, a paciência e o acompanhamento ao longo de todo o trabalho.

Ao Professor Caio Frederico e Silva, co-orientador, que apesar da distância geográfica procurou acompanhar o desenrolar deste trabalho sempre com sugestões positivas.

A minha mãe, meu grande porto seguro, pela paciência, apoio e carinho.

Aos colegas que durante esta trajetória acadêmica se tornaram grandes companheiros e amigos.

E não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste trabalho, o meu mais sincero muito obrigada.





## RESUMO

A presente dissertação apresenta como objetivo compreender como a qualidade de espaços públicos associados a equipamentos culturais pode trazer benefícios para a cidade e sua população.

Através de uma abordagem teórica e conceitual é discutido o principal tema do trabalho: o espaço público. São apresentados seu conceito, sua evolução histórica, possíveis formas de classifica-lo, além das suas dinâmicas de produção e desafios encontrados ao longo do processo. São então exibidas três metodologias que procuram avaliar a qualidade de um espaço público. Quando comparadas e somadas com a abordagem teórica acerca do âmbito cultural, geram orientações para boas práticas para essa tipologia de espaço público.

O estudo do Museu Nacional dos Coches de Lisboa possibilita uma análise mais dinâmica do tema em destaque. Para avalia-lo é utilizado um método composto por diferentes pontos de vista, permitindo uma observação mais verdadeira sobre a importância dada a esse lugar. Como resultado são verificadas que nem todas as características identificadas como fundamentais para essa tipologia de espaço público se encontram presentes de forma satisfatória, indicando que esses espaços não costumam receber a atenção necessária à sua importância.

A elaboração deste trabalho permite concluir que a qualidade de um espaço público associado a um equipamento cultural se define por dois principais fatores: seu projeto e sua gestão. O projeto deve ser desenvolvido de modo a valorizar a apropriação do seu espaço pela população, ao mesmo tempo que a sua gestão deve ser proativa para valorizar o que foi criado e estimular sua apropriação. Adicionando um terceiro fator, é verificada a importância em considerar a população e outros atores locais durante as intervenções no espaço público, buscando satisfazer as necessidades dos seus usuários.

Como produto desta dissertação, são apresentados critérios de orientações para boas práticas que buscam garantir a qualidade dessa tipologia de espaço público. Orientam novos projetos com essa particularidade e auxiliam aqueles que necessitam de intervenções para obter um melhor resultado.

Palavras-chave: **Espaço Público; Equipamento; Museu; Avaliação da qualidade; Urbanismo.**



## **ABSTRACT**

The present dissertation aims to understand how the quality of public spaces associated with cultural equipments can bring benefits to the city and its population.

Through a theoretical and conceptual approach is discussed the main theme of the work: the public space. It presents its concept, its evolution history, possible ways of classifying it, in addition to its production dynamics and challenges encountered throughout the process. Three methodologies are then presented that seek to evaluate the quality of a public space. When compared and added to the theoretical approach about the cultural scope, they generate guidelines for good practices for this typology of public space.

The study of the National Museum of the Cars of Lisbon allows a more dynamic analysis of the theme in focus. To evaluate it is used a method composed of different points of view, allowing a truer observation about the importance given to this place. As a result, it is verified that not all the characteristics identified as fundamental for this type of public space are present in a satisfactory way, indicating that these spaces do not usually receive the necessary attention to their importance.

The elaboration of this work allows to conclude that the quality of a public space associated to a cultural equipment is defined by two main factors: its design and its management. The project must be developed in order to value the appropriation of its space by the population, while its management must be proactive in order to value what has been created and to stimulate its appropriation. Adding a third factor, it is verified the importance in considering the population and other local actors during the interventions in the public space, seeking to satisfy the needs of its users.

As a product of this dissertation, criteria for good practice guidelines are presented that seek to guarantee the quality of this type of public space. They guide new projects with this particularity and help those who need interventions to obtain a better result.

**Keywords: Public space, Public Facilities, Museum, Evaluation of quality, Urbanism**



## ÍNDICE DE MATÉRIAS

1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Enquadramento da Temática .....	1
1.2. Justificação .....	4
1.3. Objetivos .....	5
1.4. Metodologia e Estrutura do Trabalho.....	6
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
2. O ESPAÇO PÚBLICO .....	9
2.1. O Conceito e a Importância do Espaço Público.....	9
2.2. Síntese Histórica .....	14
2.3. Classificação do Espaço Público em Tipologias.....	19
2.4. O Processo de Produção do Espaço Público e seus Desafios .....	24
2.5. A Qualidade do Espaço Público .....	27
2.6. Metodologias de Avaliação da Qualidade do Espaço Público .....	29
2.6.1. Diagrama do Lugar – Project for Public Spaces (2000).....	29
2.6.2. O Chão da Cidade – Pedro Brandão (2002).....	34
2.6.3. 12 Critérios para Determinar um Bom Espaço Público – Yan Gehl (2006) .....	36
2.6.4. Conclusão: Comparativo das Metodologias de Avaliação.....	40
3. O ESPAÇO PÚBLICO ASSOCIADO A EQUIPAMENTOS CULTURAIS .....	43
3.1. A Importância do Equipamento Cultural .....	43
3.2. Equipamentos Culturais e Espaços Públicos .....	45
3.3. Exemplos Ilustrativos de Enquadramento .....	46
3.3.1. Ópera e Ballet Nacional da Noruega, Oslo (2008).....	47
3.3.2. Biblioteca da Universidade de Friburgo, Alemanha (2015).....	49
3.3.3. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1969) .....	51
3.3.4. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa (2016) .....	53
3.4. Conclusão: Critérios de Orientações para Boas Práticas.....	55
<b>PARTE II – ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>65</b>
4. Museu Nacional dos Coches de Lisboa .....	65
4.1. Enquadramento.....	65
4.2. Caracterização da Freguesia de Belém .....	66
4.2.1. Enquadramento Territorial .....	66
4.2.2. Síntese Histórica .....	68
4.2.3. População e caracterização social.....	69
4.2.4. Edificações, Equipamentos e Usos.....	69

4.2.5.	Centro Cultural e Monumental .....	70
4.2.6.	Análise final da Freguesia de Belém .....	71
4.3.	O novo Museu Nacional dos Coches.....	72
4.3.1.	Caracterização Territorial .....	72
4.3.2.	Síntese Histórica .....	73
4.3.3.	O Projeto do Museu.....	75
4.3.4.	O Projeto do Espaço Público Associado ao Museu .....	80
4.4.	A Qualidade do Espaço Público do Museu Nacional dos Coches .....	83
4.4.1.	Apreciação dos Atores Envolvidos na Produção do Espaço .....	85
4.4.2.	Apreciação dos Utentes do Espaço .....	88
4.4.3.	Apreciação Técnica com Base nos Critérios de Orientações para Boas Práticas .....	91
4.5.	Resultados Estudo de Caso .....	101
4.5.1.	Crítica Utilização Critérios de Orientações para Boas Práticas.....	105
5.	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES .....	107
5.1.	Conclusões.....	107
5.2.	Limitações do trabalho .....	109
5.3.	Recomendações Futuras.....	109
	REFERÊNCIAS.....	111
	ANEXOS .....	115
	A. Checklist dos critérios específicos, “O chão da Cidade”, Brandão (2002).....	115

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. “Diagrama do lugar” adaptado para português (Project for Public Places, 2002) .....	31
Figura 2. Ópera e Ballet Nacional da Noruega e seu entorno.....	47
Figura 3. Ópera e Ballet Nacional da Noruega.....	47
Figura 4. Ópera e Ballet Nacional da Noruega.....	48
Figura 5. Biblioteca da Universidade de Friburgo e seu entorno.....	50
Figura 6. Biblioteca da Universidade de Friburgo.....	50
Figura 7. Biblioteca da Universidade de Friburgo.....	50
Figura 8. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa .....	52
Figura 9. Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa .....	52
Figura 10. Anfiteatro ao ar livre da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.....	52
Figura 11. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa.....	54
Figura 12. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa.....	54
Figura 13. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa.....	54
Figura 14. Mapa formado pelas freguesias de Lisboa. Em tons de amarelo, a Zona Ocidental, em destaque, a Freguesia de Belém.....	67
Figura 15. Mapa da Zona Ocidental de Lisboa, em destaque, a localização do MNC .....	67
Figura 16. Imagem aérea da Freguesia de Belém, em destaque, o MNC .....	67
Figura 17. Imagem aérea da zona de situação do Museu Nacional dos Coches .....	72
Figura 18. Imagem aérea do lote de implantação do Museu Nacional dos Coches.....	73
Figura 19. Edifício que abriga o Picadeiro Real .....	74
Figura 20. Interior do edifício que abriga o Picadeiro Real .....	74
Figura 21. Nova sede do Museu Nacional dos Coches .....	77
Figura 22. Imagem aérea da implantação do MNC .....	77
Figura 23. Planta baixa do piso térreo do MNC, destaque para a zona em cinza, superfície de acesso livre a toda a população .....	77
Figura 24. Fachada pavilhão principal voltada ao Jardim Afonso de Albuquerque.	
Figura 25. Esplanada criada em frente a cafeteria em frente ao Jardim Afonso de Albuquerque.....	78
Figura 26. Corredor de circulação que liga o passeio da Avenida da Índia até a praça interna do MNC .....	79
Figura 27. Pórtico criado entre o pavilhão principal e o anexo .....	79
Figura 28. Edifício anexo .....	80
Figura 29. Pórtico criado entre o pavilhão principal e o anexo, observado a partir da praça interna do museu .....	80
Figura 30. Praça interna do museu e seu limite com as traseiras das edificações ao longo da Rua da Junqueira.....	81
Figura 31. Espaço público imediato ao auditório .....	82
Figura 32. Imagem aérea do MNC e sua envolvente .....	85
Figura 33. Parque de estacionamento do MNC.....	87
Figura 34. Edificações situadas ao longo da Rua da Junqueira voltadas para a praça interna do museu .....	87
Figura 35. Passeio ao longo da Avenida da Índia.....	93
Figura 36. Passeio em frente à Praça Afonso de Albuquerque .....	93
Figura 37. Desnível entre o espaço público e a Rua da Junqueira .....	94
Figura 38. Rampa de acesso ao espaço público a partir da antiga Rua da Alfandega .....	94
Figura 39. Zona do espaço público que recebe um maior número de usuários .....	95
Figura 40. Espaço público que possui ligação direta com o auditório .....	97





## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Tipologias do espaço público segundo CCDR-LVT (2001).....	20
Tabela 2. Tipologias do espaço público segundo Mora (2002) .....	22
Tabela 3. Tipologias do espaço público segundo DGOTDU (2008) .....	23
Tabela 4. Avaliação qualitativa de orientações de projeto face a critérios gerais (Brandão, 2002) .....	35
Tabela 5. Tabela resumo com os critérios de Yan Gehl (2006) .....	39
Tabela 6. Quadro comparativo metodologias de avaliação.....	42
Tabela 7. Grupo dos critérios de orientações para boas práticas .....	56
Tabela 8. Critérios de orientações e principais questões a observar .....	62
Tabela 9. Quadro resumo apreciação técnica .....	100



## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS**

APO:	Avaliação Pós-Ocupação
CCRLVT:	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
CML:	Câmara Municipal de Lisboa
DGOTDU:	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC:	Direção Geral do Património Cultural
EP:	Espaço Público
JFB:	Junta de Freguesia de Belém
MAAT:	Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia
MNC:	Museu Nacional dos Coches
OGME:	Oficinas Gerais do Material de Engenharia
PMR:	Paulo Mendes da Rocha
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Enquadramento da Temática

O mundo tem se tornado cada vez mais globalizado, conectado e urbanizado. Segundo dados do relatório “Word Urbanization Prospects”, elaborado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU), 54% da população mundial vive em áreas urbanas. Em 1950 esse número era de 30% e a perspectiva para 2050 é que 66% da população mundial seja urbana (United Nations, 2015). O documento “Cities of Tomorrow: Challenges, visions, ways forward” (European Union, 2011) afirma que a Europa é um dos continentes mais urbanizados do mundo, onde mais de 70% da população vive em áreas urbanas.

As propensões mundiais demonstram que a urbanização continuará crescendo em escala e velocidade nas próximas décadas, trazendo mudanças profundas para os centros urbanos. O crescimento urbano rápido e não planejado em muitos países exige que as cidades desempenhem um papel vital no desenvolvimento de soluções para os seus próprios desafios face a esse processo. Caso as infraestruturas necessárias não forem desenvolvidas de modo a suprir a demanda, ou se as políticas não sejam implementadas de forma a proteger o meio ambiente e garantir que os benefícios da vida da cidade sejam compartilhados de maneira equitativa, este processo pode ameaçar fortemente o desenvolvimento sustentável das cidades. Nesse sentido é possível citar problemas para a habitação, para as infraestruturas, os transportes, os serviços básicos como a educação e os serviços de saúde, além de gerar um aumento do índice de desemprego, da desigualdade social, da discriminação e da violência. (United Nations, 2015)

As tendências da urbanização estão integralmente ligadas ao desenvolvimento sustentável e com um bom planejamento e administração, a crescente afluência de pessoas em áreas urbanas pode trazer vantagens para a cidade. A consequente concentração de infraestruturas diminui a quantidade de deslocamentos, a densidade garante a viabilidade de transportes públicos frequentes e acessíveis, e uma maior economia nas redes de gás, eletricidade, água e saneamento. A urbanização pode ainda facilitar o desenvolvimento econômico e social da cidade, além de oferecer oportunidades para mitigar os impactos adversos que atingem o meio ambiente através do consumo e da produção em massa. (United Nations, 2015)

A partir desse cenário, é verificado um crescimento no número de acordos, diretrizes e legislações elaborados no âmbito global que buscam incentivar um desenvolvimento mais sustentável das cidades. O conceito de desenvolvimento sustentável é muito mais amplo que o de proteção ambiental

como o próprio termo sugere. Este compreende tanto a dimensão económica como a social, buscando tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. O planeamento territorial com critérios de desenvolvimento sustentável traz vantagens para a cidade através de um desenvolvimento socioeconómico mais equilibrado, de uma gestão responsável dos recursos naturais e de uma maior proteção do meio ambiente, de uma utilização mais racional do território, além de uma melhora na qualidade de vida da população. (Higueras, 2007)

Em relação ao termo “qualidade de vida”, vale ressaltar que a expressão é frequentemente presente nos assuntos referentes a cidades contemporâneas, sendo incorporada desde o vocabulário popular até o técnico e apresentando várias conotações. Coloca-se que bem-estar e qualidade de vida são sinônimos ou que, pelo menos, um exerce interferência sobre o outro. O termo qualidade de vida é uma concepção que envolve parâmetros das áreas de saúde, arquitetura, urbanismo, lazer, gastronomia, desportos, educação, meio ambiente, segurança pública e privada, entretenimento, novas tecnologias e tudo o que se relacione com o ser humano, sua cultura e seu meio. O senso comum se apropriou dessa expressão de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem económica, social ou emocional. O fato é que essa expressão afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar. (Almeida et al, 2012)

As cidades então desempenham um papel vital como locais de bem-estar, de conectividade, de criatividade, de inovação e como motores da economia. A maneira com que o seu próprio desenvolvimento ocorre determinará o seu futuro desenvolvimento económico, social e territorial (European Union, 2011). Assim, o desenvolvimento urbano sustentável se torna cada vez mais exigido na busca por uma urbanização positiva e benéfica, resultando numa maior valorização da própria cidade. Se faz cada vez mais necessário planejar e gerir a cidade como um sistema integrado em busca desse objetivo (Higueras, 2007).

Os profissionais ligados a elaboração, gestão e demais responsabilidades acerca do planeamento das cidades são considerados atores fundamentais durante a dinâmica da urbanização das cidades e gradualmente são mais requisitados e valorizados. Os profissionais buscam valorizar as potencialidades e diminuir as ameaças que esse processo pode ocasionar, coordenando e definindo estratégias para a cidade crescer da melhor forma. O papel dos profissionais especializados é importante, mas é fundamental que as estratégias identificadas sejam aplicadas nas cidades, seja através de alterações no formato da sua administração ou através da espacialização dos conceitos pretendidos no seu próprio tecido urbano. É verificada uma maior responsabilidade no papel que a própria cidade possui em agir face às próprias estratégias estabelecidas.

Brandão (2011) defende que a arquitetura e o desenho urbano são uma maneira de comunicação através das suas formas, como uma linguagem própria e como um discurso que produz sobre a evolução e os significados da cidade. Entende-se assim a importância que a arquitetura e o desenho urbano possuem como reflexo das decisões tomadas enquanto cidade como um sistema integrado.

No desenho urbano da cidade, o espaço público se destaca na malha urbana por ser considerado desde a sua origem o elemento responsável pela estruturação da cidade, se tornando a base para o crescimento e para a qualidade do espaço urbano. É através da forma como as diferentes sociedades ao longo do tempo se apropriam desse lugar que é constatado como o espaço público é o reflexo direto da sociedade que o habita, espacializando os seus valores dos universos político, económico, religioso e social. (Silva, 2012)

As sociedades da cidade contemporânea são caracterizadas por uma vida diária que acontece na esfera privada, em casas privadas, carros privados, em espaços de trabalho privados e em centros comerciais estritamente controlados e privatizados. Ao mesmo tempo que são visualizados sinais claros de que a cidade e os espaços urbanos receberam um novo e influente papel como espaço e fórum públicos. Em contraste aos diversos espaços privados, a oportunidade das pessoas em utilizarem seus sentidos e interagirem diretamente com seu entorno, vem tornando-se atrativa para a população. A sociedade tem conferido novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro, valorizando cada vez mais o espaço público e o que ele proporciona para as pessoas e para toda a comunidade. (Gehl, 2002)

O espaço público também atua a níveis intangíveis na relação com a sua comunidade, sendo capaz de reforçar a identidade de um lugar através da criação de referências simbólicas (Brandão, 2008), ou através da busca por antigas lembranças marcadas na história do lugar.

O processo evolutivo e a importância do espaço público nas dinâmicas das cidades constituem um importante tema de reflexão a nível da arquitetura e do desenho urbano (Silva, 2012). Espaços públicos de elevada qualidade, bem projetados e bem geridos podem desempenhar um papel crucial na promoção do bem-estar de cada indivíduo, contribuindo positivamente para as cidades em termos sociais, económicos e ambientais. São vastos os benefícios trazidos por estes espaços, identificados e revelados por diversos investigadores das mais variadas valências, contextos geográficos e épocas (Fernandes, 2012). A forma como o espaço público se relaciona com as transformações físicas e sociais da cidade vem sendo objeto de um maior interesse no contexto contemporâneo, quando se começa a pôr em questão a qualidade urbana e as condições de vida na cidade, buscando um desenvolvimento sustentável e tornando o espaço público um elemento essencial nas estratégias propostas para a cidade.

Nesse contexto, além do espaço público, a cultura e os equipamentos culturais também têm se destacado nas cidades atuais. Essa dinâmica pode ser verificada através do documento elaborado pela UNESCO (2016) intitulado “Culture: Urban Future”. O relatório apresenta evidências sobre como as políticas de desenvolvimento alinhadas com a promoção e proteção da cultura e do patrimônio podem beneficiar as cidades, tornando-as mais prósperas, seguras e sustentáveis. O documento ainda afirma que a cultura precisa ser plenamente integrada às estratégias urbanas para assegurar sua sustentabilidade, bem como uma melhor qualidade de vida para os residentes. (UNESCO, 2016). Podemos constatar que, a nível local, a cultura pode trazer um grande impacto para a cidade, nomeadamente no crescimento econômico e na diversificação social. A cultura saiu do museu e ocupa os passeios marítimos, os edifícios abandonados e também o espaço público das cidades. É a cultura que se expressa “na rua”, que é democrática e acessível a todos, que tem o verdadeiro poder de mudança através da contaminação da envolvente que propicia, criando novos núcleos dinamizadores da cidade e combatendo os efeitos negativos da urbanização. (Silva, 2012)

Higueras (2007) defende que os efeitos da urbanização sobre o território geram consequências diretas no ar, na água, no solo e no subsolo dos centros urbanos, isto é, refletem diretamente no meio ambiente e na qualidade de vida da população. Possivelmente, um dos maiores desafios dos profissionais responsáveis pelo planeamento das cidades seja intervir de forma a encontrar estratégias para tirar o melhor proveito dessa dinâmica, e saber utilizar elementos chave como os espaços públicos e os equipamentos culturais como estratégias para melhorar a situação atual e garantir um bom resultado para o futuro.

## 1.2. Justificação

O espaço público apresenta uma importante relevância na vida das cidades contemporâneas. O seu planeamento e gestão adequados são fundamentais para as áreas urbanas atingirem maiores índices de um desenvolvimento sustentável, conceito tão requisitado em um mundo cada vez mais urbanizado. Os espaços públicos são também considerados lugares de troca, de encontros e vivências múltiplas, são lugares de vida pública onde a população se relaciona diretamente com a vida urbana e pode exercer seus valores de cidadania.

O modo com que o espaço público é considerado e priorizado pela administração pública, pelas pessoas e pela própria sociedade em geral determina diretamente como este será moldado. Da mesma forma que as particularidades do espaço público influenciam diretamente na maneira como as pessoas percebem, se apropriam, usufruem e se beneficiam desse espaço. Essa dinâmica é essencial para compreender que o espaço público é fundamental na estruturação das cidades, considerados como



uma via de duas mãos, onde estes espaços são considerados influenciados pela cidade e ao mesmo tempo são influenciadores da cidade. A aplicação dos conceitos do urbanismo contemporâneo no espaço público é uma atitude benéfica para as cidades, sua população e o meio ambiente.

No âmbito de destacar neste trabalho uma tipologia do espaço público, optou-se por aqueles que são vinculados diretamente a equipamentos culturais. A cultura tem sido evidenciada em diversos documentos quando se busca novas estratégias para planejar e gerir de melhor forma as cidades contemporâneas. Os equipamentos culturais além de reafirmarem a identidade do local, apresentam como qualidade a atração de um elevado número de pessoas, sejam residentes ou turistas, e se destacam de forma única na malha urbana da cidade.

Dessa forma são reunidos neste trabalho dois elementos de elevada relevância para a cidade, o espaço público e o equipamento cultural, e é nesse tema que a presente dissertação se debruça. O interesse neste tema manifestou-se quando, durante meu percurso acadêmico, desejei confrontar as lições praticadas durante minha graduação em Arquitetura com os conceitos exercidos no mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território. Meu propósito com este estudo é verificar se os princípios teóricos do urbanismo que são ligados diretamente aos desafios atuais das cidades estão sendo considerados pelos arquitetos em seus projetos de grande escala, como os de equipamentos públicos e mais precisamente os de âmbito cultural. Frequentemente esse tipo de projeto é considerado icônico no âmbito da arquitetura, e a intenção desse trabalho é avaliar e refletir sobre a qualidade dos espaços públicos que são vinculados diretamente a esses equipamentos culturais.

### 1.3. Objetivos

O principal objetivo que orienta esta dissertação é compreender como a qualidade de espaços públicos associados a equipamentos culturais, caracterizados por uma elevada atratividade de pessoas, pode trazer benefícios para a cidade e sua população. E também propor orientações de boas práticas para garantir a qualidade de espaços públicos com essa tipologia.

A partir do objetivo geral definido, os objetivos específicos são:

- Identificar e contextualizar conceitos teóricos relacionados ao espaço público, assim como caracterizar sua evolução histórica, tipologias, formas de produção e gestão, além dos obstáculos enfrentados ao longo desses processos;
- Demonstrar a relevância de um espaço público de qualidade e apresentar ferramentas e metodologias já existentes que possuam como objetivo avaliar a qualidade de espaços públicos, apontando quais são os critérios comuns identificados nas metodologias;

- Contextualizar conceitos teóricos referente a importância do âmbito cultural nas cidades contemporâneas, e relacionar os equipamentos culturais aos espaços públicos, apresentando exemplos sobre o tema para melhor contextualização;
- Elaborar, a partir da experiência investigativa, critérios de boas práticas cujo objetivo é orientar para uma maior qualidade dos espaços públicos, especificamente nos casos em que estes são vinculados a equipamentos culturais. Integrando assim os pontos comuns identificados como fundamentais em espaços públicos de alta qualidade com a particularidade das características relacionadas ao âmbito cultural;
- Testar as orientações de boas práticas aplicando-as em forma de apreciação técnica num estudo de caso específico, o MNC . E, deste modo igualmente avaliar o estudo de caso de forma aprofundada que permita aferir se o referido objeto de estudo possui características que o tornem um espaço público de elevada qualidade enquanto associado a um equipamento cultural. Há assim dois elementos em teste: a robustez das orientações de boas práticas e a qualidade do caso de estudo;
- Refletir sobre a temática abordada, sobre a robustez das orientações de boas práticas e estabelecer recomendações para trabalhos futuros. Apontam-se pistas para incentivar melhores processos de intervenções em espaços públicos associados a equipamentos culturais com o objetivo de obter um desenvolvimento urbano mais sustentável e aumentar a qualidade de vida da população urbana.

#### 1.4. Metodologia e Estrutura do Trabalho

A metodologia seguida no presente trabalho de investigação estruturou-se em diferentes etapas, iniciando-se com uma profunda pesquisa bibliográfica e com a seguinte identificação de potenciais casos de estudo. A seleção final incidiu sobre o Museu Nacional dos Coches de Lisboa. Este caso foi escolhido por se enquadrar no tema em desenvolvimento, mas também, por apresentar características atrativas para esta análise. O equipamento cultural em questão apresenta alta relevância no cenário português, é considerado o museu mais visitado do país e possui como vantagem ser localizado no município de Lisboa, facilitando o acesso as suas informações e dinâmicas.

O conteúdo deste trabalho divide-se em cinco capítulos organizados em duas partes. Assim, esta dissertação é estruturada da seguinte forma:

- A presente introdução (capítulo 1) é uma breve apresentação do estudo e possui como finalidade proporcionar ao leitor um panorama sobre a problematização do tema. É também destacado aqui as principais intenções e objetivos propostos, assim como as etapas presentes para o desenvolvimento deste trabalho.

- A primeira parte do conteúdo dessa dissertação é intitulada “Enquadramento Teórico” e diz respeito aos dois capítulos seguintes (capítulo 2 e capítulo 3). Procura-se exibir uma abordagem teórica e conceitual acerca do tema escolhido: o espaço público e o âmbito cultural. Esta etapa do trabalho é desenvolvida através de uma ampla pesquisa bibliográfica com o objetivo de relacionar diferentes autores que, a partir de seus pensamentos, estudos, convicções e experiências, também discorrem sobre os conteúdos propostos. Nesta etapa também são brevemente apresentados quatro exemplos de espaços públicos vinculados a equipamentos culturais. Os primeiros dois casos apresentados são situados no contexto europeu, a Ópera e Ballet Nacional da Noruega em Oslo (2008) e a Biblioteca da Universidade de Friburgo, na Alemanha (2015). Os outros dois são localizados no contexto português e na cidade de Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian (1969) e o Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (2016). É importante ressaltar que como produto final dessa primeira parte da dissertação, são apontadas orientações de boas práticas para espaços públicos associados a equipamentos culturais de modo a buscar uma elevada qualidade para essa tipologia de espaço público.

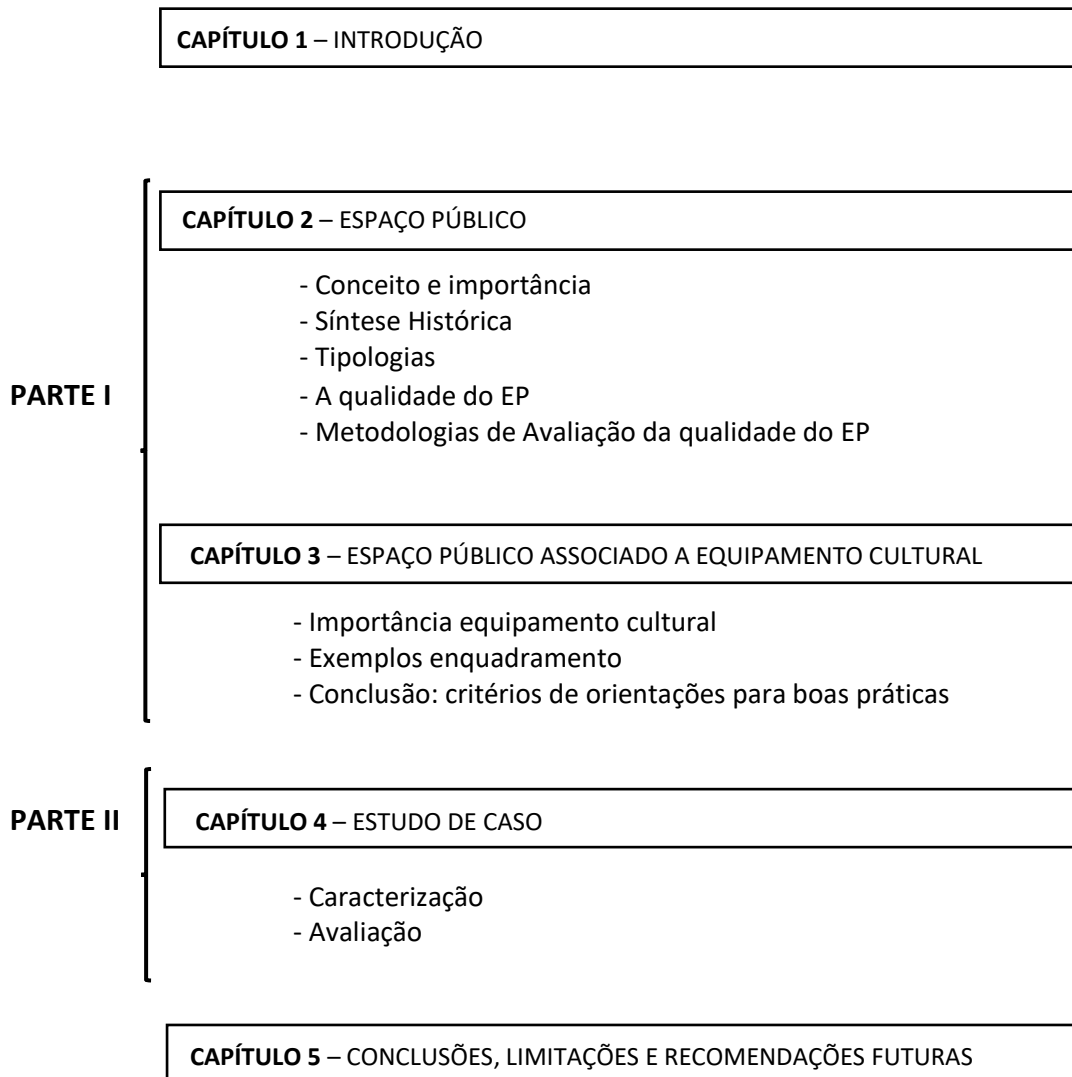
- A segunda parte (capítulo 4) diz respeito ao estudo de caso selecionado. É apresentado o objeto de estudo em destaque e posteriormente conduzida uma análise completa do Museu Nacional dos Coches de Lisboa. O método utilizado para avaliação será constituído por três componentes: (i) a apreciação pelos atores envolvidos na produção do espaço; (ii) a apreciação pelos utentes do espaço; e (iii) a apreciação técnica com base nos critérios de qualidade identificados no capítulo anterior. O objetivo de desenvolver a metodologia com base em três pontos de vista diferentes é buscar um resultado bastante próximo ao da realidade, verificando se o espaço público possui uma boa qualidade e se corresponde às exigências e expectativas da população.

As informações obtidas durante a elaboração do estudo de caso somadas a diversas visitas in loco, levantamentos fotográficos e observações sobre a dinâmica do lugar, são responsáveis pelo encerramento do capítulo: uma conclusão específica acerca da qualidade do espaço público do MNC. A conclusão do estudo de caso dará pistas para a próxima etapa do trabalho, a conclusão final e suas reflexões sobre o tema abordado.

- O último capítulo (capítulo 5) diz respeito à conclusão: este é o resultado final da investigação e onde é verificado se os objetivos iniciais propostos foram alcançados. Além de apresentar as principais conclusões e reflexões acerca do tema, são apontados os contributos retirados do desenvolvimento deste trabalho e algumas recomendações para o futuro.

Integram-se ainda as referências e os anexos do trabalho.

Para melhor visualização da estruturação desta dissertação é elaborado o esquema:



## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **2. O ESPAÇO PÚBLICO**

Este capítulo apresenta a revisão bibliográfica dos assuntos relacionados ao principal tema deste trabalho, o espaço público. O seu significado é considerado complexo, alterando a partir de algumas variantes. Assim, são aqui apresentados conceitos a partir de diferentes autores, que juntos buscam encontrar pontos e características comuns no significado do espaço público, independente da abordagem. São apresentadas as abordagens de: Alex (2008), Araújo (2007), Borja (2000), (Monteiro, 2010), Brandão (2011), Gomes (2002), Tuan (1930), Mora (2002), Fernandes (2012), Almeida (2004), Gehl (2006), a organização *Project for Public Space* (2017), etc.

Em seguida será apresentada uma breve síntese histórica sobre a evolução dos espaços públicos por meio das épocas mais relevantes da história da humanidade, verificando como o espaço público se transformou ao longo do tempo.

O espaço público é então classificado em tipologias a partir de suas características específicas. Neste trabalho são selecionadas e apresentadas três metodologias de classificação do espaço público: a primeira elaborada pela CCDR-LVT (2001), a segunda por Mora (2002) e a terceira pelo DGOTDU (2008). O objetivo em apresentar diferentes formas de classificar um espaço público é demonstrar a vasta possibilidade de opções disponíveis para realizar esta classificação, e que estas dependem diretamente da perspectiva de quem analisa e interpreta esse espaço.

Após essa abordagem, é realizada uma apreciação sobre as dinâmicas da produção de espaços públicos, seus responsáveis e os desafios encontrados durante esse processo.

Por fim, são apresentados os conceitos referentes a qualidade do espaço público e alguns obstáculos para o seu bom funcionamento. São exibidas três metodologias de avaliação da qualidade do espaço público, demonstrando que a qualidade de um espaço pode ser verificada a partir de diferentes âmbitos, dependendo do ponto de vista. A primeira metodologia apresentada é elaborada pela *Project for Public Space* (2000), a segunda por Brandão (2002) e a terceira por Gehl (2006). Para finalizar, os três métodos serão comparados para buscar características comuns, independente da abordagem, e eventualmente colmatar potenciais lacunas.

#### **2.1. O Conceito e a Importância do Espaço Público**

O espaço público enquanto conceito teórico apresenta um significado complexo, tem sido estudado e definido ao longo dos tempos por diversas áreas e pelos mais variados autores. Sua percepção e

definição alteram de acordo com os contextos geográficos, históricos e sociais. E apesar das variantes, são identificadas características comuns em todas as abordagens. Dessa forma, são expostos conceitos através da revisão bibliográfica de autores da atualidade, que apresentam as mesmas influências de pensamentos e correntes ideológicas, com o objetivo de identificar uma linha comum e elaborar uma melhor definição acerca do tema em destaque, o espaço público.

Para a Comissão de Coordenação Regional Norte (1998), no “Glossário de Termos”, a terminologia utilizada para espaço público é apresentada a partir de uma definição bastante simples, é definido o espaço público como uma parte do domínio público não edificada, que afeta diretamente o uso público. Para Alex (2008), o conceito é interpretado como a palavra “público” indica, que os locais que concretizam esse espaço são abertos e acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas. Araújo (2007) descreve o espaço público como todo o espaço confrontante com os limites privados e cuja utilização se destina à população em geral, de acesso e uso livres por parte de qualquer indivíduo.

Borja (2000) defende que o espaço público possui como conceito formal ser de propriedade do Estado (da Administração Central, das regiões autônomas ou das autoridades locais), ou que este possui o poder de domínio sobre o solo. Além de também possuir uma regulamentação específica que estabelece condições de uso e atividades para esse local, garantindo a acessibilidade a todos. O autor complementa a definição afirmando que o espaço público é considerado a separação formal entre a propriedade privada e toda a propriedade pública, e que normalmente possui seu solo livre de qualquer construção.

Para possibilitar uma melhor compreensão do significado de espaço público, se mostra relevante uma breve abordagem ao entendimento sobre propriedade privada e propriedade pública, além dos conceitos de domínio público e domínio privado. Essa temática apresenta um elevado nível de complexidade pelas diferentes matizes de parcerias público-privadas, e pode envolver inúmeras dinâmicas com elevadas potencialidades na gestão da cidade.

Como o próprio nome sugere, propriedade privada é toda aquela de caráter particular, que assegura ao titular dos bens o direito de gozar e dispor da maneira mais absoluta, desde que não se faça dela uso proibido pelas leis e regulamentos. Por outro lado, a propriedade pública é caracterizada como toda aquela que não é privada e é considerada como um “bem público”, pertencente a Administração e gerida pelos seus representantes. (Monteiro, 2010)

A propriedade pública pode ser considerada tanto de domínio privado como de domínio público. A propriedade pública de domínio privado é aquela que apesar da gestão pública, seu acesso é restrito. Como exemplo, edifícios da administração pública como ministérios, escolas e outros equipamentos.

No entanto, a propriedade pública de domínio público pode ser representada pelos espaços públicos, que apresentam gestão pública, mas possuem livre acesso a toda a população.

Nesse sentido, há a possibilidade de as entidades públicas e privadas fazerem acordos para a gestão e uso do espaço, do tipo parcerias público-privadas. Esse tipo de parceria tem recebido destaque nas cidades contemporâneas quando a administração pública não possui recursos necessários para uma operação de requalificação urbana, para manter, gerir ou mesmo disponibilizar determinados espaços com qualidade, e assim recorre para a parceria com privados. Como benefício, as entidades privadas, quando bem organizadas, podem através dessa situação valorizar suas propriedades adjacentes a esses espaços. Assim, sob determinadas regras e condições, um espaço de propriedade pública e de domínio público poderá ser concessionado a entidades privadas que fazem a sua manutenção, gestão e uso, além de garantir o acesso público segundo determinadas regras de utilização.

Ocorrem também situações onde espaços de propriedade privada possuem acesso público segundo regras pré-estabelecidas no seu licenciamento ou à posteriori. É o caso dos espaços em centros comerciais, parques de estacionamento, estádios de futebol e recintos de espetáculos.

Para ambas as situações, há regras específicas que regem todos os usos permitidos, assim como os direitos e deveres das partes envolvidas: a Administração pública, as entidades privadas e os cidadãos. São assim criados novos desafios e oportunidades para esse tipo de dinâmica que apresenta como potencialidade a requalificação, a gestão dinâmica e proativa de espaços públicos.

De volta ao conceito de espaço público, é demonstrado que de forma simplificada este pode então ser definido como um espaço físico que apresenta domínio público, que permite ser usufruído e de livre acesso por parte de qualquer cidadão. Entretanto, através de outras referências bibliográficas é possível perceber que o espaço público apresenta também outras características notáveis de atenção.

Segundo Borja (2000), o espaço público não é apenas um espaço vazio considerado público simplesmente por razões jurídicas, ou tampouco um espaço residual entre ruas e edifícios. O autor defende que o espaço público é considerado um espaço físico, simbólico e político, sendo o principal tema do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. Brandão (2011) defende o espaço público como o fundador da forma urbana e um bem coletivo da comunidade, já que é o espaço 'entre edifícios' que configura o domínio da socialização e da vivência comum.

Gomes (2002) ressalta que a concepção do espaço público, além da ideia de liberdade e igualdade, e que tenha como base a separação do privado ou a delimitação jurídica, ou mesmo a garantia do acesso livre, é insuficiente para definir o caráter fundamentalmente formal de seu significado. Para o autor, as principais características de um espaço público são aquelas que têm relação direta com a vida pública. E para que as atividades públicas aconteçam nesse lugar é necessário que se estabeleça uma

copresença de indivíduos. Gomes define o espaço público como um lugar de sociabilidade, como um cenário da vida pública em que se exercita a arte da convivência. Borja (2000) também defende a dimensão cultural do espaço público, o autor o considera um lugar de contato entre as pessoas, relacionamento e identificação, animação urbana, e expressão da comunidade.

Quando analisada a diferença entre espaço e lugar, Tuan (1930) defende que os lugares definem o espaço, dando-lhe personalidade, um lugar atinge realidade concreta quando a experiência com ele é total, através de todos os sentidos. Um lugar pode adquirir profundo significado para uma pessoa através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos, enquanto um espaço é apenas uma delimitação física. Assim, mesmo com a denominação de espaço público, este pode apresentar um significado mais profundo, que vai além de um espaço para se transformar em um lugar.

Mora (2002) apresenta o espaço público como um espaço físico adequado para a vida pública e para o desenvolvimento das necessidades coletivas, além de possuir expressão cultural, social, artística, simbólica e religiosa. De acordo com a autora, o espaço público possui diversas funções, e as que considera as mais importantes são: permitir a circulação de pessoas, bens e serviços; oferecer espaços para diversas atividades produtivas; permitir a interação entre os cidadãos, representando manifestações de uma sociedade e de um momento histórico; e a função recreativa, pilar fundamental da socialização humana.

Conforme constatado, o espaço público além de apresentar características físicas específicas é considerado um lugar, local de encontro, de reuniões, de vivências entre amigos e familiares. O espaço público se torna um cenário para a vida das comunidades, um elemento determinante nas relações interpessoais da população.

Além de cenário para a vida pública, o espaço público pode também influenciar a forma como a população interage entre si. É visto que a população influencia e altera o espaço assim como este a influencia e a muda. Esta relação torna-se, portanto, um processo contínuo de dois sentidos no qual as pessoas criam e modificam o espaço, enquanto que ao mesmo tempo estão a ser influenciadas por esses espaços. Assim, ao intervirem em um espaço público, os projetistas urbanos influenciam os padrões da atividade humana e, conseqüentemente, da vida social. É defendido que os fatores físicos não são exclusivos nem necessariamente uma influência dominante no comportamento humano, contudo, o que as pessoas são capazes de fazer é limitado pelas oportunidades disponibilizadas pelo ambiente envolvente. (Carmona et al, 2010 apud Fernandes, 2012)

Em relação a outro importante âmbito do espaço público, Brandão (2011) defende que as cidades no cenário contemporâneo necessitam promover a sua identidade e as suas qualidades para se afirmarem



e diferenciarem numa rede urbana cada vez mais competitiva. Neste contexto, os espaços públicos assumem também uma importância crescente no marketing das cidades.

Almeida (2004) descreve como marketing das cidades os processos sociais e de gestão, que são desenvolvidos nas cidades para atender à satisfação das necessidades e desejos dos indivíduos e das organizações. A autora ainda enfatiza como o marketing ajuda a preparar as cidades para um futuro incerto, além de que a união entre o marketing e as suas ferramentas possibilitam uma adaptação mais rápida às condicionantes externas, conduzindo uma diferenciação das cidades em relação a outras cidades concorrentes.

O espaço público, enquanto elemento fundamental de estruturação da cidade e de qualificação do ambiente urbano, não é considerado apenas um indicador de qualidade urbana. O espaço público é também um instrumento privilegiado da política urbana para fazer cidade sobre a cidade, para qualificar as periferias, para manter e renovar os antigos centros e produzir novas centralidades, para conectar o tecido urbano e também para valorizar as infraestruturas. (Borja, 2000)

A “Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis”, elaborado pela União Europeia (2007), também confere elevada relevância aos espaços públicos. O documento busca promover uma organização territorial equilibrada das cidades europeias através de um desenvolvimento urbano integrado, apontando como uma de suas estratégias de ação a criação e preservação de espaços públicos de qualidade. Os espaços públicos, as paisagens culturais urbanas, a arquitetura e o urbanismo são apresentados como elementos determinante das condições de vida das populações urbanas, são considerados importantes para atrair as indústrias do conhecimento, a mão-de-obra qualificada e criativa, além do turismo.

Entre os benefícios decorrentes da criação de bons espaços públicos nos centros urbanos, conforme alguns já citados, há outros diversos que beneficiam diretamente ou indiretamente tanto a cidade, como sua população. Nesse sentido, a organização *Project for Public Space* (2017) elege dez benefícios que considera como os principais:

1. Apoiar as economias locais
2. Atrair investimento
3. Atrair turismo
4. Promover atividades culturais
5. Encorajar voluntariado
6. Reduzir o crime
7. Melhorar a segurança pedonal
8. Aumentar o uso de transportes públicos

9. Melhorar a qualidade de saúde pública ao melhorar a qualidade de circulação pedonal
10. Melhorar e proteger o ambiente

Como demonstrado por diversos autores e pontos de vistas, é notável a importância e os benefícios da implantação de espaços públicos nas cidades contemporâneas, razões que justificam a sua existência e que o sustentam como indispensáveis no ordenamento do território dos centros urbanos.

## 2.2. Síntese Histórica

“A cidade, tal como a realidade histórica, nunca é independente das etapas por que passou na sua evolução: é uma atualização dessas etapas e a sua projeção em direção ao futuro.” (Goitia, 1982)

A partir das primeiras civilizações que se tem registro, é possível perceber que a forma das cidades decorre em um primeiro momento a partir das condições topográficas do território em que esta se estabelece. Posteriormente é resultado das características da própria comunidade, como sua evolução técnica, organização política, condição económica e questões culturais. Quando analisadas as sociedades ao longo da história, é possível verificar que os conceitos de cidade e civilização andam sempre a par, podendo-se confirmar que a estrutura da sociedade reflete diretamente a forma da cidade que habita.

Para Mora (2002), o espaço público aparece pela primeira vez interligado com o surgimento da cidade. A autora defende que a praça é a origem do espaço público, resultante do agrupamento natural de edificações em torno de um espaço livre, cujo objetivo era permitir o ingresso a cada edificação, o contato com as demais pessoas e também responder as necessidades do ser humano em viver em sociedade.

*“La historia de la ciudad es la de su espacio público. Las relaciones entre los habitantes y entre el poder y la ciudadanía se materializan, se expresan en la conformación de las calles, las plazas, los parques, los lugares de encuentro ciudadano, en los monumentos.”* (Borja, 2000)

A relação de reciprocidade entre o espaço público, o ambiente social e a configuração física da cidade é realizada da forma com que cada um possui o poder de inferir alterações no outro. A partir dessa situação é possível perceber a importância de compreender essa relação como um todo, de maneira a encontrar e estudar formas de melhorar a cidade, além de prever possíveis problemas. (Lynch, 1985 apud Silva, 2012)

Desde sua origem, a cidade serviu como atrativo para a fixação de pessoas por diversas razões, o que determinou a coexistência de duas principais dimensões na sua estruturação: o espaço que é privado e aquele que é público. Pode-se dizer que o espaço privado funciona como limite a todo o espaço livre

e acessível a qualquer pessoa, e é no âmbito desse espaço público que as cidades se estruturam. Ruas, avenidas, praças, largos, jardins e parques fazem parte do “negativo” da cidade. São elementos que permitem a conexão entre todas as partes da cidade ao mesmo tempo que possibilitam a sua experiência de forma única.

Em “A Imagem da Cidade”, Lynch (1985) reforça o carácter estruturante e hierarquizante do espaço público na cidade, referindo que só através dele é possível criar uma imagem mental do ambiente em que nos encontramos, já que ele tem a sua própria posição no espaço urbano e através dele somos capazes de relaciona-lo com a totalidade da cidade. (Silva, 2012)

A cidade, assim como sua sociedade, está em constante adaptação e transformação em consequência da história ou da natureza, apresentando efeitos diretos na forma e apropriação do seu espaço público.

Embora a história da cidade tenha iniciado nos séculos IV e III a.C. no Crescente Fértil do Egito e da Suméria, foi situado o início desse estudo na civilização grega, a primeira com expressão na Europa. Dessa forma, não pretendendo apresentar uma descrição exaustiva da evolução das cidades e do espaço público, apresenta-se um breve resumo acerca da temática para melhor compreensão dos processos de evolução dos espaços públicos ao longo dos tempos.

Na Grécia Antiga, os locais escolhidos para a instalação das civilizações geralmente eram bastante irregulares, sendo necessária uma adaptação à topografia do terreno e influenciando diretamente em um traçado mais irregular da cidade. Com o desenvolvimento da democracia, aparecem novos elementos na cidade que são considerados urbanísticos e que denunciam uma participação presente do povo nos assuntos da comunidade. A cidade deixa de ser apenas um amontoado de casas para se transformar numa estrutura mais complexa. Assim surge a Ágora, considerada o primeiro espaço público que se tem registro e que apresenta uma função semelhante ao de um centro cívico atual.

A Ágora consistia num espaço posicionado no centro da cidade, a sua volta era localizado o templo, figura de grande poder da época, e outros edifícios dedicados ao bem público e ao desenvolvimento da democracia. Era um lugar destinado a diversas atividades onde os cidadãos se reuniam para debater principalmente questões políticas e judiciais, e outras referentes à sociedade e a religião. A Ágora era considerada parte fundamental da vida política da cidade, era ali que se tomavam as principais decisões, mas sobretudo era parte essencial da vida social das civilizações, era o coração e a alma da cidade grega. (Avila, 2011)

As cidades do Império Romano herdaram muitas características das cidades gregas, como todos os refinamentos técnicos e de infraestrutura como esgotos, aquedutos, água corrente, balneários, pavimentos, serviços de incêndio, mercados, etc (Goitia, 1982). E tal como os gregos possuíam a Ágora, os romanos possuíam um espaço semelhante, denominado Fórum. Este era localizado próximo do

centro simbólico da cidade e era rodeado por edifícios públicos importantes. Com o mesmo papel da Ágora, o Fórum era considerado o centro político, comercial e religioso da cidade. (Avila, 2011)

A Idade Média é caracterizada por um novo ciclo de valores e crenças na Europa, a população dissemina-se pela área rural e a característica agrícola se torna bastante presente, assim como o feudalismo no início desta época. As características da sociedade, fortemente representada pela hierarquização da burguesia, nobreza e clero, se firmam ao longo do período. A organização baseada na hierarquia se reflete a nível da sua malha urbana. A ascensão da burguesia se torna um fator incentivador para a atração de um número cada vez maior de pessoas na cidade, fazendo com que esta cresça de forma natural e orgânica, sem planejamentos. (Goitia, 1982)

Uma das características mais marcantes da cidade medieval é a presença da muralha, criada a partir da necessidade de defesa da população. A cidade acontecia em seu interior, o traçado criado era caracterizado por ruas bastante irregulares e tortuosas que partiam em geral do centro e dirigiam-se radialmente para as portas do recinto fortificado. Seu objetivo era estabelecer a ligação de toda a população até o centro da cidade. O traçado evidenciava o prestígio religioso, representado geralmente por uma catedral ou um templo, sua importância se dava como papel simbólico e com vista a segurança da população. O centro da cidade era constituído principalmente pela praça, considerado o principal espaço público da cidade medieval, e se localizava ao lado do principal edifício da cidade, a igreja. (Goitia, 1982)

A praça da cidade medieval resultava de um vazio na estrutura urbana e ao seu redor eram erguidos os edifícios mais importantes da cidade. Funcionava como um largo onde se desenvolviam atividades religiosas, sociais e comerciais. A cidade medieval cresceu e desenvolveu-se sem ordem pensada e estruturada, de maneira espontânea e orgânica, onde os elementos que constituíam o espaço público se conectavam. (Almeida, 2006)

“O Renascimento é, acima de tudo, um movimento intelectual. No campo do urbanismo, as suas primeiras contribuições são insignificantes se as compararmos com a arquitetura do mesmo período e com as realizações cenográficas, com os grandes planos de fundo do final do barroco.” (Stewart, 1952 apud Goitia, 1982)

A cidade renascentista apresentou baixa atividade urbanística, continua sendo a cidade medieval murada, mas com pequenas modificações superficiais no seu interior que alteram pouco sua estrutura geral. O principal espaço público continua sendo representado pela praça central, localizada no centro da cidade e atravessada pelas ruas principais, contudo durante essa época ganhou mais expressão quando o tecido urbano da cidade se multiplicou. A abertura de novas ruas, e sobretudo a criação de novas praças, apresentavam o objetivo de destacar e enquadrar os importantes monumentos

instalados na cidade ao longo do período. As ruas eram consideradas os elementos estruturantes da organização da cidade renascentista, servindo como elo de ligação e acesso a todos os pontos (Fernandes, 2012). A praça era considerada o cenário da cidade, um espaço decorado e embelezado que simbolizava competência e prestígio (Almeida, 2006). É nesse período que a praça adquire novas funções além da religiosa, judicial e económica, a praça se torna cenário para o lazer e auxilia na organização do espaço.

Goitia (1982) afirma que a cidade ideal é um conceito fundamental na cidade renascentista, mas que se torna criação mais intelectual do que real, que virá a ser uma consequência mais do pensamento utópico renascentista.

No período Barroco a cidade converte-se na expressão da sua realidade política, tornando-se reflexo do poder que girava em torno do rei e do município, surgindo novos conceitos no âmbito do urbanismo. A cidade barroca é apoiada fundamentalmente em três princípios: a linha reta, a perspectiva monumental e a uniformidade (Lavendan, 1959 apud Goitia, 1982). Pela primeira vez a cidade é vista a partir da perspectiva. Seu traçado e composição são baseados na busca de uma harmonia geométrica, permitindo o desenho de uma malha urbana apoiada nos principais eixos e na grandiosidade dos seus edifícios. São assim construídos diversos equipamentos de uso coletivo como hospitais, centros de ensino, alamedas e passeios, onde estes estão todos conectados através dos espaços públicos da cidade.

O espaço público já não se trata apenas de uma quadrícula representada por uma praça principal no centro da cidade, mas sim de algo concebido esteticamente pensado e formado através de diversos elementos como eixos, praças e perspectivas. Nesse período é desenvolvido a arte do traçado urbano através dos seus eixos, jardins, avenidas de grande escala e praças monumentais. (Goitia, 1982)

A Revolução Industrial foi marcada por uma revolução na agricultura, nos meios de transporte, na comunicação e nas ideias económicas e sociais, provocando alterações na cidade de uma natureza muito diferente das que já tinham sido vistas até a época. A revolução industrial afetou todo o desenvolvimento urbano em larga escala. Crescem os novos centros fabris e as fábricas tornaram-se donas e senhoras do solo urbano e suburbano, priorizando o utilitarismo e deixando a preocupação estética em segundo plano. Pela primeira vez a transformação do espaço público surge completamente desligada dos poderes religiosos e políticos para assumir valores de carácter maioritariamente económico. (Silva, 2012)

O aumento da concentração da população nas cidades num curto período de tempo acontece através da lei do mínimo esforço, considerava-se que tudo o que facilitasse a promoção industrial era bom para o bem-estar e progresso das nações. A rápida apropriação do espaço trouxe consequências

diretas à cidade, e também ao espaço público. Segundo Favacchio (2002 apud Fernandes, 2012), os significados já conhecidos do espaço público se perderam, passando a criação do espaço ser realizada a partir de princípios utilitários, com as funções específicas apenas a determinadas classes.

Mora (2002) defende que os principais traços urbanísticos dessa época são as grandes redes de circulação para os transportes, as grandes avenidas que direcionam para as grandes praças, o jardim público urbano e os regulamentos para edifícios que garantem uma maior eficiência econômica. Alguns autores afirmam que os jardins já existiam de outrora, mas é nesta altura que se destacam e se tornam um importante elemento urbano. A apropriação pública dos espaços verdes da cidade surge em sintonia com as crescentes preocupações higienistas em melhorar a qualidade de vida da população da cidade industrial. (Almeida, 2006 apud Fernandes, 2012)

O Modernismo surge protestando a cidade industrial, buscando retomar a qualidade física da cidade (Mora, 2002). As cidades, principalmente as fortemente industrializadas, apresentavam condições de vida cada vez mais precárias com a presença de congestionamentos, invasão pelo fumo das fábricas e ameaças pelos perigosos fluxos de intensa circulação de veículos. O modernismo então procura a nova valorização dos ambientes camponeses e da vida suburbana, buscando favorecer a qualidade no que se refere à água, iluminação natural, jardins e espaços de recreio. (Goitia, 1982)

Segundo Mora (2002), o movimento moderno hierarquiza as vias e as integra a uma rede de circulação independente, segrega os usos e edificações afim de padronizar a cidade e gerar uma ordem urbana através da função. Essas ações têm como motivos a economia utilitária e a preocupação de aproveitar todo o terreno ao máximo. O espaço público também segue a linha orientadora que define este movimento, a função. Assim surgem espaços públicos fragmentados e desestruturados no meio da cidade, como espaços residuais entre os edifícios, muitos deles não apresentam “alma”, ou seja, uma história que os originou. (Goitia, 1982)

A reflexão sobre as cidades desse período demonstra que os espaços públicos sejam por vezes privilegiados em função da circulação, e outras vezes em função da vida comunitária. Já na década de 80 volta-se a questionar o modo de produção dos espaços públicos, evocando à necessidade de criar espaços onde seja possível a existência de uma maior qualidade de vida. (Francisco, 2005)

Atualmente, a cidade é exigida a tomar consciência da sua desestruturação e busca através de intervenções no âmbito do urbanismo criar espaços onde os cidadãos voltem a fazer a sua vida social, dando uma maior importância à identidade do local e à participação pública. Os próprios cidadãos reconhecem que os seus espaços necessitam voltar a apresentar uma boa qualidade para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

O conceito de espaço público evoluiu ao longo dos séculos voltando a adquirir, no contexto contemporâneo, um valor semelhante ao que possuía nos tempos dos gregos e romanos. É muito importante devolver aos cidadãos o espaço que foram perdendo, em muito devido ao aparecimento do automóvel e ao crescimento desordenado dos centros urbanos (Fernandes, 2012).

É assistido um período marcado pela reabilitação dos seus centros históricos e pelas legislações para preservar os conjuntos urbanos, criando um maior respeito ao existente, reorganizando sua estruturação e melhorando o espaço público. A crescente preocupação em voltar a qualificar o existente e que por diversos motivos perdeu qualidade, faz com que em Portugal e também a nível europeu existam cada vez mais programas de requalificação de espaços degradados, espaços que por direito são dos cidadãos (Fernandes, 2012). Todas essas ações visam melhorar e potenciar a vida nas cidades, dando-lhe forma, continuidade e sentido como um conjunto.

### 2.3. Classificação do Espaço Público em Tipologias

O espaço público não possui uma forma ou dimensão específica, e conforme observado ao longo da história, este pode ser caracterizado por diferentes elementos desde que possuam como significado o mesmo conceito. Nesse sentido, surge a necessidade de classificar os seus diferentes elementos a partir de tipologias.

Francisco (2005) defende que a diversidade e a multiplicidade dos elementos integrantes dos espaços públicos originam complexidade em termos de análise tipológica. Para Alex (2008), o espaço público na cidade assume inúmeras formas e tamanhos, compreendendo desde uma calçada até a paisagem vista da janela, abrange lugares designados ou projetados para o uso cotidiano, cujas formas mais conhecidas são as ruas, as praças e os parques.

O espaço público é classificado por diversos autores em diferentes tipologias, considerando suas características, funções ou utilizações como parâmetros na classificação. Entre as muitas classificações existentes, optou-se por apresentar três metodologias, a primeira elaborada pela CCDD-LVT (2001), a segunda por Mora (2002) e a terceira pelo DGOTDU (2008).

As metodologias são apresentadas a partir da ordem cronológica da sua elaboração, e não por ordem de importância. O presente trabalho não pretende estudar exaustivamente todas as tipologias de espaço público existentes, pelo o que se apresenta uma breve descrição de cada componente em formato de quadros para melhor visualização dos conceitos.

A primeira classificação tipológica dos espaços públicos apresentada é baseada no documento “Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho do Espaço Público”, realizada pela Comissão de

Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) (2001), onde os espaços públicos são divididos em 6 diferentes grupos:

1. Parques Urbanos, Jardins Públicos e Áreas Ajardinadas de Enquadramento
2. Avenidas e Ruas
3. Praças, Largos, Pracetas, Terreiros e Recintos Multifuncionais
4. Espaços Canais – Vias Férreas, Autoestradas e Vias Rápidas
5. Parques de Estacionamento
6. Margens Fluviais e Marítimas

Com o objetivo de uma melhor definição de cada grupo de tipologia, é elaborado um quadro com as principais características de cada elemento constituinte do grupo. (Tabela 1)

*Tabela 1. Tipologias do espaço público segundo CCDR-LVT (2001)*

TIPOLOGIA	CONCEITO
PARQUES URBANOS	Espaços livres de elevada dimensão e constituídos por áreas ajardinadas intercaladas por passeios, áreas de repouso, de recreio, miradouros, lagos, fontes, monumentos, etc.
JARDINS PÚBLICOS	Espaços livres de dimensão e composição variadas constituídos por áreas pedonais intercaladas por áreas ajardinadas de elevada proporção. Possuem também áreas de recreio, áreas de repouso, quiosques com esplanadas, miradouros vinculados a vistas panorâmicas, tanques, etc.
ÁREAS AJARDINADAS DE RECREIO	Espaços residuais que promovem a integração de infraestruturas, equipamentos, edifícios ou vias no tecido urbano e constituídos por zonas verdes sem uso definido.
AVENIDAS E RUAS	Conjunto de espaços lineares destinados a circulação e permanência de pessoas, além da circulação e estacionamento de veículos. Destinam-se ao uso misto de pessoas e veículos e distinguem-se pela dimensão e fluxos de tráfego.
PRAÇAS, LARGOS, PRACETAS, TERREIROS E RECINTOS MULTIFUNCIONAIS	Espaços livres que podem ter formas e dimensões diversos, e a maior parte do seu contorno é delimitado por edifícios.



ESPAÇOS CANAIS	São “corredores cativados para infraestruturas que ligam pontos distantes e têm um efeito de barreira física mais ou menos condicionante dos espaços marginantes. ” (COSTA LOBO, 1995)
PARQUES DE ESTACIONAMENTO	Concentra-se em grandes plataformas, compostas geralmente por ruas e fileiras de lugares para automóveis de ambos os lados, localizados em quarteirões de edifícios e em zonas de grandes equipamentos. Os estacionamentos subterrâneos ou em silo também constituem o espaço público.
MARGENS FLUVIAIS E MARÍTIMAS	<p>"Entende-se por margem uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas." (Decreto-Lei 468/71)</p> <p>“Entende-se por faixa costeira (ou margem marítima) a banda ao longo da costa marítima, cuja largura é limitada pela linha de máxima praia-mar de águas vivas equinociais e pela linha situada a 2Km daquela para o interior. ” (Decreto-Lei 302/90)</p>

Essa metodologia de classificação é baseada principalmente nas características físicas do espaço público, como suas dimensões e elementos constituintes, formando grandes grupos de tipologias. Apresenta facilidade para identificação em qual tipologia um espaço público deve ser enquadrado, mas ao mesmo tempo pode apresentar características muito amplas e vagas a respeito de cada um. Esse tipo de classificação pode não considerar alguns aspectos importantes como a relação direta que a população possui com cada tipo de espaço público, e suas influências para com esse espaço.

A segunda metodologia é fundamentada na autora Mora (2002) que identifica em seu livro “Los Cien.....del Espacio Publico para la Vida Sociocultural Urbana” seis diferentes tipologias de espaços públicos (Tabela 2). A autora classifica quatro tipologias como básicas e tradicionais: a praça, a rua, o parque e as frentes de água. E defende que a partir do contexto contemporâneo, adicionou mais duas tipologias que cumprem muitas das características do que é considerado um espaço público e que dão resposta a várias das suas funções, mas que não são necessariamente em áreas externas como as primeiras quatro tipologias: o espaço público interior e o espaço público informal. Mora ressalta que essas tipologias se manifestam de formas diferentes dependendo da sua localização e da cultura da sociedade em que estão inseridas.

Tabela 2. Tipologias do espaço público segundo Mora (2002)

	TIPOLOGIA	CONCEITO	SUBTIPOS
TRADICIONAIS	PRAÇAS	“Estar” urbano testemunho da história e da cultura; lugar de referência que relaciona diferentes componentes da estrutura urbana.	Central, simbólica – cívica, corporativa, de mercado, de bairro, praça e praça-parque
	PARQUES	Espaço livre destinado à recreação, ao embelezamento espacial, ao desporto, ao descanso, ao contato com a natureza.	Nacional, metropolitano, central, desportivo, temático, proteção de canal viário, estacionamento, cemitério e local.
	RUAS	Lugar utilitário, fundamental para a mobilidade e estruturação física. Limita o público do privado e propicia iluminação e ventilação natural. Lugar de encontro espontâneo.	Autoestrada, avenida, acesso local, calçada/caminho, pedonal
	FRENTES DE ÁGUA	Franja costeira, último arruamento urbano, suporte de diversos serviços associados.	De intercâmbio comercial, industrial, recreativo, protetor.
CONTEMPORÂNEOS	ESPAÇO PÚBLICO INTERIOR	Enquadrado/confinado entre diversas edificações e equipamentos com certos níveis de controlo, que cumprem funções públicas para a população.	Átrios, pátios de edificações, clubes privados, áreas comuns residenciais, igrejas, teatros, casas culturais, ou da comunidade, edifícios patrimoniais, centros recreativos e centros comerciais.
	ESPAÇO INFORMAL	Uso espontâneo de outro espaço, por inexistência ou condições precárias de desenho dos espaços tradicionais.	Escadas/escadarias, corredores/passadiços, portadas, esquinas, ruas, paragens de transportes públicos, vazios urbanos ou sectores de outros espaços públicos, parques de estacionamento, passeios amplos, sobras de árvores, terrenos baldios, espaços residuais, etc.

A classificação elaborada por Mora (2002) pode ser considerada mais ampla quando comparada com a classificação analisada anteriormente, elaborada pela CCDD-LVT (2001). Além de apresentar as

tipologias gerais e seus conceitos vinculados diretamente com a forma de apropriação das pessoas no espaço em destaque, Mora ainda apresenta alguns subtipos possíveis para enquadramento de cada espaço público. A metodologia busca demonstrar que todas as tipologias dos espaços públicos são originadas a partir de quatro principais grupos, e que ao longo dos tempos evoluem em conjunto com as civilizações e se ajustam aos novos cenários criados.

A terceira classificação de tipologias do espaço público é apresentada pelo instrumento da Política de Cidades intitulado “A identidade dos lugares e a sua representação coletiva, bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público”. Este documento é elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU (2008), e de autoria de Brandão (2011), que faz a classificação também presente em seu livro “O sentido da cidade”. O autor defende que essa simples classificação de espaços públicos tem implícitas noções de valor, traduzindo em papel uma performance ou um sentido esperado, trazendo reconhecimento para o valor do próprio espaço público e relevância na política. A metodologia classifica o espaço público a partir dos seus significados e das suas características, tanto tipológicas quanto morfológicas, em 15 tipologias organizadas em 6 referências estruturais. (Tabela 3)

*Tabela 3. Tipologias do espaço público segundo DGOTDU (2008)*

Espaços – traçado	Encontro	1. Largos, praças
	Circulação	2. Ruas, avenidas
Espaços – ‘paisagem’	Lazer – natureza	3. Jardins, parques
	Contemplação	4. Miradouros, panoramas
Espaços – deslocação	Transporte	5. Estações, paragens, interfaces
	Canal	6. Vias-férreas, autoestradas
	Estacionamento	7. ‘Parking’, silos
Espaços - memória	Saudade	8. Cemitérios
	Arqueologia	9. Industrial, agrícola, serviços
	Memórias	10. Espaços monumentais
Espaços comerciais	Semi-interiores	11. Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semi-exteiores	12. Mercado levante, quiosques, toldos

Espaços gerados	Por edifícios	13. Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	14. Culturais, desportivos, religiosos, infantis
	Por sistemas	15. Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

As diferentes tipologias elaboradas para o DGTODU são classificadas a partir de grupos de afinidade, de características semelhantes e com funções de mesmo sentido, proporcionando um maior leque de possibilidades para enquadrar cada espaço público. Uma classificação mais apurada como essa permite agrupar os espaços públicos com características semelhantes, facilitando a identificação de casos semelhantes quando realizada a elaboração, manutenção ou gestão de um espaço público, obtendo assim referências quanto as suas possíveis deficiências e potencialidades.

#### 2.4. O Processo de Produção do Espaço Público e seus Desafios

A produção de espaços públicos é associada para muitos como resultado de uma decisão da Administração Pública, ou como a necessidade que as autarquias sentem em oferecer melhores serviços à população. A Administração Pública realmente apresenta um papel importante na criação desses espaços, mas não pode ser considerada a única responsável. Em algumas situações a sua produção pode estar relacionada, mesmo que indiretamente, com os resultados de desenvolvimentos privados. (Aghostin-Sangar, 2007)

Para uma melhor compreensão sobre as dinâmicas da produção de espaços públicos é importante primeiro observar que esses espaços podem ser criados principalmente a partir de três diferentes situações: a regeneração urbana, a reconversão e a produção do novo. (Borja 2000)

O conceito de regeneração urbana apresentado por Mendes (2013) envolve a ideia de transformação urbana, independentemente do seu grau ou intensidade, e de melhorias na vida urbana de uma forma geral. Quando um espaço público é produzido através da regeneração urbana, é um espaço já existente que passa por transformações para ser utilizado de uma melhor forma.

Nesse sentido, Borja (2000) aponta alguns tipos de atuações que a regeneração urbana abrange quanto a produção de espaços públicos:

- Recuperação dos centros históricos degradados através da abertura de ruas e praças; da utilização dos espaços abertos para uso comercial e recreativo como feiras, exposições, festivais, etc.; da conversão da zona em zona pedonal e melhoria das ruas existentes.

- Reconversão de vias urbanas anteriormente destinadas ao fluxo de automóveis em espaços para circulação de pessoas através de passeios, jardins, terraços, etc.
- Melhoria da estrutura urbana através de jardins, mobiliário urbano, iluminação em ruas e praças dos bairros que apresentam baixo nível de urbanização, muitas vezes antigas periferias, que com esse tipo de ação se convertem em verdadeiros espaços públicos de uso coletivo e que proporcionam qualidade de vida aos bairros.

Quando referido o conceito da reconversão para a produção de espaços públicos, Borja (2000) refere a reconversão de áreas caracterizadas por condições de localização ou físicas precárias, obsoletas ou com usos alternativos mais positivos para a cidade, em espaços e equipamentos públicos. Dessa forma, antigas infraestruturas, como estações ou portos, ou indústrias abandonadas se convertem em espaços públicos para a utilização da população. Esse tipo de situação supõe uma negociação política com atores públicos e privados, dependendo de cada caso.

As decisões para criar espaços públicos a partir do novo ocorrem com pouca frequência, em sua maioria são reconstruções urbanas conforme as já descritas. Segundo Borja (2000), a produção de espaços públicos a partir do “novo” deve ser considerada como parte principal de toda operação de desenvolvimento urbano, deve ser o elemento ordenador, tanto por ser considerada a responsável por realizar a articulação da intervenção com o resto da cidade quanto por fazer sua ordenação interna.

Borja (2000) ainda cita outras oportunidades para produzir espaços públicos:

- Considerar as zonas naturais em regiões urbanas (como florestais, frentes ribeirinhas, reservas ecológicas, ou agrícolas) como espaços públicos e não como vazios urbanos, utilizando usos compatíveis com a sustentabilidade.
- Utilizar terrenos vagos como estratégia para entrelaçar o tecido urbano periférico com o restante da cidade através de parques equipados e acessíveis, criando polos com vocação para se tornarem e atraírem elementos de centralidade.
- Considerar também como espaço público aqueles espaços dedicados a infraestruturas e equipamentos "especializados", como estações, aeroportos, centros comerciais, etc.
- A abertura de novos eixos construídos com a intenção de dar uma maior monumentalidade para a cidade acaba por desenvolver e articular suas centralidades, além de gerar fortes espaços públicos.

Aghostin-Sangar (2007) afirma que independentemente do que impulsiona a decisão de melhorar um espaço público existente ou produzir um novo, os atores envolvidos no processo geralmente serão os mesmos. O processo é considerado complexo e precisará envolver a comunicação entre planejadores,

designers, construtores, autarquias locais e a própria população, quando em alguns casos também deverá envolver outros atores como a iniciativa privada.

Nesse contexto, Borja (2000) aponta algumas questões que considera relevantes para a melhor compreensão da dinâmica referente aos responsáveis pela produção do espaço público:

- O governo local é o mais indicado para definir e programar os espaços públicos, mas em muitos casos deve combinar as suas iniciativas com outras administrações, seja pela sua competência legal ou pela propriedade do terreno, bem como pela necessidade de cofinanciar os projetos. O caso mais evidente nesse sentido é aquele que tem a ver com as grandes infraestruturas ou a entrega ao município da posse do terreno de zonas militares, portuárias, etc.
- A cooperação entre as autoridades locais deveria ser muito mais frequente. O sistema atual não oferece o incentivo de uma maior articulação entre as entidades, tornando cada uma independente e dificultando um melhor resultado. O autor ainda sugere a criação de estruturas estáveis destinadas ao desenvolvimento de programas e projetos de espaços públicos articuladores para as cidades metropolitanas que reequilibrem seus territórios.
- A necessidade de adaptar os programas às realidades sociais heterogêneas e às situações por vezes micro-locais, que exigem intervenções oportunas e por sua vez integradoras de diversas exigências, requerem uma programação e gestão descentralizada dos projetos de espaços públicos, sobretudo de pequena e média escala.
- Cada vez mais há iniciativas privadas ou mistas que assumem a produção ou a gestão de espaços públicos, ou até mesmo o patrocínio, a manutenção e a vigilância destes. Situação que pode ser benéfica ou não, levando a uma possível privatização exclusiva dos espaços públicos se a administração pública não estabelecer normas de uso adequadas.
- Os programas de espaços públicos, em muitos casos, fazem parte de programas urbanos que incluem outros objetivos e uma diversidade de atores com um propósito mais específico e imediato. Em consequência, o programa dos espaços públicos deve ser muito forte desde o início e ser defendido durante todo o processo de desenvolvimento do programa. É fundamental inserir programas de espaço público nos grandes projetos urbanos, para que contribuam para a sua qualidade, multifuncionalidade e capacidade de evolução.
- A sustentabilidade e a o uso social futuro dos espaços públicos são duas questões que se devem programar desde a sua concepção, o que implica ter em conta setores profissionais, culturais e sociais, algo que poucas vezes se faz.

A partir das questões abordadas, é observado que a produção do espaço público é um processo complexo, assim como a sua responsabilidade, que acaba por envolver diferentes atores. Ainda que a importância e o papel fundamental do espaço público nas cidades sejam percebidos e considerados por todos, este ainda se torna um grande desafio.

Borja (2000) afirma que o espaço público é um desafio à política urbana formado por um desafio urbanístico, político e sociocultural. O autor o considera um desafio urbanístico porque é preciso considera-lo como elemento ordenador do urbanismo, seja qual for a escala do projeto urbano. O espaço público apresenta o papel de organizar um território, capaz de suportar diferentes usos e funções, além de possuir a maior capacidade de criação de lugares. Dessa forma, o espaço público deve ser um espaço de continuidade e de diferenciação, ordenador do bairro, articulador da cidade e estruturador da região urbana.

Como desafio político é referido quanto a capacidade que um espaço público possui em facilitar o acesso de todos à participação e mobilização política. Deve garantir a expressão de todos os diferentes grupos sociais presentes na cidade, uma vez que todo cidadão deve ser reconhecido. E por fim, como desafio sociocultural é exigida a qualidade do espaço público. Este também deve valorizar o seu entorno através da sua relação física e simbólica, proporcionando uma maior qualidade no cotidiano dos habitantes e usuários da cidade. O espaço público deve cumprir uma função de integração completa, contribuindo para a utilização e socialização de todos os grupos, independentemente da idade, cultura ou classe socioeconómica. (Borja, 2000)

## 2.5.A Qualidade do Espaço Público

“Os lugares públicos são um palco para a nossa vida pública. Eles são os parques onde as celebrações são realizadas, onde as maratonas terminam, onde as crianças aprendem as habilidades de um desporto, onde as estações são marcadas e onde as culturas se misturam. Estes lugares são as ruas e calçadas na frente de residências e empresas, onde os amigos vão ao encontro uns dos outros e onde as trocas sociais e económicas ocorrem. São os espaços públicos que dão identidade às cidades e sem bons espaços públicos, não poderão haver grandes cidades.” (*Project for Public Spaces*, 2017)

A partir da declaração realizada pela *Project for Public Spaces* é possível afirmar que além da cidade possuir espaços públicos na sua estruturação, estes espaços necessitam apresentar características que os tornem espaços públicos de boa qualidade.

O conceito de qualidade pode ser considerado subjetivo pois está relacionado com as percepções, necessidades e resultados de cada indivíduo. Em termos genéricos é possível definir o significado de qualidade como um grau que determinado serviço ou dispositivo possui para satisfazer as

necessidades dos seus utilizadores. Um espaço público de qualidade pode então ser avaliado a partir da análise de diferentes elementos e de pontos de vistas distintos.

Para Borja (2000) um espaço público de qualidade é aquele que facilita as relações sociais dos seus usuários, aquele que possui a capacidade de estimular a identidade simbólica, a expressão e a integração de culturas. Aquele que apresenta algumas qualidades formais como a continuidade do espaço urbano e a capacidade de auto-organização, a generosidade das suas formas e do seu desenho, além da adaptabilidade a diversos usos ao longo dos tempos.

Lynch (1985) afirma que a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes, sendo difícil encontrar características exatas que um bom espaço público deve apresentar. Mas segundo Brandão (2002), é unânime a ideia de que os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criarem e manterem locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania. O autor ainda defende que o espaço público de qualidade deve resultar de objetivos e estratégias de desenvolvimento nacionais, regionais e/ou locais. Requer o envolvimento e participação de um amplo leque de parceiros sociais, institucionais e profissionais, que trabalhando de forma integrada poderão responder positivamente a problemas e objetivos comuns.

Nesse sentido, a DGOTDU (2008) enumera algumas situações que acontecem no contexto urbano contemporâneo e que geram impacto direto no espaço público, se tornando obstáculos e desafios para a sua boa qualidade:

- **O automóvel** – o símbolo da evolução dos transportes requer novas soluções: umas vezes compatível, outras segregado, o espaço automóvel é quase sempre abrasivo na identidade das ruas, praças, vistas e elementos naturais;
- **As identidades inventadas e produzidas** - a tematização do espaço-fantasia, induzida por funções lúdicas ou pelo turismo, reduz a verdadeira identidade do lugar;
- **A privatização, ou reequilíbrio dos limites público-privado** - o crescente desempenho de funções coletivas em espaços privados ou de gestão privada, como centros comerciais, pode favorecer a lógica comercial, mas limitar o acesso, ou o uso social do espaço, ou até impor regras de conduta, quando não discriminações sociais ou económicas;
- **O valor comunicacional do espaço público** – a apropriação do espaço pela publicidade com finalidade comercial ou política diminui a importância das vistas e panoramas do lugar, impõe-se de forma irrecusável a transmissão de mensagens que não são de interesse geral e poluem o espaço público com impactos excessivos;



- **Estetização do espaço público** – como um produto de moda ou de aparência superficial de decoração, pode merecer apreciação pela atualidade ou tradição dos traços estilísticos do seu design (mais limpos nos seus ritmos, padrões, equilíbrio, proporção, escala, materiais ou cor) mas substituindo por vezes outras identidades, com outra autenticidade.

São muitos os autores que procuram identificar qualidades desejáveis para os espaços públicos, na procura de uma “boa forma urbana”. Contudo, o espaço público está constantemente em transformação, assim como as necessidades e exigências da população que o utiliza e da localização em que este se insere. A obtenção da qualidade de um espaço público é o resultado de um processo evolutivo, que se desenvolve com o decorrer das respetivas transformações.

## 2.6. Metodologias de Avaliação da Qualidade do Espaço Público

A qualidade de um espaço público pode ser analisada e verificada a partir de diversos métodos e ferramentas. As metodologias podem apresentar características e abordagens distintas, mas sempre têm como objetivo a verificação da eficácia do objeto de estudo, o espaço público. Além de verificar a existência do espaço público nos aglomerados urbanos, é necessário verificar se este foi elaborado de uma forma bem pensada e eficaz, maximizando seu potencial.

Com o intuito de demonstrar alguns trabalhos já publicados sobre diferentes formas de avaliar o espaço público, são selecionadas e aqui apresentadas três ferramentas de avaliação, todas devidamente elaboradas por profissionais da área e com conhecimentos multidisciplinares sobre o tema. Cada uma das metodologias busca encontrar critérios e indicadores para os temas que considera os mais relevantes quando analisada a qualidade de um espaço público. Durante a utilização da metodologia, quando o objeto de estudo em destaque atinge os níveis máximos propostos pela ferramenta, este corresponde a um espaço público de elevada qualidade.

### 2.6.1. Diagrama do Lugar – Project for Public Spaces (2000)

A *Project for Public Spaces* (PPS) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1975 pelo americano Fred Kent, graduado em Economia e em Geografia Urbana. A organização americana surgiu com o propósito de expandir um trabalho realizado por William H. Whyte intitulado “*The Social Life of Small Urban Spaces*” (1980), o livro é baseado em um estudo intitulado “*Street Life Project*” elaborado em parceria do autor com o fundador da organização. O livro tem como objeto de estudo os espaços públicos urbanos e as relações criadas entre as pessoas e esses espaços, percebendo o quanto uma vida social ativa nos espaços públicos contribui positivamente para a qualidade de vida da população.

O estudo é elaborado através de análises de espaços públicos da cidade de Nova York, observando os comportamentos dos pedestres e as dinâmicas da própria cidade, relacionando-os.

A PPS surge com o objetivo principal de auxiliar a população das cidades a criarem espaços públicos com maior qualidade para conseguirem formar comunidades mais fortes, coesas e sustentáveis. Esse objetivo é buscado através da participação de seus profissionais no planejamento, design e educação, no âmbito do urbanismo, nas comunidades.

Após ampliar suas análises originadas em Nova York para outros espaços públicos do mundo, a organização questiona o que faz com que alguns espaços públicos sejam bem-sucedido, enquanto outros falham. Como resultado dessas longas investigações, e baseado nas características comuns identificadas nas análises, é elabora o “Diagrama do Lugar” (*The Place Diagram*). Uma ferramenta que apresenta como objetivo permitir a avaliação de espaços públicos e perceber quais são os fatores que influenciam esse resultado.

A organização acredita que os bons espaços públicos são aqueles lugares onde existem trocas sociais, trocas económicas e uma grande fusão cultural, os espaços públicos funcionam bem quando atingem diferentes âmbitos simultaneamente. Dessa forma, as quatro principais qualidades identificadas que sugerem espaços públicos bem-sucedidos são: acessibilidades, possibilidade de realizar atividades, conforto e imagem do espaço, e por fim, um espaço que possibilite a socialização.

A elaboração do diagrama procura facilitar sua utilização por qualquer pessoa, possibilitando que a discussão sobre o espaço público alcance toda a população. Para iniciar a utilização da ferramenta é necessário primeiro direcionar a atenção para o centro do diagrama, onde está escrito “LUGAR”, e assim escolher um espaço público como objeto da análise. Posteriormente é preciso enquadrar o objeto da avaliação em um dos quatro critérios centrais do diagrama para as análises, em uma das quatro características que sugerem bons espaços públicos: “SOCIABILIDADE”, “USOS E ATIVIDADES”, “ACESSOS E LIGAÇÕES” E “CONFORTO E IMAGEM”. Ao lado do critério principal escolhido, há um próximo anel que apresenta outras questões referentes a aspectos qualitativos ou intuitos que devem ser observados com base nas características do lugar escolhido. O anel seguinte, o último e mais externo, complementa a análise exibindo alguns aspectos quantitativos que podem ser verificados através de indicadores, por estatísticas e/ou pesquisas. (Figura 1)

Além do diagrama e todas as especificações observadas nele, a PPS ainda complementa a ferramenta com descrições e observações mais minuciosas sobre cada um dos quatro grupos que formam o diagrama.

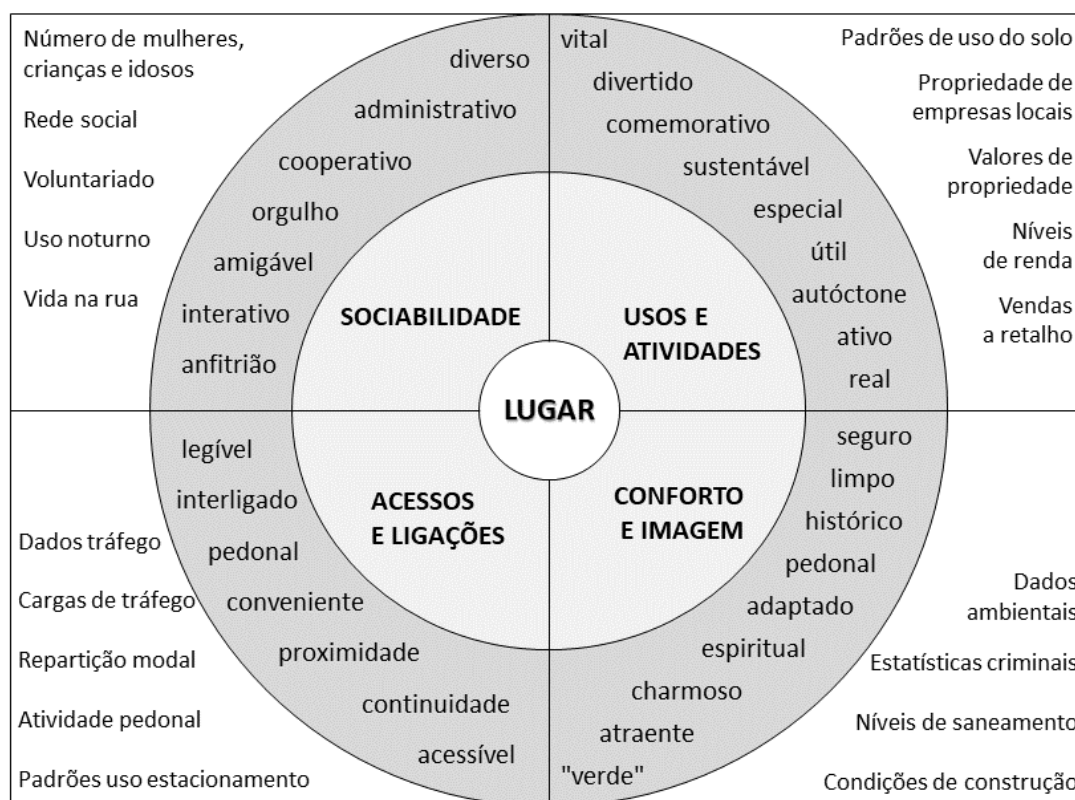


Figura 1. "Diagrama do lugar" adaptado para português (Project for Public Places, 2002)

**Acessibilidade:** O primeiro grupo diz respeito diretamente aos acessos, ligações e conexões do espaço público com a sua envolvente, tanto fisicamente quanto visualmente. Um bom espaço público costuma apresentar uma boa facilidade de acesso e circulação interna, ser acessível quanto a proximidade de infraestruturas existentes, como parques de estacionamento e uma eficaz rede de transportes públicos. Uma boa visualização também é relevante para a atratividade e consequente acessibilidade do espaço público, um local visível à distância transmite a sensação de segurança, aumentando a probabilidade de sucesso do local.

A organização aponta algumas questões que considera fundamentais no âmbito dos acessos e ligações:

- É possível ver o espaço de qualquer distância? O seu interior é também visível pelas pessoas que passam pelo seu exterior?
- Como é estabelecida a relação do local com os edifícios adjacentes? Existem boas ligações? Os indivíduos que possuem suas rotinas próximas ao local, utilizam o espaço público?
- É possível chegar facilmente caminhando ao local? Ou há barreiras físicas como automóveis?
- As calçadas são acessíveis a todos? Está o espaço preparado para pessoas com mobilidade condicionada?
- Há uma boa conexão entre o local e o entorno? Existem boas ligações entre o espaço e a malha urbana?

- Existe alguma rede de transportes eficaz para as pessoas chegarem até lá?
- Existem parques de estacionamento? Estão bem localizados?

**Conforto e Imagem:** O segundo grupo diz respeito ao conforto e a imagem do espaço público. O conceito de conforto é considerado um atributo importante para um espaço público pois pode provocar a sensação de segurança e/ou descanso, características com grande potencial de atratividade de pessoas. É importante também o local transmitir uma boa imagem, estar bem-apresentado, limpo e organizado. Um ponto interessante que a organização aborda é quanto a locais de repouso, além de serem confortáveis, estes precisam estar dispostos de forma a proporcionar aos utentes a escolha por onde se sentem mais à vontade. A organização defende que a situação de diferentes possibilidades e escolha pelo utente muitas vezes é subestimada pelos projetistas, mas importante para o bem-estar das pessoas no local.

As questões que a organização considera importantes no âmbito do conforto e imagem são:

- O local causa uma boa primeira impressão?
- O local costuma estar limpo? Há algum tipo de manutenção? Com que frequência?
- Há um número maior de frequentadores homens ou mulheres? (A organização defende que as mulheres costumam ser mais críticas quanto ao conforto e imagem dos locais)
- Há assentos suficientes para todas as pessoas sentarem? Esses bancos estão bem localizados? Existe a possibilidade de escolha para sentar, seja no sol ou a sombra?
- O utente se sente seguro quando utiliza o espaço público? Há alguma medida de segurança da parte da gestão do local?
- As pessoas apreciam o local? Tiram fotografias?
- O local é predominantemente destinado a veículos ou às pessoas?

**Atividades:** O terceiro grupo é referente a possibilidade de realizar atividades. As diferentes opções de atividades e usos que podem ser exercidos em um espaço público são considerados fortes razões quando uma pessoa decide se deslocar até o lugar, desempenhando um importante papel de atratividade. Além de possibilitar diferentes usos, é fundamental que as atividades propostas considerem as necessidades, exigências e hábitos da população local, incentivando a ida e o regresso dos usuários.

A organização lista alguns princípios que considera relevantes na hora de avaliar as atividades e usos de um lugar:

- Um local que apresenta um elevado número de atividades disponíveis para seus usuários costuma apresentar um melhor desempenho. E quanto maior a quantidade de atividades, melhor;
- As atividades propostas deverão atrair um número equilibrado entre utilizadores do sexo feminino e masculino;
- Deverá ser utilizado por pessoas de todas as faixas etárias, desde os mais jovens aos mais velhos, induzindo variedade de opções de atividades dentro do lugar;
- O lugar deverá ser utilizado durante todo o dia;
- Um espaço que pode ser utilizado individualmente ou em grupo é melhor que um espaço que só possibilite uma das opções;
- A gestão do espaço é importante para o seu sucesso.

Quanto a questões que também devem ser consideradas na hora de avaliar o espaço público:

- Há pessoas que utilizam esse espaço público? Ou ele costuma estar vazio?
- O espaço é todo ocupado, ou existem zonas vazias?
- O local é utilizado durante diferentes horários ao longo do dia?
- Há variedade de atividades? Existe opção de escolha nas atividades?
- As pessoas costumam ir sozinhas ou acompanhadas?
- É utilizado por pessoas de diversas idades? Tanto usuários mais jovens quanto os mais velhos?
- Nota-se a presença de uma equipa de gestão? Ou qualquer pessoa é responsável pela gestão do espaço?

**Sociabilidade:** Por fim, o último grupo é denominado sociabilidade. Das características já citadas, esta é a qualidade mais difícil de se alcançar, mas quando obtida transforma o local em singular e único. A sociabilidade se faz presente quando as pessoas se encontram com amigos, familiares, vizinhos e se sentem confortáveis em interagir com estranhos. Essa dinâmica apenas ocorre quando os utentes apresentam um sentimento de pertence ao lugar e uma maior sensação de proximidade para criação de laços com a comunidade.

As questões que a organização considera como mais importantes no âmbito da sociabilidade:

- As pessoas costumam permanecer em grupos ou sozinhas?
- As pessoas usam o espaço para se encontrar com seus amigos ou familiares?
- As pessoas que costumam frequentar o lugar se reconhecem pela fisionomia ou até pelo nome?
- As pessoas parecem felizes? Sorrindo e se divertindo?
- O local é utilizado regularmente e por preferência pessoal?

- Existe uma diversidade de utentes? Grupos com diferentes idades e culturas que refletem as características da zona?
- As pessoas costumam cuidar do local e se preocupar com o lixo lá deixado?

#### 2.6.2. O Chão da Cidade – Pedro Brandão (2002)

Pedro Brandão é um arquiteto português doutorado em Espaço Público e Regeneração Urbana, sua área de trabalho é a arquitetura e o design, mas especialmente o espaço público e o desenho urbano. Em parceria com o Centro Português de Design e outros colaboradores, o arquiteto desenvolveu uma metodologia intitulada “O chão da cidade – Guia de avaliação do design de espaço público” (2002). A base do guia é um estudo encomendado pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT), e é fundamentada em princípios recomendados pelo Livro Verde do Ambiente Urbano da União Europeia e pela Agenda Local 21. O guia apresenta como objetivo permitir uma avaliação dos processos de intervenções realizadas no desenho do espaço público de um ponto de vista técnico, visto que é direcionada às entidades gestoras, seus técnicos e projetistas especialistas.

O guia é elaborado no formato de uma ferramenta de análise e é composto basicamente por duas etapas. A primeira etapa pode ser considerada a mais importante e é caracterizada por *checklists* com diversos temas que o autor julga como fundamentais na hora de avaliar a qualidade de um projeto de espaço público. Todas as informações necessárias são descritas, coletadas e analisadas nessa primeira etapa. A segunda etapa é decorrente da etapa anterior, é produzida uma grelha de avaliação com os resultados obtidos, permitindo uma melhor visualização dos resultados finais.

Para uma melhor estruturação da metodologia de análise, o autor divide as principais características que utiliza como parâmetro na avaliação em dois diferentes grupos: critérios gerais e critérios específicos. O primeiro grupo, critérios gerais, representa as características qualitativas do espaço público que buscam a avaliação da qualidade do mesmo. É utilizado parâmetros como: identidade, continuidade, mobilidade, acessibilidade, permeabilidade, segurança, conforto e aprazibilidade, inclusão social, legibilidade, diversidade, adaptabilidade, robustez, durabilidade e sustentabilidade.

O grupo de critérios específicos diz respeito a parâmetros mais singulares de cada área de intervenção do projeto, com maior individualidade e detalhes. É possível citar como parâmetros deste grupo: os elementos e estruturas naturais, elementos de expressão artística, elementos de comunicação, equipamentos e mobiliário urbano, elementos de iluminação, elementos de infraestruturas viárias e de transportes. A metodologia utilizada neste grupo é além das características gerais de cada critério, são também apresentados objetivos e particularidades para cada área específica do projeto, que buscam avaliar cada detalhe através de uma percepção mais pormenorizada. São sugeridas também

algumas recomendações para minimizar os possíveis impactos negativos que esses equipamentos possam causar.

Após a divisão e caracterização dos grupos, o autor elabora uma *checklist* para cada conjunto de critérios. A *checklist* referente ao grupo de critérios gerais é apresentada na Tabela 4, já a *checklist* dos critérios específicos encontra-se em anexo por sua extensão. Assim, quando utilizada a ferramenta em destaque, primeiramente é necessário definir em qual grupo de critérios o espaço público a ser avaliado se enquadra, e assim definir qual *checklist* deverá ser aplicada. Os itens da *checklist* são primeiramente analisados a partir do registro de elementos considerados pontos fortes ou pontos fracos no espaço público, e após a verificação de cada critério, recebem uma classificação pontual de 1 a 5 pontos, sendo 1 o valor mínimo com a menor qualidade e o 5 o valor máximo com a maior qualidade. A partir das informações recolhidas é elaborada uma grelha de avaliação com as principais informações e a classificação geral da pontuação alcançada pelo espaço analisado, e assim é possível perceber o nível da qualidade do espaço público em destaque.

Tabela 4. Avaliação qualitativa de orientações de projeto face a critérios gerais (Brandão, 2002)

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	AVALIAÇÃO (1 a 5)
IDENTIDADE Carácter e significado do espaço; forma como os utentes aderem, se relacionam e se apropriam do espaço.			
CONTINUIDADE   PERMEABILIDADE Integração no contexto e na malha urbana, contribuindo para a fluidez e coerência visual do local e redes e serviços.			
SEGURANÇA, CONFORTO, APRAZIBILIDADE Qualidades físicas, funcionais e formais do espaço, visando a qualidade do uso. Vegetação, luz, equipamento.			
MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE, PERMEABILIDADE Facilidade de ligações físicas; adequação a diferentes tipos de deslocação; separação de vias, delimitações.			
INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL Consideração de expectativas e necessidades, sem exclusão no uso do espaço, de qualquer grupo social. Controlo da privatização do espaço.			

<b>LEGIBILIDADE</b> Características físicas, formais e funcionais que contribuem para a rápida e fácil compreensão do espaço.			
<b>DIVERSIDADE, ADAPTABILIDADE</b> Flexibilidade e versatilidade para adaptação a usos diversos e a possíveis alterações futuras.			
<b>RESISTÊNCIA, DURABILIDADE</b> Adequação dos materiais e equipamentos às solicitações do uso, desgaste, vandalismo, clima, etc. Manutenção minimizada.			
<b>SUSTENTABILIDADE</b> Gestão equilibrada dos recursos consumidos (instalações, energia, manutenção) com criação de valor (benefício económico, ambiental e social). Otimização do uso do solo e dos transportes públicos.			

### 2.6.3. 12 Critérios para Determinar um Bom Espaço Público – Yan Gehl (2006)

Jan Gehl é um arquiteto e urbanista dinamarquês com a maior parte da sua carreira dedicada ao urbanismo, especialmente ao espaço público. Em conjunto com os urbanistas Lars Gemzøe e Sia Karnaes publicam em 2006 o livro intitulado “*New City Life*”, que possui como principal tema a vida urbana. Uma questão bastante relevante e relatada no livro é quanto a evolução assistida na produção dos espaços públicos, em um cenário pouco recente eram vistos por muitos como elementos secundários e dispensáveis na vida das cidades. Hoje assumem um papel primordial para o seu desenvolvimento e sua integração com a população.

A partir da perspectiva da alta relevância do espaço público como tema atual do urbanismo, os autores dinamarqueses condensam princípios que consideram determinantes para se obter um bom espaço público em 12 critérios (Tabela 5). Esses critérios são bastante simples e acessíveis, podendo ser utilizados por qualquer pessoa como uma ferramenta para diagnosticar se um lugar se classifica ou não como um bom espaço público, avaliando sua qualidade e possíveis campos para melhorar.

**Critério 01. Proteção contra o tráfego:** O primeiro princípio considera que as cidades e os espaços públicos devem oferecer segurança aos pedestres para que possam se deslocar pelas ruas com total segurança sem ter a constante preocupação de que serão atingidos por automóveis. Esta perspectiva



sugere também a educação dos pedestres a terem precaução e ensiná-los que não existem motivos para temer o trânsito de veículos.

**Critério 02. Segurança pública nos espaços públicos:** Para que os espaços públicos sejam considerados lugares seguros contra assaltos e vandalismos é importante que exista a possibilidade de realizar atividades durante todas as horas do dia, inclusive em períodos noturnos. Um requisito essencial para que as pessoas se sintam seguras nos espaços públicos durante a noite é a existência de uma iluminação adequada.

**Critério 03. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis:** As condições climáticas de um lugar não são sempre adequadas para atividades ao ar livre, dessa forma os espaços públicos devem incluir áreas adequadas para proteger-se do calor, da chuva e do vento, evitando assim uma experiência sensorial desagradável. Os autores citam as áreas verdes como criadoras de ambientes mais agradáveis e protegidos, além de auxiliarem na diminuição do calor, da poluição e dos ruídos das cidades, a sua existência e multiplicação em áreas urbanas deve ser valorizada e incentivada, beneficiando o bem-estar da população.

**Critério 04. Espaços para caminhar:** É importante que as cidades sejam atrativas para as pessoas caminharem, e elementos ao longo do espaço público que estimulem essa atividade são fundamentais. Nesse sentido é possível perceber que fachadas interessantes nos edifícios próximas ao espaço público são bons atrativos, além de superfícies regulares no piso que garantam o acesso de todos, inclusive de pessoas com mobilidade reduzida.

**Critério 05. Espaços de permanência:** Os espaços públicos devem ser agradáveis para que as pessoas possam permanecer por grandes intervalos de tempo, seja para descanso, espera ou outros motivos. É interessante que durante esse tempo de repouso seja possível apreciar as fachadas e paisagens que a cidade oferece, sem trazer a sensação de monotonia.

**Critério 06. Ter onde se sentar:** Quando os autores avaliaram espaços públicos que recebem muitos visitantes, perceberam que um dos aspectos mais comuns é a indisponibilidade de assentos suficiente para todos. Para que essa situação não continue e se torne um inibidor de novos usuários, é indicado aumentar a quantidade de mobiliário urbano nestes espaços. Como resultado dessa intervenção é

possível destinar diferentes lugares para diferentes atividades, como por exemplo descanso, lazer e leitura. Assim o espaço fica mais completo e organizado quanto a circulação e repouso dos usuários, como também é estabelecido as funções de cada lugar no espaço público.

**Critério 07. Possibilidade de observar:** Apesar de que nem todos os espaços públicos apresentem características ao ar livre, os autores argumentam que garantir visuais para que os usuários tenham a possibilidade de contemplar as perspectivas da cidade é um grande elemento de diferenciação, identidade e até atratividade.

**Critério 08. Oportunidade de conversar:** Os espaços públicos são considerados locais de lazer e de encontro, dessa forma devem contar com um mobiliário urbano que convide e fomente a interação entre as pessoas. Além do mobiliário específico, é recomendado a presença de baixos níveis de ruído para que seja permitida a conversa sem dificuldades e interrupções entre seus usuários. O ideal é que os espaços públicos não estejam localizados próximos a locais com ruídos desagradáveis, como os de motores de automóveis ou grandes indústrias.

**Critério 09. Locais para se exercitar:** Os autores acreditam que os espaços públicos devem garantir o acesso a equipamentos esportivos para todos os cidadãos, incentivando um estilo de vida menos sedentário e mais saudável.

**Critério 10. Escala Humana:** O livro defende que a cidade e seus espaços públicos devem ser formados a partir de uma escala humana, levando em conta a perspectiva dos olhos das pessoas. Quando são construídas obras de grande dimensão, é fundamental que seja garantido aos cidadãos a possibilidade de se relacionar com a nova infraestrutura em uma escala humana, ou seja, que as dimensões não superem aquilo que está ao alcance de uma pessoa comum. Caso contrário, é possível que seja criada uma grande barreira entre o edificado e a população, criando uma sensação de desconforto.

**Critério 11. Possibilidade de aproveitar o clima:** Cada zona apresenta clima e topografia específicos, sendo necessário que durante a elaboração do espaço público essas características sejam levadas em consideração. É preciso criar espaços que potencializem atividades ao ar livre, mesmo em zonas com clima mais extremo que podem limitar esse tipo de atividade.

**Critério 12. Boa experiência sensorial:** Segundo os autores, o forte contato com a natureza que as pessoas atingem nos parques tendem a conecta-las com seus sentidos a um nível normalmente não alcançado em outros espaços urbanos. Para fomentar essa ligação, os espaços públicos devem contar com bons acessos e pontos de encontro com a natureza através da presença de animais, cursos de água, árvores e outras plantas. Outra questão relevante é assegurar aos visitantes um mobiliário urbano confortável e que apresente um desenho e acabamento de qualidade, feito com bons materiais.

*Tabela 5. Tabela resumo com os critérios de Yan Gehl (2006)*

<b>1. PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO</b> - Segurança para os pedestres - Sem motivos para temer o tráfego	<b>2. SEGURANÇA PÚBLICA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS</b> - Circulação de pessoas - Espaços que tenham vida de dia e de noite - Boa iluminação	<b>3. PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESAGRADÁVEIS</b> - Abrigo de vento, chuva e sol - Áreas verdes que amenizem altas temperaturas, poluição e barulho
<b>4. ESPAÇOS PARA CAMINHAR</b> - Fachadas interessantes - Ausência de obstáculos - Superfícies regulares - Acessibilidade a todos	<b>5. ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA</b> - Locais públicos agradáveis para permanecer - Fachadas e paisagens interessantes para contemplar	<b>6. TER ONDE SE SENTAR</b> - Mobiliário público direcionado às atrações - Passagem de pessoas, vista, etc - Locais para descansar
<b>7. POSSIBILIDADE DE OBSERVAR</b> - Vistas e paisagens que não estejam escondidas	<b>8. OPORTUNIDADE DE CONVERSAR</b> - Baixos níveis de ruído - Mobiliário urbano que convide à interação entre as pessoas	<b>9. LOCAIS PARA SE EXERCITAR</b> - Equipamentos públicos para praticar desportos - Entretenimento e atividades na rua - de dia, de noite, no verão e no inverno
<b>10. ESCALA HUMANA</b> - Edificações e espaços projetados para a escala humana - a cidade vista da perspectiva dos olhos das pessoas	<b>11. POSSIBILIDADE DE APROVEITAR O CLIMA</b> - Locais para aproveitar cada estação, de acordo com o clima e a topografia da cidade	<b>12. BOA EXPERIÊNCIA SENSORIAL</b> - Árvores, plantas e cursos d'água acessíveis - Mobiliário urbano feito com bons materiais - Design e acabamento de qualidade

#### 2.6.4. Conclusão: Comparativo das Metodologias de Avaliação

Através da apresentação de três metodologias que avaliam a qualidade de um espaço público, é possível notar critérios comuns entre elas e que algumas apresentam abordagens que priorizam mais um âmbito que outro. A diferença das abordagens demonstra os diferentes pontos de vista em relação a um espaço público de qualidade, recebendo influência do autor que os analisa e do contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, vale ressaltar que a metodologia elaborada pela organização *Project for Public Spaces* (2000) é elaborada em contexto norte-americano, na cidade de Nova York. A metodologia elaborada por Brandão (2002) é produzida a partir do cenário português e a elaborada por Yan Gehl (2006) possui como autores profissionais dinamarqueses. Ambas as duas últimas são situadas no âmbito europeu, mas com países de contextos diferentes.

Com a intenção de evidenciar semelhanças e diferenças entre as metodologias, é elaborado um quadro (Quadro 6) destacando os principais critérios abordados. Os critérios são dispostos a partir dos temas semelhantes, utilizando como referencial as quatro características que a organização *Project for Public Spaces* defende como essenciais para espaços públicos de sucesso. Adicionou-se mais um grupo de critérios, o nº 5, para incluir a Sustentabilidade, presente na metodologia de Brandão. A escolha em separar os critérios a partir dessa metodologia específica é feita pois os quatro atributos chaves são caracterizados de forma mais ampla, e conseguem assim englobar critérios mais específicos relacionados ao mesmo assunto.

Por meio das metodologias apresentadas e do quadro resumo, é observado que a ferramenta elaborada pela *Public for Public Spaces* (2000) é bastante simples e acessível. Como a metodologia não é direcionada para técnicos, nem projetistas, e sim para qualquer pessoa da comunidade, possibilita de forma simples uma avaliação eficaz do espaço público por qualquer cidadão. A metodologia é baseada em questões de fácil percepção, possibilitando que sejam detectados as qualidades e os problemas existentes em cada espaço público de forma descomplicada, auxiliando a formulação de soluções simples a partir da visão de quem vivencia o espaço. Por outro lado, a metodologia pode apresentar características muito amplas acerca de alguns temas e tornar a avaliação vaga em alguns aspectos.

O método desenvolvido pelo arquiteto Pedro Brandão é dirigido especialmente para quem possui um conhecimento técnico sobre o assunto, profissionais como projetistas, técnicos especialistas e responsáveis das autarquias locais. É considerada uma metodologia que apresenta uma certa complexidade para sua utilização já que quem a utiliza necessita de conhecimentos específicos para conseguir realizar uma correta classificação dos itens abordados. A ferramenta fornece às entidades com responsabilidade na gestão de espaços públicos ou financiadoras de operações para a sua

produção ou requalificação, os meios necessários à análise da qualidade dos projetos. Além de privilegiar soluções integradas que conjugam as vertentes ambiental, econômica e social. A metodologia também estimula a reflexão sobre a problemática do design urbano e encoraja o bom desenho do espaço público, seja a nível de projeto quanto a nível de gestão. Contudo, a ferramenta possui a desvantagem de não priorizar a perspectiva dos seus usuários, atores fundamentais para o sucesso de um espaço público.

Quando comparada a metodologia de Brandão com a metodologia elaborada pela *Project for Public Spaces*, a maior parte dos seus oito critérios são facilmente inseridos nos quatro grupos de atributos apresentados no Diagrama do Lugar. Cada critério elaborado por Brandão consegue se enquadrar em algum grupo da outra metodologia. Entretanto, o critério Sustentabilidade não pode ser classificado em nenhum grupo do Diagrama do Lugar, é um critério que apresenta outra abordagem, se fazendo necessária a criação de um novo grupo de critérios semelhantes, com o tema sustentabilidade.

No que toca a ferramenta elaborada por Yan Gehl, esta pretende fornecer suporte para a elaboração de novos espaços públicos, mas pode também auxiliar na melhora daqueles já executados e que podem apresentar alguma deficiência. A metodologia pode ser utilizada tanto por técnicos quanto pela população, possibilitando tanto intervenções simples ou complexas. O propósito da ferramenta em identificar critérios de características simples é auxiliar através de ideias acessíveis e eficazes que podem facilmente ser implementadas nas cidades.

Quando comparado o método desenvolvido pelos profissionais dinamarqueses com as demais metodologias, é notado que este não apresenta critérios específicos em relação a acessibilidade do espaço público com o seu entorno, possibilitando uma análise incompleta do objeto em destaque. É demonstrado pelos outros autores a importância de algumas características da zona em que o espaço público está inserido e como estas podem influenciar diretamente o sucesso desse espaço. É visível também nesta metodologia o destaque para o conforto e a imagem do espaço público, dos 12 critérios apresentados, 8 possuem como base esse âmbito. Assim, é possível afirmar que a ferramenta prioriza a experiência do usuário. Este tipo de perspectiva pode ser interessante, mas por outro lado pode deixar de lado outros âmbitos que também apresentam grande responsabilidade quando analisado um espaço público de qualidade.

Como resultado do comparativo das ferramentas apresentadas, todos os critérios das três metodologias são divididos em grupos de critérios semelhantes que apresentam o mesmo tema e mesmo âmbito. São assim formados 5 grupos: Acessibilidade, Conforto e Imagem, Atividades, Sociabilização e Sustentabilidade. O intuito de criar grupos de critérios semelhantes é buscar identificar

e compreender, apoiado na combinação das três metodologias, quais são as características consideradas fundamentais quando avaliada a qualidade de um espaço público.

*Tabela 6. Quadro comparativo metodologias de avaliação*

<b>Diagrama do Lugar – Project for Public Spaces (2000)</b>	<b>O Chão da Cidade – Pedro Brandão (2002)</b>	<b>12 Critérios para Determinar um Bom Espaço Público – Yan Gehl (2006)</b>	<b>GRUPO DE CRITÉRIOS SEMELHANTES</b>
ACESSIBILIDADE	CONTINUIDADE/ PERMANENCIA		01
	MOBILIDADE/ ACESSIBILIDADE/ PERMEABILIDADE		
CONFORTO E IMAGEM	IDENTIDADE	PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO	02
	SEGURANÇA, CONFORTO, APRAZIBILIDADE	SEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	
	LEGIBILIDADE	PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESAGRADÁVEIS	
		TER ONDE SE SENTAR	
		POSSIBILIDADE DE OBSERVAR	
		ESCALA HUMANA	
		POSSIBILIDADE DE APROVEITAR O CLIMA	
		BOA EXPERIÊNCIA SENSORIAL	
ATIVIDADES	DIVERSIDADE/ ADAPTABILIDADE	ESPAÇOS PARA CAMINHAR	03
		ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA	
		LOCAIS PARA SE EXERCITAR	
SOCIABILIZAÇÃO	INCLUSÃO/ COESÃO SOCIAL	OPORTUNIDADE DE CONVERSAR	04
	SUSTENTABILIDADE		05

### 3. O ESPAÇO PÚBLICO ASSOCIADO A EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Esta etapa do trabalho exhibe a revisão bibliográfica acerca do tema em destaque neste capítulo: o âmbito cultural, os equipamentos culturais e a relação criada entre essa tipologia de equipamento público, caracterizada por atrair um elevado número de pessoas, e seu espaço público imediato.

Com o intuito de ilustrar casos em que um espaço público está conectado diretamente com um equipamento cultural, serão apresentados rapidamente quatro exemplos: a Ópera e Ballet Nacional da Noruega em Oslo (2008), a Biblioteca da Universidade de Friburgo na Alemanha (2015), a Fundação Calouste Gulbenkian (1969) e o Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (2016), ambos em Lisboa. Os exemplos serão brevemente apreciados quanto à qualidade do seu espaço público, utilizando de forma sistemática as cinco características identificadas no capítulo anterior como fundamentais em espaços públicos de qualidade: Acessibilidade, Conforto e Imagem, Atividades, Sociabilização e Sustentabilidade.

Aliando toda a investigação bibliográfica exibida na primeira etapa desta dissertação com os exemplos apresentados, o capítulo é encerrado com a elaboração de orientações de boas práticas para espaços públicos vinculados a equipamentos culturais de elevada atratividade.

#### 3.1. A Importância do Equipamento Cultural

Para compreender a importância dos equipamentos culturais no cenário contemporâneo dos centros urbanos, é fundamental primeiro perceber o significado de cultura. Willians (1976 apud Viegas, 2013) defende que o conceito de cultura pode ser interpretado a partir de três diferentes perspectivas: a antropológica, a sociológica e a estética. Segundo a perspectiva antropológica, o autor refere o conceito de cultura vinculado ao modo de vida de um povo, a maneira como um determinado grupo de seres humanos pensa, fala e age. Do ponto de vista sociológico, a cultura é associada a um campo de conhecimento dos grupos humanos que abrange desde a sua produção até o consumo de atividades culturais. A cultura é então entendida como espetáculo, política, produção e consumo. Por fim, pela perspectiva estética, o conceito de cultura se refere as atividades intelectuais e artísticas, como por exemplo a música, a literatura, o teatro, o cinema, a pintura, a escultura e a arquitetura. (Viegas, 2013)

A partir da definição de cultura é possível partir para a definição do termo “equipamento cultural”. Coelho (1997 apud Graeff et al, 2015) define o conceito de equipamento cultural como tanto as edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.).

Os equipamentos culturais começam a se destacar nos centros urbanos a partir do final da segunda Guerra Mundial, quando as cidades sentiram a necessidade de retornar aos valores do passado face ao choque da modernização da época. Assim, os equipamentos culturais são evidenciados com o propósito de servir como um acervo de memórias para a cidade e sua população. (Silva, 2012)

No sentido de afirmar a importância dos equipamentos culturais no contexto atual é elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016) um Relatório Global intitulado *“Culture: Urban Future”*. O documento reconhece o papel da cultura no desenvolvimento urbano sustentável. Afirma que esta precisa ser plenamente integrada às estratégias urbanas para assegurar sua sustentabilidade, e uma melhor qualidade de vida para seus residentes. As principais recomendações presentes no relatório incluem uma série de medidas que têm por objetivo reconhecer e promover a diversidade cultural das cidades, integrar a cultura para combater a violência urbana, além de garantir investimentos para inserir a cultura, o patrimônio cultural e a criatividade no planejamento urbano. O relatório ainda busca demonstrar como as cidades são consideradas espaços de vida vibrantes, e sem a presença da cultura, são meras construções, propensas à degradação e à fratura social.

A Direção-Geral do Património Cultural de Portugal (2017) defende que os equipamentos culturais, especificamente os museus e os monumentos, são lugares únicos que proporcionam experiências memoráveis e uma aprendizagem indispensável à formação da identidade da população. Afirma ainda que estes espaços transmitem valores, despertam memórias e interagem diretamente com a contemporaneidade.

O contexto atual é marcado pelo aparecimento de novos valores associados às políticas de competitividade das cidades, valores ligados à promoção de uma imagem e à sua projeção para o exterior, acentuando a necessidade do marketing das cidades. Assim, se torna cada vez mais indispensável para as cidades a elaboração de uma estratégia política que aposte no setor cultural, na criação de novos equipamentos com esse carácter e que sejam polos qualificadores da cidade, além de produzirem uma boa imagem para o exterior. (Silva, 2012)

Viegas (2013) defende que a associação da cultura ao turismo gera benefícios mútuos capazes de reforçar a atratividade e a competitividade das cidades, regiões e/ou dos países, gerando importantes proveitos económicos capazes de custear a manutenção do património e a produção cultural. A autora também defende que a cultura é um elemento cada vez mais importante do produto turístico e permite criar uma posição de destaque num mercado globalizado, ganhando vantagens competitivas.

No âmbito municipal, a cultura também se faz presente e é considerada umas das áreas estratégicas basilares enquadradas na Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 (CML, 2009). O documento pretende



dar resposta a um conjunto de questões que constituem os atuais desafios estratégicos no planeamento de Lisboa para perspectivar o futuro, planeando e concretizando o que se busca para a cidade. A cultura está presente em um dos eixos de revitalização e de afirmação da centralidade de Lisboa, afirmando a identidade da cidade. (CML, 2009)

Lisboa apresenta uma oferta cultural variada e significativa, que tem crescido ao longo dos últimos anos. A Câmara Municipal de Lisboa (CML), no âmbito das competências que lhe foram atribuídas, é a grande responsável pela gestão e organização de muitos dos equipamentos culturais municipais, assegurando assim as ações necessárias à proteção, conservação e restauro do património cultural do município. A rede de equipamentos culturais municipais também se faz fundamental para a concretização do Direito à Cultura, consagrado na Constituição da República Portuguesa. (CML, 2017)

Como benefícios da cultura e dos equipamentos culturais nos centros urbanos é possível citar: a valorização do passado, das memórias e da identidade; o auxílio na manutenção da cidade e na coesão social; um desenvolvimento urbano sustentável; uma estratégia para a competitividade num mundo cada vez mais globalizado; um aumento das dinâmicas económicas; e um aumento da qualidade de vida da população. Os equipamentos possuem grande capacidade de atração de pessoas, são edifícios marcantes na identidade da zona, são geradores de cultura e também potencializam o desenvolvimento humano, social e económico. A cultura assume assim uma forte relevância na vida das cidades, dos seus residentes e na sua economia.

O reconhecimento da importância dos equipamentos culturais nos centros urbanos faz com que os apoios político e financeiro de projetos com esse âmbito recebam incentivo e prestígio. Os edifícios com essa intenção começam a ser construídos de raiz para esse objetivo, e o entusiasmo dos arquitetos em relação ao seu desenho começa a crescer e resultando em edifícios inovadores no âmbito da arquitetura. (Silva, 2012)

### 3.2. Equipamentos Culturais e Espaços Públicos

A evolução do espaço público é marcada pela sua associação direta com equipamentos públicos, situação verificada desde a formação das primeiras cidades. A relação entre o espaço público e o equipamento público é vinculada à necessidade de equipar o espaço público de funções de interesses comunitários. Além de dar resposta às necessidades da população como comunicar, circular e interagir, também equipa a cidade de serviços através da criação de infraestruturas e edifícios ligados à educação, administração, justiça, saúde, cultura, ou mesmo ao lazer e entretenimento. Assim, enquanto elementos de apoio à população, os equipamentos públicos podem justificar a afluência de

peças a um local e a sua eventual fixação. Dada a sua força mobilizadora, a importância desses equipamentos para a sociedade se reflete diretamente na malha urbana da cidade. (Silva, 2012)

Se no passado os espaços públicos assumiam-se em grande parte como pontos essenciais da vida social e política das cidades, atualmente as suas funções recaem em componentes principalmente associadas ao recreio e ao lazer, muitas vezes com um consumo subjacente como o cultural, o desportivo ou o alimentar. (Fernandes, 2012)

A partir da valorização da cultura e dos equipamentos culturais, o espaço público associado a esses elementos também se destaca na malha urbana das cidades. Os equipamentos culturais são caracterizados por atrair um elevado número de pessoas e em consequência, seus espaços públicos necessitam cumprir alguns requisitos para conseguirem apoiar de melhor forma suas atividades. Nesse sentido, Brandão (2002) afirma que o espaço público urbano se transforma em um vetor decisivo para incrementar o acesso à cultura e a à qualidade de vida da população. É verificada a importância em criar espaços públicos que possuam capacidade de atrair e receber de melhor forma não só a população local, mas também os visitantes do equipamento cultural.

A valorização dos equipamentos com caráter cultural é também verificada enquanto objeto da arquitetura. Arquitetos de renome estão cada vez mais envolvidos nesse tipo de projeto, propiciando um maior prestígio a esses equipamentos. Como o projeto de um novo equipamento cultural envolve tanto o desenho da edificação quanto o desenho do seu espaço público imediato, no lote do seu terreno, os projetistas se tornam responsáveis por todo o conjunto da obra. Se torna função do arquiteto equacionar os dois elementos e projetar de forma a criar um equipamento cultural com um bom espaço público que possa agregar valor para seu entorno imediato e para a cidade, atraindo desde os visitantes do museu até os habitantes da zona.

### 3.3. Exemplos Ilustrativos de Enquadramento

A apresentação de casos em que o espaço público é associado a equipamentos culturais se mostra fundamental para uma melhor percepção sobre a relevância do tema em destaque. Dessa forma, são apresentados quatro exemplos situados no contexto europeu, os últimos dois especificamente na cidade de Lisboa. Os exemplos são selecionados a partir da sua relevância no cenário de equipamentos culturais contemporâneos e também devido ao destaque da sua forma arquitetônica. É elaborada uma breve apreciação descritiva com base nos 5 grandes grupos vistos no capítulo anterior. Para uma análise mais profunda sobre cada exemplo seria necessário um conhecimento mais profundo sobre cada equipamento, assim como um maior tempo de pesquisa.

### 3.3.1. Ópera e Ballet Nacional da Noruega, Oslo (2008)

O primeiro exemplo é localizado na capital da Noruega, Oslo, e de autoria do atelier norueguês Snøhetta. O equipamento cultural em destaque é inaugurado em 2008 e abriga a Ópera e o Ballet Nacional da Noruega, considerado a maior instituição musical e teatral do país. Com a inauguração da nova sede, a ópera se torna um local de trabalho para cerca de 600 funcionários e tem previsão de receber cerca de 300 concertos e 250 mil visitantes por ano.

O projeto é elaborado a partir de um concurso em que o edital estabelece que a ópera deve ser caracterizada por uma elevada qualidade arquitetônica e monumental. O conceito do projeto vencedor busca tornar o edifício monumental através de uma acessibilidade no seu sentido mais amplo, onde o acesso é fácil para todos em todas as superfícies externas do equipamento. Dessa forma, o projeto é formado por diversas superfícies horizontais e inclinadas em direção ao topo da edificação, de livre acesso, tornando o telhado um grande espaço público.



Figura 2. Ópera e Ballet Nacional da Noruega e seu entorno  
(<https://www.archdaily.com.br/br/759855/oslo-opera-house-snohetta/500ebce828ba0d0cc7000109-oslo-opera-house-snohetta-photo> - Consultado em 07/2017)



Figura 3. Ópera e Ballet Nacional da Noruega  
([https://www.shtreber.com/uploads\\_gallery/originals/Geografija/6.%20razred/SEVERNA%20EVROPA/Kraljevin%20Norve%C5%A1ka/g633\\_8oslo.jpg?1489247963517](https://www.shtreber.com/uploads_gallery/originals/Geografija/6.%20razred/SEVERNA%20EVROPA/Kraljevin%20Norve%C5%A1ka/g633_8oslo.jpg?1489247963517) – Consultado em 07/2017)



Figura 4. Ópera e Ballet Nacional da Noruega

(<https://i.pinimg.com/originals/a5/45/26/a54526faa129c118598cc76d6f8a9898.jpg> - Consultado em 07/2017)

Quanto a qualidade do espaço público da Ópera e Ballet Nacional da Noruega:

#### **Acessibilidades:**

A zona da cidade em que o equipamento está inserido apresenta características de uma capital, com um elevado número de edificações e uma malha viária bastante presente. A ópera se destaca na malha urbana enquanto o projeto procura conectar a paisagem natural do fiorde com a urbanidade da cidade. Um aspecto relevante no âmbito da acessibilidade é a proximidade com a linha férrea, demonstrando uma facilidade de acesso através de transportes públicos. (Figura 2)

O principal acesso ao equipamento, e seu espaço público, acontece através de uma ligação aérea exclusiva para pedestres, que conecta a calçada da avenida principal até a ópera, atravessando um canal localizado em frente ao lote. O espaço público da ópera se torna uma continuação do passeio público e da ciclovia, que prossegue pelos dois lados da edificação.

#### **Conforto e Imagem:**

O espaço público do equipamento é exclusivo para pedestres, beneficiando o conforto e a segurança dos usuários. Para garantir o conforto ao seu público, a ópera é equipada com um conjunto de mobiliário urbano, estacionamento para bicicletas, bancos e postes de luz especialmente projetados em aço inoxidável para uma melhor durabilidade e menor manutenção. Contudo, o mobiliário é situado apenas em locais pontuais, podendo não ser suficiente para atender toda a demanda de visitantes. Conforme descrição do projeto, árvores teriam sido plantadas em lugares específicos do equipamento, mas segundo as imagens demonstram, não é possível localiza-las. O espaço público é formado por uma grande superfície disponível para acesso livre da população, entretanto, é possível visualizar que não apresenta elementos que protejam seus usuários de situações climáticas desfavoráveis, impedindo o uso do espaço em qualquer período do ano. (Figura 3)

**Atividades:**

A principal característica do espaço público é o solo desocupado para uso público, característica que possibilita a prática de diversas atividades de acordo com a preferência dos usuários. A forma diferenciada do telhado da edificação apresenta uma vista privilegiada para o fiorde, transformando suas rampas em verdadeiros miradouros para observação da natureza. Apesar dessas situações positivas, esse mesmo cenário pode também não ser muito atrativo para a população pela falta de incentivo a atividades mais dinâmicas e estimulantes. (Figura 4)

O projeto utiliza como estratégia para atrair um maior número de pessoas para o seu espaço público, a possibilidade das atividades que ocorrem no interior do edifício, desde as salas de ensaio de balé até as oficinas, serem visualizadas a partir de grandes planos de vidro no seu exterior. Essa situação permite uma relação direta do interior do equipamento cultural com o seu espaço público.

**Sociabilidade:**

O espaço público em destaque apresenta oportunidades para qualquer tipo de cidadão usufruir esse lugar, possibilitando a diversidade de usuários. Contudo, a avaliação só poderá ser confirmada a partir de visitas e observações in loco.

**Sustentabilidade:**

Quanto a sustentabilidade do equipamento é verificada a utilização de materiais com baixa manutenção, seja no mobiliário, quanto no piso e revestimentos. Para uma avaliação completa sobre todos as questões relacionadas a sustentabilidade do espaço público é necessário um estudo mais profundo sobre o projeto.

### 3.3.2. Biblioteca da Universidade de Friburgo, Alemanha (2015)

A Biblioteca da Universidade de Friburgo é sediada na cidade com o mesmo nome, Friburgo, na Alemanha. O equipamento cultural em destaque é construído nos anos 70, mas por problemas energéticos e deficiências na sua arquitetura, passa por uma intervenção de reconstrução. Em 2006 é lançado o concurso para definir o projeto da reconstrução. Em 2015, é inaugurado o novo equipamento, com projeto do arquiteto suíço Heinrich Degelo. A Biblioteca da Universidade é um equipamento cultural de destaque na cidade, recebendo cerca de 12 mil visitas por dia.

Quanto a qualidade do espaço público da Biblioteca da Universidade de Friburgo:

**Acessibilidades:** O equipamento cultural é vizinho da Universidade e do Teatro da cidade, aproveitando todas as infraestruturas existentes e reafirmando a identidade da zona. Apesar da volumetria criada, bastante impactante e contrastante com a da sua malha urbana, a comunicação com o seu entorno é considerada boa (Figura 5). Uma das estratégias do arquiteto para amenizar a



diferença entre as edificações é utilizar nas fachadas do novo equipamento cultural um material reflexível que espelha as fachadas antigas dos edifícios ao seu redor. Ainda no âmbito da acessibilidade, há forte presença de bicicletas estacionadas no terreno da biblioteca, indicando um elevado incentivo a transportes alternativos não poluentes. (Figura 6)



Figura 5. Biblioteca da Universidade de Friburgo e seu entorno  
(<http://ais.badische-zeitung.de/piece/06/a5/61/86/111501702.jpg> - Consultado em 07/2017)



Figura 6. Biblioteca da Universidade de Friburgo  
([https://en.wikipedia.org/wiki/University\\_Library\\_Freiburg#/media/File:Uni\\_Bibliothek\\_\(Freiburg\)\\_jm33894.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/University_Library_Freiburg#/media/File:Uni_Bibliothek_(Freiburg)_jm33894.jpg) – Consultado em 07/2017)

Figura 7. Biblioteca da Universidade de Friburgo  
([https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c5/Uni\\_Bibliothek\\_%28Freiburg%29\\_jm49926.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c5/Uni_Bibliothek_%28Freiburg%29_jm49926.jpg) – Consultado em 07/2017)

**Conforto e Imagem:** O espaço público da biblioteca é equipado por um conjunto de mobiliário urbano que busca responder a demanda da população. Entretanto, não apresenta outras estratégias para garantir o conforto dos seus usuários. É visualizado um número muito pequeno de árvores ao longo do terreno, e também não é notado nenhum tipo de proteção climática para seu público. (Figura 7)

A edificação apresenta uma forte identidade de caráter arquitetônico, mas o seu espaço público não apresenta características que o destaque de forma única. Como exemplo, é constatado que o piso é o mesmo ao longo de todo o terreno, criando uma continuidade, mas ao mesmo tempo, não obtém nenhum tipo de diferencial com essa estratégia.

**Atividades:** O novo edifício é menor que o anterior em dimensão, essa característica permite que uma maior área do terreno esteja livre para uso público. A forma do equipamento cultural, criada a partir de ângulos, permite a criação de espaços de permanência, e com o auxílio de mobiliários urbanos adequados, estimula a apropriação do espaço pela população. O projeto dos arquitetos busca tornar o espaço público melhor que o anterior, tornando-o mais flexível e disponível para diferentes atividades.

**Sociabilidade:** O maior público que frequenta o espaço público da biblioteca são os estudantes da Universidade, em virtude da forte relação entre os dois equipamentos. Contudo, o espaço público da biblioteca possui oportunidade para qualquer tipo de cidadão ocupar seu espaço, possibilitando a diversidade de usuários.

**Sustentabilidade:** O propósito da intervenção de reconstrução da biblioteca parte da ideia de tornar o equipamento cultural mais sustentável, contribuindo para a adoção de conceitos para um desenvolvimento urbano da cidade mais sustentável. Evidenciando o âmbito da sustentabilidade do espaço público, a grande presença de bicicletas estacionadas indica um incentivo a transportes alternativos não poluentes e uma consciência da população quanto a esse tipo de tema. Contudo, para uma avaliação mais profunda sobre a sustentabilidade do espaço público é necessário um maior estudo do projeto.

### 3.3.3. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1969)

A Fundação Calouste Gulbenkian é fundada em 1969 na cidade de Lisboa, Portugal. É uma instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, cujos fins estatutários são a arte, beneficência, a ciência e a educação. A fundação é formada por um complexo modernista de edifícios que inclui a Sede da Fundação, o Museu Gulbenkian e o grande Jardim circundante. Seu desenho é de autoria de três arquitetos portugueses: Ruy d'Athouguia, Alberto Pessoa e Pedro Cid. Em 1975, recebe o Prêmio Valmor de Arquitetura, destinado a homenagear a qualidade arquitetônica dos edifícios construídos na cidade de Lisboa. Em 2010, é apontada como Monumento Nacional, se tornando a primeira obra contemporânea a ser considerada patrimônio em Portugal.

Os programas, projetos e iniciativas desenvolvidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, diretamente ou em parceria com outras entidades, refletem sobre temas da sociedade contemporânea, procurando



respostas inovadoras para os problemas do mundo atual. Essas atitudes são espelhadas no seu espaço público, recebendo destaque na malha urbana da cidade.



Figura 8. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

[http://lh4.ggpht.com/-vMIDbl7kGul/UI7NldqIk-I/AAAAAAAAAM4/DUWUsxqFzrY/Complexo%252520actual\\_thumb%25255B1%25255D.jpg?imgmax=800](http://lh4.ggpht.com/-vMIDbl7kGul/UI7NldqIk-I/AAAAAAAAAM4/DUWUsxqFzrY/Complexo%252520actual_thumb%25255B1%25255D.jpg?imgmax=800) –

Consultado em 07/2017



Figura 9. Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

[http://www.lisbonne-idee.pt/upload4mail/magnolia-portugal/op\\_78049\\_jardim\\_da\\_fundacao\\_calouste\\_gulbenkian\\_foto\\_joao\\_pimentel\\_ferreira64464e15.jpg](http://www.lisbonne-idee.pt/upload4mail/magnolia-portugal/op_78049_jardim_da_fundacao_calouste_gulbenkian_foto_joao_pimentel_ferreira64464e15.jpg) -

Consultado em 07/2017

Figura 10. Anfiteatro ao ar livre da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

[http://inspiringfuture.pt/uploads/story/image/190/anfiteatro-gulbenkian\\_ASC6469.jpg](http://inspiringfuture.pt/uploads/story/image/190/anfiteatro-gulbenkian_ASC6469.jpg) - Consultado em 07/2017

Quanto a qualidade do espaço público da Fundação Calouste Gulbenkian:

**Acessibilidades:** A Fundação apresenta uma boa conexão com o seu entorno, dispõe de uma boa infraestrutura com transportes públicos e parque de estacionamento exclusivo, além de outros próximos. É construída no meio da cidade, possibilitando seu uso por toda a população. E apesar de murada, possui possibilidades convidativas para adentrar no seu espaço público. Todo o jardim é acessível para pessoas com mobilidade reduzida, através de rampas, e em certas zonas, com a presença de piso tátil. (Figura 8)



**Conforto e Imagem:** O espaço público do equipamento cultural apresenta uma grande presença da natureza, incentivando o contato da população com plantas e animais em meio a capital portuguesa. Ao longo do espaço público são instalados diferentes tipos de mobiliário urbano, garantindo o conforto dos usuários, assim como para protegê-los de situações climáticas desagradáveis. (Figura 9)

**Atividades:** Devido sua elevada extensão e seu desenho que estimula a apropriação do espaço pela população, o espaço público em destaque possibilita diversos tipos de atividades e usos. Além das atividades que acontecem no interior da Fundação, são programadas atividades para serem desenvolvidas no seu exterior, indicando uma preocupação da fundação em utilizar todo o seu território de forma a aproveitar o espaço público criado. Como exemplo, apresentações no anfiteatro ao ar livre, oficinas com crianças pelo jardim, e exposições ao ar livre. (Figura 10)

**Sociabilidade:** É verificado uma grande procura do espaço público pela população, independente do período, indicando um alto índice de sociabilidade. Como público, o espaço público recebe visitantes da Fundação, turistas, residentes e frequentadores da zona. O espaço é frequentado desde por crianças em visitas com suas escolas, a pessoas que trabalham próximo e vão até o espaço almoçar, ou aproveitar o sol.

**Sustentabilidade:** A Fundação demonstra bastante consciência quanto a importância da sustentabilidade, utilizando estratégias para maximizar as qualidades do espaço público. A grande presença da natureza indica uma responsabilidade em manter espaços verdes inseridos em centros urbanos, beneficiando toda a cidade.

#### 3.3.4. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa (2016)

O Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT), é situado em Belém, na cidade de Lisboa. A proposta do novo museu busca refletir sobre grandes temas e tendências da atualidade, explorando o cruzamento entre a arquitetura, tecnologia e arte contemporânea. O museu é um produto da Fundação EDP, que cria um projeto público com investimento privado. É inaugurado em 2016 com projeto da arquiteta inglesa Amanda Levete.

Quanto a qualidade do espaço público do Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia:

**Acessibilidades:** O projeto busca reafirmar a identidade da zona em que está inserido, um polo monumental e cultural da cidade. Além de conectar a cidade com a sua frente ribeirinha através de uma nova ponte pedonal sobre a linha férrea (Figura 11). A forma da cobertura do museu procura atenuar o impacto da estrutura na paisagem urbana, criando um grande espaço público de acesso livre para toda a população. (Figura 12)



Figura 11. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa

<https://i.pinimg.com/originals/0f/06/5a/0f065a9eeec19603652aa7fe00483565.jpg> - Consultado em 07/2017



Figura 12. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa

<https://www.archdaily.com.br/br/797290/maat-al-a/5801276ae58ecee15200001c-maat-al-a-photo> - Consultado em 07/2017

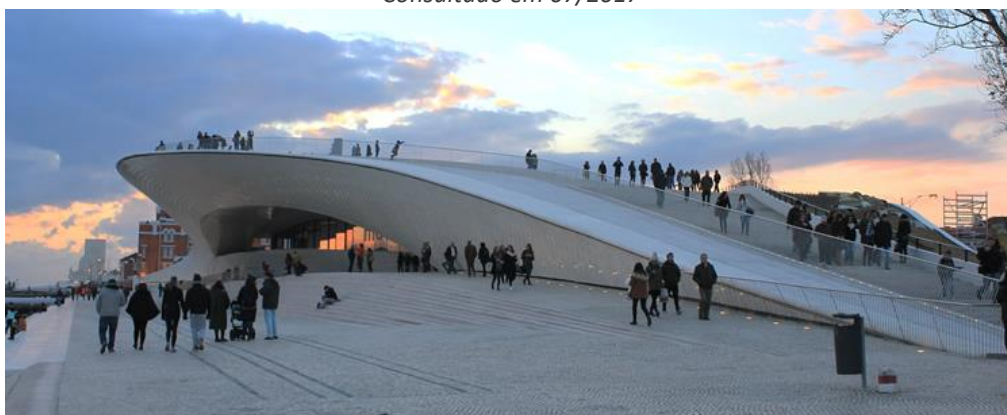


Figura 13. Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Lisboa

<http://meusroteiros.com/wp-content/uploads/2017/01/MAAT-Lisboa-MuseumArtArchitectureTechnology-Lisbon-10.jpg> - Consultado em 07/2017

**Conforto e Imagem:** Uma cobertura saliente na fachada principal do equipamento cria uma marquise que busca fazer papel de proteção climática para seus usuários. Abaixo dela, degraus que procuram servir como bancos, para o seu público sentar, esperar e descansar. No piso, inspirado no património da cidade, a calçada portuguesa é reinterpretada e utilizada para fundir os novos espaços públicos com a textura existente das ruas da cidade, buscando uma imagem coerente com o entorno. Ainda no âmbito do conforto, a presença de vegetação é inexistente. (Figura 13)

**Atividades:** O novo espaço público, criado a partir da forma do novo museu, tem caráter público, um espaço para ser apropriado pela população ao permitir que as pessoas andem sobre, debaixo e através do edifício. A cobertura se torna um espaço ao ar livre, que durante o dia é um lugar para encontros, com vista para o rio e para as demais paisagens urbanas. De noite, o projeto possibilita que o espaço se torne um cinema ao ar livre emoldurado pelo panorama da cidade. O equipamento cultural não possui atividades no seu exterior, mas busca a relação entre o interior e o exterior da edificação através de aberturas revestidas em vidro que permitem a visualização de uma de suas salas de exposição.

**Sociabilidade:** Segundo o projeto, o espaço público procura criar oportunidades para atrair e incentivar a sociabilização dos visitantes do museu, dos turistas e dos residentes. Criando uma ligação mais alargada entre os turistas e o equipamento cultural, assim como entre os residentes e a sua própria cidade. Entretanto, pela falta da presença de um mobiliário urbano mais adequado para a sociabilização, ou a falta de atividades que reafirmem essas dinâmicas, o desejo de uma interação mais forte entre as pessoas pode não ser colocado em prática.

**Sustentabilidade:** O projeto da edificação do equipamento cultural possui alguns particulares que busca uma melhor sustentabilidade, como a abertura revestida em vidro no edifício que permite a visualização do seu interior, e reflete a luz solar para dentro de uma sala de exposição, diminuindo o consumo energético. Para uma avaliação mais completa sobre a sustentabilidade do espaço público em específico é necessário um estudo mais profundo sobre o seu projeto.

### 3.4. Conclusão: Critérios de Orientações para Boas Práticas

Os critérios de orientações para boas práticas são elaborados a partir da experiência investigatória deste trabalho e apoiados da combinação das três metodologias apresentadas no capítulo anterior. Quando comparadas as metodologias de avaliação, são identificados grupos com critérios semelhantes que abordam temas que consideram fundamentais em espaços públicos de qualidade. São então criados cinco grupos: “Acessibilidade”, “Conforto e Imagem”, “Atividades”, “Sociabilização” e “Sustentabilidade”.

Com a intenção de identificar critérios de orientações para boas práticas em espaços públicos associados a equipamentos culturais, são utilizados os grupos de critérios semelhantes já identificados, mas com destaque em alguns âmbitos, já que essa tipologia de espaço apresenta certas particularidades. Opta-se então por dividir o grupo “Acessibilidade” em dois: “Conexão com o entorno” e “Acessos e Ligações”. O mesmo acontece com o grupo “Conforto e Imagem”, que também é segmentado em dois: “Conforto” e “Identidade”. Como resultado, são criados sete grupos de critérios de orientações para boas práticas. (Tabela 7)

Tabela 7. Grupo dos critérios de orientações para boas práticas

GRUPO DE CRITÉRIOS SEMELHANTES	CRITÉRIOS PARA ORIENTAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS
01. ACESSIBILIDADE	01. CONEXÃO COM O ENTORNO
	02. ACESSOS E LIGAÇÕES
02. CONFORTO E IMAGEM	03. CONFORTO
	04. IDENTIDADE
03. ATIVIDADES	05. ATIVIDADES
04. SOCIABILIZAÇÃO	06. SOCIABILIZAÇÃO
05. SUSTENTABILIDADE	07. SUSTENTABILIDADE

Os critérios são abordados através de uma metodologia do tipo qualitativa e descritivo-argumentativo. Cada critério apresenta características específicas, mas por vezes podem estar interligados diretamente com outros critérios ou se complementarem, já que um bom espaço público é formado pelo misto de várias qualidades, temas e características. Os critérios de orientações para boas práticas têm o intuito de demonstrar que o espaço público é além de uma ferramenta com alguns indicadores e parâmetros, e sim um conjunto de diversas percepções, que quando desenvolvidas em conjunto, tornam o lugar um espaço público de qualidade.

Qualquer pessoa pode utilizar os critérios de orientação para avaliar um espaço público associado a um equipamento cultural, pois apresentam características de fácil interpretação. A intenção é auxiliar de forma simples técnicos da área durante a concepção de novos projetos de equipamentos culturais, como na requalificação daqueles já existentes, buscando aproveitar ao máximo seu potencial. Através da sua linguagem descomplicada, também busca incentivar a participação mais ativa da população no tema em destaque, já que esta acaba por ser influenciada diretamente com os resultados da intervenção.

#### **Critério 01 – Conexão com o entorno:**

Este critério busca analisar a acessibilidade do espaço público a partir de uma escala ampla, através de uma abordagem focada na zona da intervenção. Entre todas as características desejáveis nesse âmbito, é possível destacar:

- **Relação com o entorno:** É relevante que o espaço tenha boas relações com o seu entorno e com a malha urbana existente, contribuindo para sua valorização e consolidação de forma coerente. Além de também ser suportado por uma boa rede de infraestruturas.

- **Diversidade de usos:** É interessante que os espaços públicos de equipamentos culturais sejam situados em zonas não apenas turísticas, mas também com usos residenciais, comerciais e outros. Zonas caracterizadas por uma elevada diversidade de usos possibilitam que os espaços públicos sejam utilizados como complementares das atividades e dinâmicas já existentes, além de gerarem um maior fluxo de pessoas. Assim, o espaço público será utilizado tanto pelos visitantes do museu, quanto pelos residentes e por quem frequenta a zona. Comércio locais também auxiliam na valorização do espaço público, pois como dito, diferentes usos atraem um maior número de pessoas, e os comércio locais podem suprir algumas necessidades que o espaço pode necessitar, como bares, restaurantes e lojas.

- **Rede de transportes públicos:** É fundamental que a zona possua uma boa oferta e opções de transportes públicos afim de permitir o deslocamento facilitado dos seus usuários, sejam aqueles que residam próximo, ou aqueles que venham de outras partes da cidade.

- **Transportes alternativos:** A partir do cenário atual das cidades, é cada vez mais relevante que o espaço público e o seu entorno apresentem uma infraestrutura que suporte o incentivo de transportes alternativos não poluentes. Como exemplo, a caminhada e o uso de bicicletas, com passeios adequados e uma rede adequada de ciclovias.

- **Parque de estacionamento:** No sentido de facilitar o acesso ao espaço público é fundamental a existência de um parque de estacionamento com dimensões adequadas para suprir a demanda de veículos particulares e ônibus, estes últimos responsáveis por trazerem grandes grupos de visitantes para o museu, e consequentemente para o espaço público.

Em alguns casos, o espaço público pode ser instalado em um primeiro momento e fazer o papel de atração das redes de infraestruturas, ou seja, primeiramente é criado o espaço público e posteriormente os equipamentos suplementares são instalados próximo, devido sua consequente procura e necessidade. Mas os exemplos apresentados nas metodologias de apoio indicam que para um maior sucesso, é preferível que o espaço público seja situado em uma zona que já conte com esse tipo de infraestrutura, se tornando uma intervenção em uma cidade já consolidada.

**Critério 02 – Acessos e ligações:**

Neste critério a acessibilidade também é verificada, mas diferente do critério anterior, destaca as características específicas de acesso e ligações da própria intervenção. É verificado se os acessos físicos são desenvolvidos de forma a responder as necessidades de todos os usuários, possibilitando acesso a todos os grupos da cidade.

- **Ligação com o entorno:** A conexão com o entorno e facilidade de acesso podem ser verificadas através de algumas situações, como com a existência de passeios largos e seguros do tráfego de automóveis, que permitam a circulação confortável das pessoas. E também através do posicionamento de faixas de pedestres nos cruzamentos próximos ao espaço público, garantindo a chegada segura de seus usuários. Além de não existirem barreiras físicas como automóveis ou equipamentos de mobiliário urbano no seu caminho.

- **Circulação interna:** As superfícies do espaço público devem ser adequadas para uma circulação interna facilitada por toda a população, sejam crianças, idosos, deficientes visuais ou pessoas com mobilidade reduzida. Por se tratar de um espaço público vinculado a um equipamento cultural, é muito importante que todos tenham a possibilidade de acessar este equipamento, pois o acesso a cultura é um direito de todo o cidadão.

**Critério 03 - Conforto:**

A sensação de conforto pode ser atingida através de diferentes maneiras e quanto maior a sensação, maior será o sentimento de bem-estar sentido ao experienciar esse espaço público. E assim, maiores são as chances de os usuários retornarem ao lugar. O conforto de um espaço público associado a um equipamento cultural deve ser atingido através de:

- **Proteção climática:** As visitas ao equipamento cultural são constantes e ocorrem independentes do clima. O espaço público deve estar preparado para proteger seus usuários em situações adversas como temperaturas desconfortáveis, insolação, ventos e precipitações. Assim como o espaço público também deve possibilitar oportunidades de aproveitar o bom tempo.

- **Qualidade acústica:** O espaço público deve apresentar uma boa qualidade sonora, distante de fontes de ruídos, como os de motores de automóveis, e/ou com a presença de elementos estrategicamente posicionados para trabalharem como barreiras contra os sons desagradáveis.

- **Vegetação:** Quando possível, é interessante também a presença de vegetação no espaço público. O contato do ser humano com a natureza traz conforto e bem-estar, além de auxiliar no controle do calor e da poluição.

- **Mobiliário urbano:** É fundamental garantir a presença de um mobiliário urbano em quantidade suficiente para garantir o conforto do público, como bancos, lixeiras, postes de iluminação, etc. Quanto a lugares para sentar, pode ser mais solicitada uma maior quantidade nos espaços públicos associados a equipamentos culturais. Quando grandes grupos visitam o museu e podem se dividir e uma parte do grupo já terminou a visita e aguarda o restante no espaço público, é preciso que tenham opções suficientes para todos se sentarem confortavelmente para aguardar, por exemplo. É pertinente também oferecer opções de lugares para os usuários se sentarem, possibilitando a escolha pelo lugar que mais se sintam confortáveis.

- **Segurança:** Tanto referente a segurança rodoviária, quanto a segurança pública, todo espaço público deve transmitir a sensação de segurança para os seus usuários, trazendo o sentimento de bem-estar. A segurança pode ser atingida através de diferentes formas, como com a separação delimitada do fluxo de automóveis com o fluxo de pedestres, ou através de uma boa visualização do espaço público pelo seu exterior, tornando o seu interior aos olhos de todos. A segurança de um espaço público vinculado a um equipamento cultural deve prestar uma maior atenção nos horários em que o equipamento estiver encerrado, quando o fluxo de pessoas tende a diminuir. Em um ambiente com um alto fluxo de pessoas, os usuários tendem a se sentirem observados e consequentemente mais seguros. Assim, é relevante que a segurança de um EP seja alcançada independente do horário, ao longo de todo o dia, para manter o fluxo de pessoas constante e trazer um maior conforto aos seus usuários.

- **Iluminação:** Uma boa iluminação, tanto natural quanto artificial, torna o ambiente mais seguro e confortável para os seus usuários. É essencial que a iluminação durante a noite também seja levada em consideração, garantindo o incentivo a utilização do espaço em qualquer momento do dia.

- **Manutenção:** A manutenção do espaço público também é importante para o seu sucesso, sua gestão precisa ser eficaz para manter o lugar limpo e organizado. A escolha de materiais adequados que apresentem uma boa resistência e durabilidade transmite um maior cuidado com o espaço público e consequente conforto para os usuários.

- **Escala humana:** A escala humana pode ser atingida procurando levar em consideração a perspectiva dos olhos dos usuários, evitando grandes barreiras entre o edificado e as pessoas.

#### **Critério 04 - Identidade:**

A identidade de um espaço público pode ser expressa em uma ou mais características que o espaço possui e que o diferencia dos demais. Para o espaço ser considerado único, deve possuir algum **elemento que estimule a atração de pessoas**, ou que fomente alguma atividade específica. As **características únicas** de cada lugar, suas **especificidades** e suas potencialidades podem ser utilizadas

como promoção própria, criando experiências únicas para os usuários e agregando valor para o espaço público. A forma como a população se relaciona e se apropria do espaço também faz parte das características identitárias de um lugar, pois criam o desejo e o estímulo necessário para que as pessoas saiam de suas casas e de suas rotinas para se deslocarem até o espaço.

Um espaço público associado a um equipamento cultural pode possuir diferentes formas de identidade, mas possui a vantagem de conseguir utilizar as atividades exercidas no equipamento como diferencial de outros espaços públicos, tornando-o distinto dos demais.

#### **Critério 05 - Atividades:**

As atividades e os usos possíveis de um espaço público são considerados fundamentais porque as pessoas são atraídas por locais onde tenham o que fazer. A diversidade de atividades e usos estimula uma diversidade de usuários, criando também uma apropriação do espaço público em diferentes horários do dia e uma maior vitalidade. No âmbito das atividades, é interessante observar:

- **Atividades externas:** Um espaço público vinculado a um equipamento cultural possui a vantagem da relação direta com a cultura e pode ser interessante que as atividades exercidas no espaço público tenham um âmbito cultural e complementem as atividades do equipamento. Por exemplo, um espaço para exposições ao ar livre que traga um pouco do interior do equipamento para o seu exterior, ou um espaço de leitura que traga livros que contem um pouco a história do acervo do equipamento. Essas estratégias possuem como objetivo que os visitantes do museu expandam suas visitas ao equipamento e se ocupem no EP, ao mesmo tempo que aqueles que frequentam a zona e queiram participar de uma forma mais ativa da vida do equipamento, incentivando o sentimento de pertence pelo espaço público.

- **Diversidade de atividades:** A variedade de atividades em um espaço público possibilita ao usuário a opção de ir sozinho ou acompanhado. O espaço público deve possuir a oportunidade de diferentes usos no mesmo lugar, ou seja, um mesmo espaço deve ter características que sirvam para mais de uma modalidade de atividade, sendo considerado flexível.

- **Versatilidade do lugar:** Além da variedade, é interessante que o espaço público esteja aberto para alterações futuras. As necessidades cotidianas das comunidades urbanas tendem a sofrer alterações ao longo do tempo e o espaço precisa se adequar as novas necessidades.

- **Mobiliário urbano específico:** Algumas vezes podem ser utilizados equipamentos complementares para auxiliar nas dinâmicas das atividades para tornar a sua prática mais confortável.



**Critério 06 - Sociabilização:**

O espaço público deve se tornar um **ponto de encontro**, um lugar que receba todos os cidadãos e que estimule o convívio entre eles. Um bom espaço público potencializa as relações sociais dos seus usuários, ao mesmo tempo que gera um sentimento de pertence, criando um tipo de afeto entre o lugar e a comunidade.

As interações sociais em ambientes urbanos são dinâmicas subjetivas e de difícil mensurar. Entretanto, um espaço público de qualidade consegue **fomentar essas dinâmicas, incentivando a sociabilização** de seus usuários e criando oportunidade de encontro. O espaço público associado a um equipamento cultural deve ser um local de encontro entre amigos, familiares e desconhecidos. Deve também incentivar o convívio entre os seus visitantes e entre os visitantes e as pessoas que frequentam o espaço, promovendo uma relação entre diferentes grupos de pessoas no mesmo espaço.

**Critério 07 - Sustentabilidade:**

A sustentabilidade de um espaço público é o último critério apresentado por ser considerado um critério adicional, e não fundamental para um bom espaço público. Segundo as metodologias e exemplos analisados, o espaço público necessita de características consideradas fundamentais para o seu sucesso, elencadas nos 6 primeiros critérios. O sétimo critério sugere uma sétima característica que tende a acrescentar maior valor e qualidade ao espaço público como um todo. Ou seja, mesmo que esse parâmetro não seja atingido, o espaço público pode apresentar sucesso, mas se esse critério for atingido, ele terá além de sucesso, a oportunidade de aproveitar suas potencialidades ao máximo, apresentando qualidades para além do que se espera de um espaço público.

A sustentabilidade possui uma visão global e integrada dos problemas, colocando no mesmo plano as vertentes sociais, econômicas e ambientais. Além de destacar a necessidade de promover uma gestão equilibrada dos recursos e utilizar as possibilidades que a tecnologia oferece. Dessa forma, **a sustentabilidade pode ser considerada o resultado de todos os demais indicadores e é gerada a partir do maior e mais correto aproveitamento do espaço**. Um espaço público associado a um equipamento cultural que alia a sustentabilidade com a tecnologia, pode trazer benefícios para o próprio equipamento cultural e para sua freguesia.

Nesse sentido, como exemplos de formas para atingir a sustentabilidade de um espaço público, é citado Brandão (2002):

- **A utilização racional e integrada dos recursos naturais:** Por exemplo sistemas de rega automáticos que costumam otimizar o volume de água necessário quando comparado com regas “à mangueira”,

sistemas de iluminação ativada por células fotoelétricas que diminuem os consumos de energia, a utilização de águas pluviais, a utilização de pavimentos permeáveis que assegura uma melhor infiltração das águas da chuva;

- **A utilização de fontes energéticas alternativas:** Como solar e eólica, na alimentação de equipamentos e serviços urbanos como iluminação, rega e aquecimento;
- **A utilização de materiais endógenos e amigos do ambiente:** Como reciclados e não poluentes que contribuam para a dinamização das economias regionais;
- A escolha de **mobiliário urbana e equipamentos em quantidade adequada;**
- Uma boa **acessibilidade:** pedonal e de transportes públicos;
- Uma **manutenção** dos espaços que seja fácil e não acarrete altos custos.

A partir da descrição de todos os critérios de orientações para boas práticas em espaços públicos associados a equipamentos culturais, é elaborado como produto final um quadro (Tabela 8) com as orientações e as principais questões a observar em cada critério.

*Tabela 8. Critérios de orientações e principais questões a observar*

CRITÉRIOS DE ORIENTAÇÕES PARA BOAS PRÁTICAS	PRINCIPAIS QUESTÕES A OBSERVAR EM CADA CRITÉRIO
01. CONEXÃO COM O ENTORNO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação com o entorno;</li> <li>- Diversidade de usos;</li> <li>- Rede de transportes públicos;</li> <li>- Transportes alternativos;</li> <li>- Parque de estacionamento.</li> </ul>
02. ACESSOS E LIGAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ligação com o entorno;</li> <li>- Circulação interna.</li> </ul>
03. CONFORTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção climática;</li> <li>- Qualidade acústica;</li> <li>- Vegetação;</li> <li>- Mobiliário urbano;</li> <li>- Segurança;</li> <li>- Iluminação;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção;</li> <li>- Escala humana.</li> </ul>
04. IDENTIDADE	Elementos que estimule a atração de pessoas, características únicas, especificidades do lugar.
05. ATIVIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades externas;</li> <li>- Diversidade de atividades;</li> <li>- Versatilidade do lugar;</li> <li>- Mobiliário urbano específico.</li> </ul>
06. SOCIABILIZAÇÃO	Ponto de encontro, fomentar e incentivar a sociabilização.
07. SUSTENTABILIDADE	<p>Resultado de todos os demais indicadores, gerada a partir do maior e mais coerente aproveitamento do espaço:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A utilização racional e integrada dos recursos naturais;</li> <li>- A utilização de materiais endógenos e amigos do ambiente;</li> <li>- Mobiliário urbano e equipamentos em quantidade adequada;</li> <li>- Boa acessibilidade;</li> <li>- Manutenção fácil.</li> </ul>



## **PARTE II – ESTUDO DE CASO**

### **4. Museu Nacional dos Coches de Lisboa**

#### **4.1. Enquadramento**

O principal objetivo do presente trabalho é compreender como a qualidade dos espaços públicos associados a equipamentos culturais pode trazer benefícios para toda a cidade. Nesse sentido, a intenção de avaliar um estudo de caso é verificar a qualidade de um espaço público vinculado a um equipamento cultural de elevada atratividade de forma prática. Buscando responder ao objetivo proposto, procurou-se identificar um estudo de caso que respondesse às especificidades do tema em desenvolvimento, e então é selecionado o Museu Nacional dos Coches em Lisboa.

Este objeto de estudo representa um equipamento cultural de elevada relevância no cenário português por ser considerado o museu mais visitado do país. Durante o ano de 2016, 1 479 227 pessoas visitaram equipamentos culturais do tipo museu em Portugal, o Museu Nacional dos Coches é responsável por 25,9% das visitas. A segunda posição é ocupada pelo Museu Nacional de Arte Antiga, situado em Lisboa, e que recebe 11,9% do número total de visitas. (DGPC, 2016)

É possível evidenciar também que o estudo de caso selecionado não é situado na cidade de Lisboa ao acaso. Esta escolha geográfica é estratégica afim de facilitar o acesso as dinâmicas do equipamento, como o contato com os projetistas e todas as pessoas envolvidas nas atividades do museu, enriquecendo a análise proposta.

Este capítulo apresenta uma descrição detalhada do estudo de caso em destaque, fornecendo informações necessárias para uma melhor caracterização do museu e permitindo a realização de uma avaliação acerca da qualidade do seu espaço público. Após a avaliação, é conduzida uma reflexão sobre a situação atual do espaço público do museu. A partir da análise de um estudo de caso na prática é possível elaborar uma conclusão específica do caso em estudo e também apontar pistas para a reflexão sobre o tema em destaque neste trabalho.

Para uma melhor compreensão, este capítulo será dividido em três partes:

A primeira parte possui como denominação “Caracterização da Freguesia de Belém”, e como o próprio nome sugere, diz respeito a caracterização da Freguesia de Belém, freguesia em que o Museu Nacional dos Coches está inserido. Aqui serão identificadas e contextualizadas algumas informações da freguesia consideradas relevantes para esse trabalho, como sua caracterização territorial, socioeconómica, uma breve síntese histórica e outros dados e dinâmicas. Para a elaboração desta

caracterização são utilizados dados selecionados de um documento disponibilizado pela Câmara Municipal de Lisboa. Seria possível expandir essa investigação, mas devido ao escasso tempo para o aprimoramento da mesma, são selecionados os dados identificados como os mais significativos para o tema.

A segunda parte do capítulo é intitulada "O novo Museu Nacional dos Coches", e pretende identificar e contextualizar dados e características importantes do museu e seu projeto. Nesta etapa é elaborada uma nova análise referente a sua zona de intervenção, mas agora com foco no seu próprio terreno e na sua envolvente imediata. São também apresentadas informações sobre o contexto histórico do museu e sobre o projeto a partir do âmbito arquitetônico e urbanístico. Os dados expostos são selecionados por possibilitarem um diagnóstico mais aprofundado e direcionado para as apreciações acerca do espaço público.

A terceira e última parte apresenta a avaliação acerca da qualidade do espaço público do museu através de três diferentes pontos de vistas: uma apreciação pelos autores, outra pelos utentes e uma apreciação técnica apoiada nos resultados do capítulo anterior. O objetivo em selecionar diferentes pontos de vista é conseguir alcançar diferentes interpretações sobre o objeto de estudo e cruzar as informações para obter um resultado mais completo e realista.

#### 4.2. Caracterização da Freguesia de Belém

##### 4.2.1. Enquadramento Territorial

O Museu Nacional dos Coches está posicionado na Zona Ocidental do município de Lisboa (Figura 14). A Zona Ocidental é classificada como uma Unidade de Intervenção Territorial (UIT) do município e é formada pelo agrupamento de três freguesias da capital portuguesa: Freguesias de Belém, Freguesia da Ajuda e Freguesia de Alcântara (Figura 15).

O museu está localizado na Freguesia de Belém. Em 2012, no âmbito do processo da reforma administrativa do Estado Português, procedeu-se à extinção e ajuntamento de algumas freguesias do município. Essa intervenção tem como objetivo configurar uma nova estrutura na organização do território e assim, descentralizar competências administrativas. Dessa forma, o território em destaque neste estudo, a Freguesia de Belém, é formado pela junção de duas antigas freguesias: a de Santa Maria do Belém e de São Francisco Xavier (Figura 16).

A Freguesia de Belém compreende uma área total de 5,61km<sup>2</sup>, representando aproximadamente 7% do território de Lisboa (CML). Possui limites ao norte com a Freguesia de Benfica, a nordeste com a Freguesia da Ajuda, a leste com a Freguesia de Alcântara, a oeste com o município de Oeiras e a sul

com o Rio Tejo. A presença da Serra de Monsanto ao norte traz proteção para a freguesia, e a sua extensa faixa ribeirinha cria uma forte conexão com o Rio Tejo, tornando sua posição geográfica privilegiada.

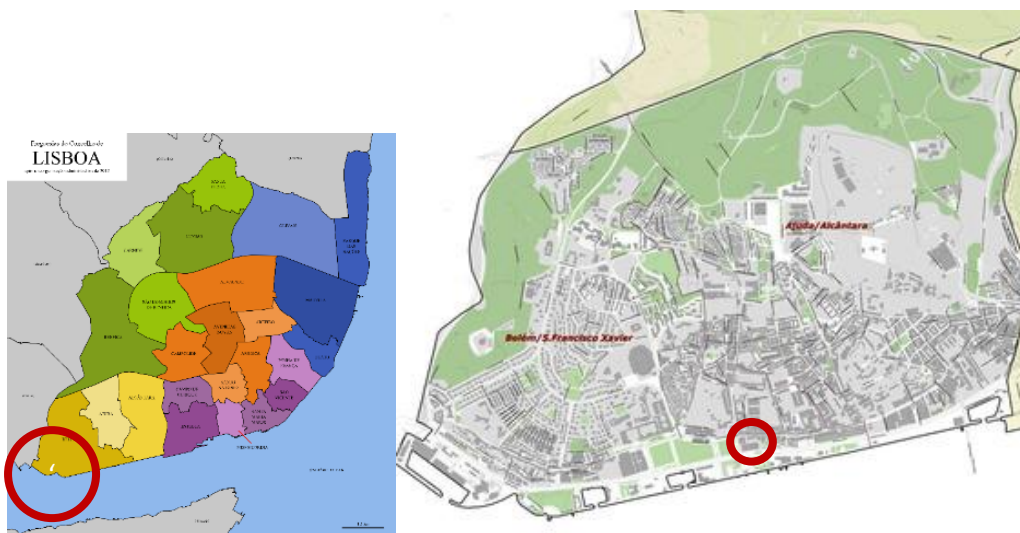


Figura 14. Mapa formado pelas freguesias de Lisboa. Em tons de amarelo, a Zona Ocidental, em destaque, a Freguesia de Belém

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/57/Lisboa\\_freguesias\\_2012.svg/1200px-Lisboa\\_freguesias\\_2012.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/57/Lisboa_freguesias_2012.svg/1200px-Lisboa_freguesias_2012.svg.png) - Consultado em 05/2017

Figura 15. Mapa da Zona Ocidental de Lisboa, em destaque, a localização do MNC

<http://www.rds.pt/wp-content/uploads/mapabelem2014.jpg> - Consultado em 05/2017



Figura 16. Imagem aérea da Freguesia de Belém, em destaque, o MNC

[http://jf-belem.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=84&Itemid=108](http://jf-belem.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=108) - Consultado em 05/2017

#### 4.2.2. Síntese Histórica

Em termos históricos, a Zona Ocidental de Lisboa apresentava como forte característica uma população dispersa em uma zona predominantemente rural. A Zona Ocidental é vizinha da Zona Central da capital portuguesa, mas pelo fato da ligação entre as duas apresentar características precárias e de difícil acesso, ambas cresceram de forma individualizadas e se tornaram centralidades distintas. (JFB, 2017)

Devido a proximidade com o Rio Tejo e o Oceano Atlântico, as atividades ribeirinhas sempre foram bastante presentes. O porto, representado por um ancoradouro natural em Belém, é um dos responsáveis pela primeira fase de crescimento da zona. Muitas embarcações paravam nesse local que era considerado um primeiro cais à chegada a Lisboa. Assim, a beira do rio, desenvolve-se a pequena aldeia. Através do crescimento do porto recebe alguns equipamentos como uma igreja, um chafariz e uma fonte a mandado do Infante Dom Henrique. O objetivo da instalação desses equipamentos é auxiliar no apoio religioso e espiritual, além de abastecer de melhor forma a população. (JFB, 2017)

Com o desenvolvimento da Zona Ocidental e o crescimento do centro de Lisboa, os perímetros da cidade começam a se expandir e gradualmente surge o aparecimento de quintas no eixo de ligação centro-zona ocidental. (JFB, 2017)

Após o terremoto de 1755, a corte portuguesa em busca de uma local mais seguro para se estabelecer, escolhe a Zona Ocidental, já que os bairros de Belém e Ajuda foram os menos afetados pela catástrofe. Com a chegada da nobreza são atraídos para essa parte da cidade a presença militar e diferentes tipos de comércio, aumentando a diversidade de usos da zona.

No ano de 1852, a Freguesia de Belém é desvinculada de Lisboa e é considerada um município independente, mas em 1885 volta a fazer parte da capital portuguesa.

Durante o século XIX a Zona Ocidental sofreu novas alterações em consequência da revolução industrial, a zona se transforma e se desenvolve com o aparecimento de fábricas e oficinas, criando um novo polo fabril na cidade. Como resultado desse processo, recebe uma grande procura por uma massa da população portuguesa em busca de trabalho e novas oportunidades, alterando as características e dinâmicas da zona. A Zona Ocidental se transforma num cenário com edifícios importantes e imponentes, como o Mosteiro dos Jerónimos, o Palácio da Ajuda e a Torre de Belém, ao lado de diversas fábricas e pequenas vilas, bairros e pátios operários. A partir dessa fase o crescimento da população é expandido e acompanhado de um fortalecimento da malha urbana dos seus acessos, ligações e formas de se locomover. No âmbito da mobilidade, surge o elétrico que permite a circulação até a Zona Central, além da inauguração da linha-férrea para Cascais. É nesse período que a zona passa por uma fase de grande crescimento e alterações urbanísticas. (JFB, 2017)



Em 1940, Belém abriga a Exposição do Mundo Português, que se torna um marco na sua história, o evento é responsável por novas alterações no desenho e nas dinâmicas da zona. A partir desse período e até os dias atuais, a zona de Belém é considerada um centro cultural e monumental, onde um conjunto patrimonial de elevado interesse histórico e artístico faz com que esta seja uma das zonas da cidade com maior influência turística. (JFB, 2017)

#### 4.2.3. População e caracterização social

A Freguesia de Belém possui uma população de 16 525 habitantes, representando aproximadamente 3% da população de Lisboa, em um total de 547 733 habitantes. A freguesia também representa 3% do número total de famílias na cidade, a Freguesia possui 7 135 famílias enquanto o município possui 245 894 famílias. (INE, 2011)

Quando analisada a estrutura etária da freguesia, a maior parte da população possui entre 15 e 64 anos. E referente ao índice de envelhecimento, o valor verificado na freguesia representa o mesmo do município de Lisboa, 183%. Relativo a escolaridade, 38% da população da freguesia possui ensino superior, 15% ensino secundário, e 14% 1º ciclo do ensino básico. Os demais grupos apresentam menor relevância e somente um 1% da população da freguesia não lê nem escreve. (INE, 2011)

#### 4.2.4. Edificações, Equipamentos e Usos

Na totalidade de 52 969 edifícios existentes em Lisboa, a Freguesia de Belém representa 6% do número total da cidade, apresentando 3 022 edifícios. Referente ao número de alojamentos, a Freguesia representa 3% do total da cidade, com um valor de 9 477 edifícios, a cidade possui 326 792 edifícios. (INE, 2011)

Quando analisado o parque edificado é observado que este é desenvolvido em quarteirões simples, em disposição linear com construções de fachadas estreitas e em sua maioria por edifícios com apenas 1 ou 2 pisos, característica esta que representa 55% do número total de edifícios na Freguesia. Os edifícios apresentam em sua maioria apenas de 1 a 2 alojamentos, 71% do valor total, e em 62% dos alojamentos, estes são ocupados pelos próprios proprietários do imóvel. (INE, 2011)

Verificando o período de construção das edificações cerca de 49% foram construídas entre 1946 e 1970 (INE, 2011). Conforme explanado anteriormente na síntese histórica, é neste período em que a freguesia observou maiores mudanças urbanísticas e obteve um maior crescimento. (JFB, 2017)

Em relação ao uso das edificações é verificado que a freguesia apresenta forte característica residencial, já que 88% é considerado exclusivamente residencial, 11% principalmente residencial e apenas 1% principalmente não residencial. (INE, 2011)

Também é interessante analisar os dados referentes as dinâmicas de reabilitação e de construção nova, estes números demonstram com maior realidade o cenário atual das dinâmicas imobiliárias na freguesia. Verificando o número total de processos entrados na freguesia, 891 processos, é possível perceber que desses, 83% (740) são referentes a processos de reabilitação e apenas 17% (151) são referentes a processos de construção nova. Examinando também o número total de alvarás emitidos, 85% (356) são alvarás de reabilitação e apenas 15% (63) são referentes a alvarás de construção nova. Entre os 891 processos entrados na freguesia, apenas 56,6% (419) seguem adiante e se transformam em alvarás emitidos. Esses dados demonstram que há o interesse da população em manter as características do parque edificado existente, valorizando a paisagem construída através da reabilitação. (INE, 2011)

#### 4.2.5. Centro Cultural e Monumental

Belém é considerado o centro cultural e monumental da cidade de Lisboa. Um indício interessante para perceber a importância da cultura na freguesia é a listagem realizada pela própria Junta de Freguesia de Belém que enumera os 16 equipamentos culturais localizados na freguesia. Entre eles é possível citar: MAAT (Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia), Museu Coleção Berardo, Centro Cultural de Belém, Museu da Marinha, Mosteiro dos Jerónimos, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Nacional de Etnologia, Museu de Arte Popular, Museu dos Coches, Museu da Eletricidade, Museu do Combatente, Padrão dos Descobrimentos, Palácio e Museu da Presidência, Planetário Calouste Gulbenkian, Picadeiro Real e Torre de Belém.

Outra evidência que demonstra sua importância cultural é o projeto intitulado “Belém Redescoberta”, lançado em 2006 pelo governo português com a parceria firmada entre o Ministérios da Economia e da Cultura, a Secretaria de Estado do Turismo, a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Turismo de Lisboa, envolvendo ainda os Ministérios da Defesa, da Agricultura e da Ciência e Tecnologia. Seu principal propósito era reforçar a atração turística através de uma grande intervenção de requalificação da zona, aproveitando o grande potencial de crescimento de Belém e criando uma identidade própria para a zona. Além de afirmar um novo polo de atração artístico, cultural e gastronómico. O projeto era considerado a maior intervenção urbana em Lisboa com objetivos turísticos-culturais desde a Expo’98, e apresentava como metodologia a dinamização de Belém através do repensar o já existente. Era reunido uma vasta oferta de museus, comércio, história e gastronomia, transformando Belém em uma zona nobre na cidade, dotada de uma vasta oferta cultural e única pela concentração de tantos atrativos relevantes no mesmo bairro. Essas intervenções contribuiriam para o crescimento do turismo em Lisboa, colocando a cidade nos roteiros culturais nacionais e internacionais, criando condições de atrair novos visitantes. (Turismo de Lisboa, 2006)

#### 4.2.6. Análise final da Freguesia de Belém

Após análise dos dados apresentados, é observado como a caracterização da zona em que o estudo de caso está inserido é fundamental para identificar as particularidades da freguesia que acabam por influenciar diretamente as dinâmicas do estudo de caso. O conhecimento das principais características da freguesia auxilia na determinação dos pontos positivos, negativos, as deficiências e as potencialidades da zona, elementos que apoiam uma análise mais real e eficiente do estudo de caso.

Pode-se concluir que a Freguesia de Belém apresenta um parque edificado predominantemente residencial, formado por edifícios de pequenas dimensões com 1 ou 2 pisos e 1 ou 2 alojamentos, além da maioria dos moradores serem os respetivos proprietários. A maior parte dos edifícios é construído entre 1949 e 1970, período onde a freguesia apresentou maiores crescimentos e alterações urbanísticas. Outro fator relevante é a relação da zona com sua faixa ribeirinha, caracterizado por um forte potencial para atividades de recreio.

É observado que a freguesia apresenta uma centralidade distinta da zona central de Lisboa, mas ao mesmo tempo possui eficientes formas de mobilidade para o centro, diminuindo a sensação de distância e facilitando o deslocamento das pessoas, sejam residentes ou turistas. Apesar de ser considerado um importante centro cultural e monumental para a cidade de Lisboa, é igualmente importante referir o papel do turismo no desenvolvimento da zona. Como já referido, a freguesia apresente carácter predominantemente residencial e um elevado número de visitas de turistas ao longo do dia, criando uma dinâmica de importante relevância para o entendimento do lugar. Os residentes são em sua maioria de idade adulta, passando a maior parte do dia fora de suas casas trabalhando enquanto os turistas estão usufruindo os diversos equipamentos culturais durante o dia. Durante a noite, quando os turistas deixam a zona, os residentes retornam às suas casas e a procura de serviços, restaurantes e lazer, por exemplo, precisam sair novamente da freguesia em busca desses equipamentos em outro lugar, já que a freguesia apresenta baixa diversidade de usos.

Torna-se assim, importante salientar que esses movimentos pendulares que ocorrem na freguesia acabam por gerar um grande fluxo de pessoas durante o dia, e um baixo fluxo durante a noite, prejudicando a vitalidade da freguesia.

### 4.3. O novo Museu Nacional dos Coches

#### 4.3.1. Caracterização Territorial

O Museu Nacional dos Coches está posicionado no núcleo do centro cultural e monumental de Lisboa e faz parte de um grande conjunto de equipamentos culturais. Esse conjunto é delimitado pelo Museu da Eletricidade e do MAAT até a Torre de Belém, estão todos dispostos ao redor da Avenida da Índia e suas praças e jardins próximos, conectados por uma pequena distância. (Figura 17)



Figura 17. Imagem aérea da zona de situação do Museu Nacional dos Coches  
(<https://www.archdaily.com.br/br/767363/museu-dos-coches-paulo-mendes-da-rocha-mmmbb-arquitetos-bak-gordon-arquitectos/55626af1e58ece07f90002df-museu-dos-coches-paulo-mendes-da-rocha-mmmbb-arquitetos-bak-gordon-arquitectos-implantacao> - Consultado em 07/2017)

#### LEGENDA

- 01. Centro Cultural de Belém
- 02. Mosteiro dos Jerónimos
- 03. Praça do Império
- 04. Padrão dos Descobrimentos
- 05. Jardim Botânico Tropical
- 06. Jardim de Belém

- 07. Palácio de Belém
- 08. Picadeiro Real
- 09. Praça Afonso de Albuquerque
- 10. Museu Nacional dos Coches
- 11. Estação Fluvial de Belém
- 12. Museu da Eletricidade e MAAT

A sede do museu é instalada no lado nascente da zona, no terreno das antigas Oficinas Gerais do Material de Engenharia (OGME) do Exército, cedido para a Secretaria de Estado da Cultura com o exclusivo propósito da construção das novas instalações do museu. O terreno é artificial, ganhado do mar, construído com materiais de dragagem e fruto das atividades da cidade ao longo da sua longa

história. O lote praticamente nivelado de aterro situa-se a nascente da Praça Afonso de Albuquerque, limitado entre a Avenida da Índia e a linha do comboio a sul e o quarteirão da Rua da Junqueira preenchida pelo casario sequencial e miudinho da tradição residencial popular lisboeta, a norte. A nascente, ao longo da Avenida da Índia, uma propriedade particular rompe a ligação com o jardim público adjacente ao Largo Marquês Angreja, impossibilitando uma continuidade ocasionalmente interessante. (Figura 18)

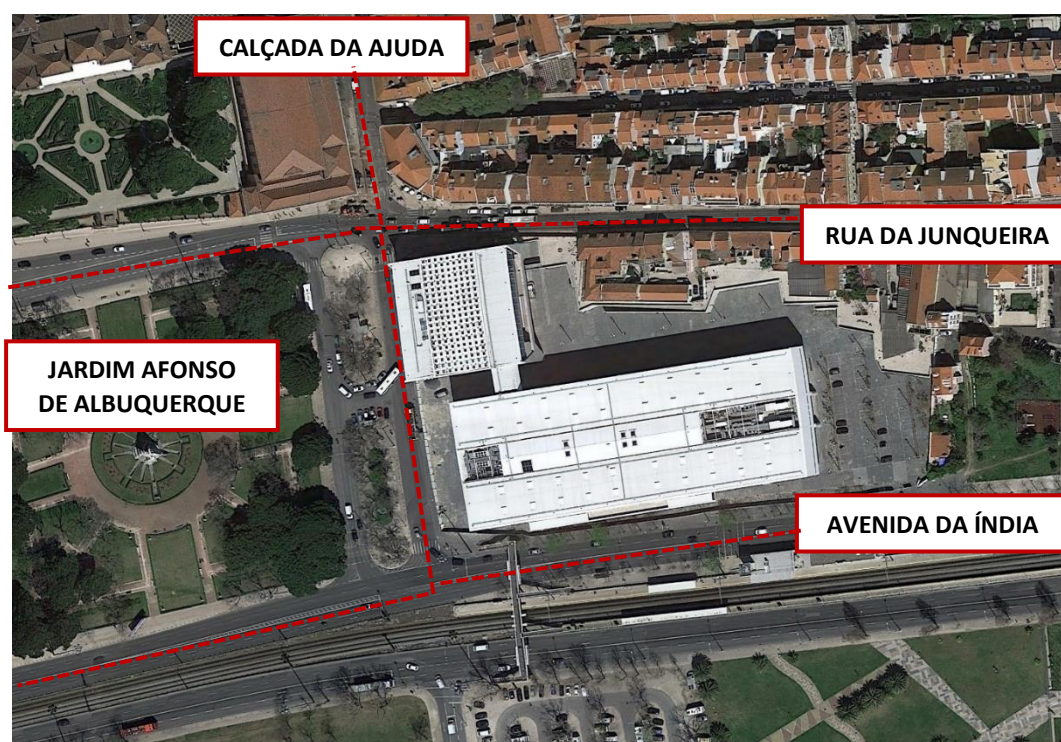


Figura 18. Imagem aérea do lote de implantação do Museu Nacional dos Coches  
(GoogleEarth – Consultado em 05/2017)

#### 4.3.2. Síntese Histórica

O Museu Nacional dos Coches de Lisboa é a única instituição mundial destinada exclusivamente ao acervo de viaturas de gala e de passeio dos séculos XVI a XIX, veículos utilizados antes da chegada do automóvel. A coleção do museu possui carruagens oriundas da casa real portuguesa, dos bens da igreja e de coleções particulares. O museu possui como missão a garantia de divulgar, investigar e conservar sua coleção, com a certeza da sua responsabilidade na geração de cultura e como potenciador do desenvolvimento humano, social e económico. (MNC, 2017)

O primeiro museu dedicado às carruagens se chamava “Museu dos Coches Reaes”, é inaugurado em 23 de maio de 1905 em Lisboa, por iniciativa da rainha D. Amélia d’Orleães e Bragança. O museu na época é abrigado no salão do antigo Picadeiro Real, em Belém (Figura 19). O edifício icônico construído em 1726 pelo arquiteto italiano Giacomo Azzolini é adaptado para o novo uso pelo arquiteto português



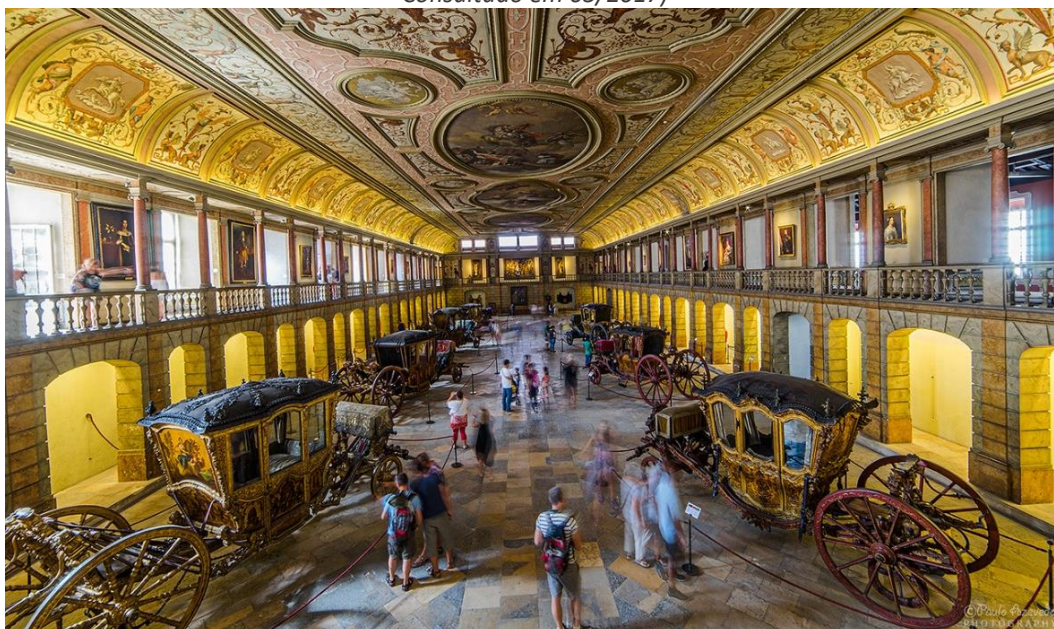
Rosendo Carvalheira com a participação dos pintores também portugueses José Malhoa e Conceição Silva. (Figura 19) (MNC, 2017)

Desde seu início o museu obteve um grande sucesso e logo recebeu novas ampliações, tanto na sua coleção como na sua estrutura. A partir de 1911 o museu passa a ser denominado “Museu Nacional dos Coches”. Em 1944 é inaugurado, ainda no Picadeiro Real, um novo salão projetado para permitir a expansão da coleção exposta. O projeto do arquiteto português Raul Lino é eficaz para o momento, mas ainda não suficiente para a exibição do acervo completo do museu. (MNC, 2017)



*Figura 19. Edifício que abriga o Picadeiro Real*

([http://4.bp.blogspot.com/-28s7iHc-Zvw/U\\_JPxG0313I/AAAAAAAAJmk/6SHKJdXEkRs/s1600/IMG\\_1096-1.jpg](http://4.bp.blogspot.com/-28s7iHc-Zvw/U_JPxG0313I/AAAAAAAAJmk/6SHKJdXEkRs/s1600/IMG_1096-1.jpg) - Consultado em 05/2017)



*Figura 20. Interior do edifício que abriga o Picadeiro Real*

([http://78.media.tumblr.com/090e7b87911727ca666886baa81730d2/tumblr\\_ntceoky09U1usvo7zo1\\_1280.jpg](http://78.media.tumblr.com/090e7b87911727ca666886baa81730d2/tumblr_ntceoky09U1usvo7zo1_1280.jpg) - Consultado em 05/2017)

Permanentemente é presente o desejo de um espaço com maiores dimensões para permitir a exposição completa da coleção das carruagens, e então em 2006 com o lançamento do projeto do governo português intitulado “Belém Redescoberta”, esse espaço é idealizado. (MNC, 2017)

A construção do novo museu teve seu financiamento assegurado pelo Turismo de Portugal por meio das verbas provenientes da contrapartida da instalação do Casino Lisboa, inaugurado em 2006 na Zona Oriental do município. As verbas do Casino deveriam ser destinadas ao Estado para a realização de obras no âmbito da valorização do turismo na cidade. Nesse sentido, o projeto “Belém Redescoberta” se enquadrava na proposta por se tratar de uma intervenção com o objetivo de requalificar a Zona Ocidental através da sua valorização artística, cultural e gastronômica. E a partir do conceito da cultura e do turismo estarem interligados e conectados um com o outro, o projeto prossegue como uma de suas principais vertentes, a construção de um novo Museu Nacional dos Coches. Previsto para instalação em um terreno muito próximo da sua sede original.

#### 4.3.3. O Projeto do Museu

O novo edifício inaugurado para receber o Museu Nacional dos Coches é de responsabilidade do arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha, vencedor do relevante prêmio de arquitetura Pritzker, em 2006. Para a elaboração do projeto contou com a participação do coletivo brasileiro MMBB (Fernando de Mello e Franco, Marta Moreira e Milton Braga), em São Paulo, e do escritório português Bak Gordon Arquitetos, em Lisboa. O arquiteto, nascido em 25 de outubro de 1928, e formado em 1954 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, é conhecido como integrante da geração de arquitetos modernistas, e já recebeu elevado destaque pela identidade singular da sua arquitetura contemporânea.

Em 2008, Paulo Mendes da Rocha é convidado pelo Ministério da Cultura de Portugal a desenvolver o projeto. Em 2010 a obra é iniciada, e em 23 de maio de 2015 o museu é inaugurado, data exata em que o primeiro Museu dos Coches completaria 110 anos.

São muitos os objetivos da construção de uma nova sede para o museu, entre eles, a necessidade de expandir a infraestrutura técnica de apoio e o desejo de expor a coleção completa de coches em um só lugar. Apesar da construção da nova sede, os coches continuam divididos em três diferentes núcleos. O local que abriga a maior quantidade de peças expostas é a nova sede, seguido pelo Picadeiro Real. O antigo edifício que abrigava o Museu dos Coches seria recuperado e utilizado para a sua antiga função, apresentações equestres, mas em memória do trabalho de proteção e divulgação das carruagens iniciado pela rainha D. Amélia, o Picadeiro Real permanece como um pequeno núcleo expositivo. Além dos dois núcleos situados em Lisboa, há um terceiro com tutela da Fundação da Casa de Bragança no Paço Ducal de Vila Viçosa, vila portuguesa situada no Alentejo.

Um dos desafios enfrentados pelo arquiteto na elaboração do projeto é centrado na revisão e exploração da identidade do museu, fortalecendo a ideia da preservação e da proteção de um patrimônio considerado tesouro nacional, marcado na memória histórica do país. Paulo Mendes da

Rocha vai muito além de apenas espacializar todos os elementos propostos no programa de necessidades do museu, o projeto apresenta características singulares quanto a sua forma e volumetria. E através do projeto, a identidade do arquiteto é exposta, produzindo mais uma obra de grande expressão contemporânea da sua carreira.

O projeto apresenta uma volumetria concebida de forma simples, mas ao mesmo tempo, ousada para o contexto em que está inserida. Composto por linhas retas, rígidas, marcadamente horizontais e uma multiplicidade de materiais, o projeto é composto por dois edifícios: o pavilhão principal e um anexo, conectados por uma passagem aérea. O projeto apresenta como área construída um total de 18 830,8m<sup>2</sup>, o pavilhão principal com 15 630,3m<sup>2</sup> e o anexo com 3 200,5m<sup>2</sup>.

O pavilhão principal é composto por um grande volume branco sustentado por uma superestrutura metálica, não apresenta muitas aberturas para o exterior, criando a ideia de proteção da coleção que abriga no seu interior. O segundo edifício, chamado de anexo, é um volume pintado de rosa, cor presente no vizinho Palácio Nacional de Belém, residência oficial do Presidente da República. A disposição dos dois edifícios no terreno é organizada de forma a criar um tipo de pórtico, que tem como propósito direcionar e convidar a população a adentrar na praça interna do museu, de caráter público e com livre acesso. (Figura 21)

O térreo da intervenção reafirma uma das principais características do projeto, a permeabilidade. Há diferentes maneiras possíveis de adentrar no terreno do museu, e por todos os lados do lote, chega-se livremente ao térreo. O objetivo do arquiteto em utilizar essa estratégia é incentivar o uso do espaço público presente no equipamento cultural, seja pelos visitantes, seja pela população local. Uma maior caracterização da implantação e do espaço público do museu serão descritos após destaque de algumas características gerais do projeto. (Figuras 22 e 23)

É interessante ressaltar que o acervo da nova sede do Museu Nacional dos Coches conta com uma coleção de 70 viaturas expostas em ordem cronológica e datadas desde o século XVI até o século XIX. Também faz parte da coleção diversos conjuntos de peças utilizadas no serviço das viaturas e dos cortejos de gala, outras ligadas à arte da cavalaria e aos jogos equestres, além de uma coleção de retratos da família real portuguesa.

O pavilhão principal, como o próprio nome sugere, é considerado o edifício central do projeto, apresenta maior dimensão e é formado por quatro pisos. O edifício é caracterizado por uma base recuada, característica que permite fomentar relações diretas no térreo do terreno entre o edifício e o público. As principais atividades oferecidas aos visitantes do museu, assim como o primeiro contato do público, são realizadas no térreo do edifício, localizado no mesmo nível da rua e de acesso facilitado.



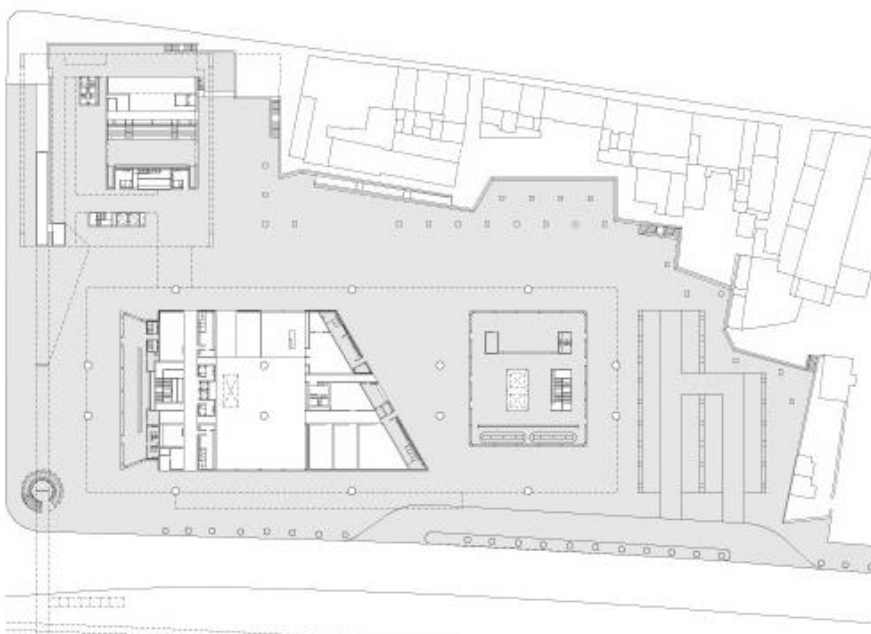


Figura 21. Nova sede do Museu Nacional dos Coches (<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2202> – Consultado em 05/2017)



Figura 22. Imagem aérea da implantação do MNC (<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2206> – Consultado em 05/2017)

Figura 23. Planta baixa do piso térreo do MNC, destaque para a zona em cinza, superfície de acesso livre a toda a população (Museu Nacional dos Coches, 2015)



No térreo do pavilhão principal, na parte do edifício voltada ao Jardim Afonso de Albuquerque, é abrigada uma grande lanchonete com caráter público, com mesas na calçada que formam uma esplanada de acesso livre. A esplanada é um local no exterior do museu, recuada na sombra do grande pavilhão de exposições, e que apresenta como propósito atingir não apenas o público do museu, mas sim, servir a toda população. (Figuras 24 e 25)



*Figura 24. Fachada pavilhão principal voltada ao Jardim Afonso de Albuquerque.*

*Figura 25. Esplanada criada em frente a cafeteria em frente ao Jardim Afonso de Albuquerque.*

Ainda no piso térreo do mesmo edifício, agora no centro da sua base, é localizado um corredor de circulação de pedestres que direciona a população que percorre as extensas calçadas da Avenida da Índia para a uma praça interna do museu, localizada no miolo do lote. Em volta desse corredor são posicionadas as estruturas de apoio ao público do museu: bilheteria, sanitários públicos, a entrada principal e uma loja com produtos do museu. Para o térreo da edificação é selecionado materiais de características sólidas, contudo, o volume com a entrada principal e a loja são envoltos em vidro transparente. A estratégia dos arquitetos em utilizar o vidro nessa parte do edifício é justificada para a ilusão de que o grande pavilhão parece pairar acima do espaço aberto ao público, além de cortar o ruído proveniente da Avenida da Índia, ao mesmo tempo que não impede o contato visual de quem está na praça interna. (Figura 26)

Também no piso térreo, há uma outra circulação de pedestres criada entre os dois edifícios dispostos no terreno, que convida e conduz a população a partir do Jardim Afonso de Albuquerque a adentrarem em direção a praça interna do museu. No percurso desse grande corredor é posicionada, no edifício principal, a oficina especializada na conservação e o restauro das viaturas do museu. A oficina é interdita ao público, entretanto, possui extensas janelas lineares que possibilitam a visualização do trabalho realizado no interior do edifício, criando uma dinâmica atrativa para as pessoas entre o interior e o exterior do museu. (Figura 27)





*Figura 26. Corredor de circulação que liga o passeio da Avenida da Índia até a praça interna do MNC*



*Figura 27. Pórtico criado entre o pavilhão principal e o anexo*

Os demais pavimentos do pavilhão principal são formados principalmente pelas grandes salas de exposição permanente da coleção, caracterizadas por um pé direito duplo. O restante da edificação é composto por salas menores com espaços para exposições temporárias, além de outras áreas técnicas de uso restrito pela administração do museu.

O segundo edifício que compõe o projeto do museu é considerado um anexo do pavilhão principal e possui dois pavimentos (Figura 28). O térreo, de acesso facilitado, é formado por um auditório, um posto de informação, atualmente desativado, e uma sala comercial ocupada hoje por uma sorveteria. No piso superior é instalada a administração do museu, uma biblioteca e um espaço para a instalação de um futuro restaurante. O piso superior apresenta um acesso restringido por elevadores e ou escadas, e apesar de permitido, essa característica torna o espaço pouco frequentado pelo público geral.

A ligação aérea que acontece entre o pavilhão principal e o anexo é utilizada exclusivamente pela equipe do museu, restrita a circulação dos visitantes. A ligação apresenta como finalidade, além de criar uma conexão visual entre os dois edifícios, facilitar o acesso entre o recinto de exposições e a administração. Apresenta também como vantagem amplas visuais para o terreno pertencente ao museu e possibilita a observação do que está acontecendo nesse espaço. (Figura 29)

O interior dos edifícios segue a mesma linguagem arquitetônica encontrada na parte externa, caracterizado por amplos espaços marcados por traços retos e revestido com materiais naturais, evidenciando as peças expostas e valorizando os seus pormenores.



*Figura 28. Edifício anexo*

(<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2209> - Consultado em 05/2017)



*Figura 29. Pórtico criado entre o pavilhão principal e o anexo, observado a partir da praça interna do museu*  
([http://www.bakgordon.com/200\\_projects/210\\_select\\_projects/210\\_0801\\_nmuseucoches/0801\\_nmuseucoches\\_02.htm](http://www.bakgordon.com/200_projects/210_select_projects/210_0801_nmuseucoches/0801_nmuseucoches_02.htm) - Consultado em 05/2017)

#### 4.3.4. O Projeto do Espaço Público Associado ao Museu

Para uma melhor interpretação da implantação do projeto em destaque e seus espaços públicos, é conveniente observar algumas situações: a relação criada entre a edificação com o seu próprio lote, a relação criada entre a intervenção como um todo com o seu entorno, e também perceber como as duas situações se complementam simultaneamente.

Quando verificada a relação da edificação do museu com seu próprio lote, uma das principais características notáveis de atenção é que toda a extensão do terreno não edificada apresenta caráter público, de acesso livre para qualquer pessoa e em qualquer horário. A nova sede do Museu Nacional dos Coches, além de responder as solicitações e desejos provenientes da autarquia para a sua elaboração, amplia também sua intervenção para criar espaço público. O terreno fechado, murado e

inacessível se transforma em um equipamento cultural elevado do solo, que oferece o seu térreo para se transformar em espaço público para a população. A intervenção também conta com uma praça situada no miolo do terreno, que apresenta como finalidade exclusiva o de espaço público.

Voltado para a praça interna estão os dois edifícios da intervenção e as traseiras de um conjunto de edificações antigas posicionadas ao longo da Rua da Junqueira. A linha que divide o terreno do museu e as edificações é constituída por um robusto muro de arrimo, localizado onde antes era situada a Rua Cais da Alfandega Velha. Esta é uma antiga rua de bordo de cais que apresenta uma importante história na zona antes dos aterros efetuados no século XIX. O projeto da intervenção tem como propósito evidenciar e permitir que essa lembrança regresse ao local, procurando redirecionar o conjunto de edificações para a praça interna do museu, configuração semelhante ao passado. (Figura 30)

As relações criadas entre a edificação do museu e o espaço público do terreno são observadas com maior evidencia nas situações em que os visitantes possuem alguma atividade direta com o edifício, como na lanchonete, na bilheteria, na loja, na sorveteria ou no auditório, por exemplo. O auditório posicionado no térreo do anexo do pavilhão principal merece destaque, é um dos principais elementos do projeto que possui elevado potencial para a realização de atividades variadas, atraindo um público que pode ser diferente dos visitantes habituais do museu. O auditório permite que a população se envolva no equipamento cultural ao mesmo tempo que possibilita relações diretas entre o público, a edificação do museu e o seu espaço público imediato. (Figura 31)



Figura 30. Praça interna do museu e seu limite com as traseiras das edificações ao longo da Rua da Junqueira (<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2212> - Consultado em 05/2017)





*Figura 31. Espaço público imediato ao auditório*  
(<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2203> - Consultado em 05/2017)

Ainda no âmbito da apropriação do terreno, é relevante mencionar que o estacionamento do museu primeiramente é elaborado fora do lote, próximo a margem do rio Tejo em um tipo silo-auto cilíndrico, mas a meio das obras vetado pela Câmara Municipal de Lisboa. Do modo em que os estacionamentos subterrâneos foram excluídos devido as características inoportunas do terreno para esta prática, é criado um espaço para estacionamento de veículos com o número de vagas estipulado pela legislação, no próprio terreno do edifício, paralelo a Avenida da Índia.

Referente a relação criada entre o equipamento cultural com o seu entorno, conforme já observado e destacado, o Museu Nacional dos Coches surge com a intenção de não ser apenas um equipamento cultural, mas também um lugar de caráter público. Essa configuração de projeto prolonga a sequência de espaços públicos existentes na zona, criando um lugar de passeio e lazer público para toda a população. A construção da nova sede tem a intenção de fomentar e estimular uma nova dinâmica no território da zona monumental de Belém, criando novos espaços públicos e percursos numa zona tão importante para a cidade. Incentivar a relação dos turistas com os espaços públicos do museu, aumentando seu fluxo e permanência, além de ampliar as relações dos residentes com o mesmo espaço através da nova vitalidade criada, são também objetivos dessa intervenção.

Ainda no âmbito de estimular as relações entre o equipamento cultural e seu entorno, a partir do pedido da autarquia, surge uma ligação com o Rio Tejo. É criada próxima ao anexo do pavilhão principal, uma passagem pública de pedestres elevada por rampas, posicionada na continuidade da Calçada da Ajuda em direção ao rio, até os jardins junto a frente ribeirinha. O intuito de produzir essa

ligação entre o museu e o rio é evocar antigas vivências em uma zona que apresenta forte ligação histórica e física com a frente ribeirinha, valorizando essa relação entre a história, a cultura, o lugar e o público, além da conexão com a estação da linha-férrea de Cascais e o Cais Fluvial de Belém.

O museu ainda não é construído na sua totalidade, a passagem aérea que liga o museu até a faixa ribeirinha ainda está em fase de execução, sendo assim considerada a intervenção do equipamento cultural incompleta. Algumas dinâmicas e características só poderão ser confirmadas após finalização completa da obra.

#### 4.4. A Qualidade do Espaço Público do Museu Nacional dos Coches

O principal objetivo em analisar um estudo de caso nesta dissertação é verificar a qualidade de um espaço público vinculado a um equipamento cultural de forma prática. Nesse sentido, é selecionado o Museu Nacional dos Coches de Lisboa para avaliação e posterior reflexão sobre a importância dada a essa tipologia de espaço público no contexto das cidades contemporâneas.

O método utilizado para a avaliação será constituído por três componentes: (i) a apreciação pelos atores envolvidos na produção do espaço; (ii) a apreciação pelos utentes do espaço; e (iii) a apreciação técnica com base nos critérios de qualidade identificados no capítulo anterior. As apreciações realizadas serão do tipo descritiva-argumentativa.

As duas primeiras apreciações são realizadas em forma de entrevistas exploratórias e não estruturadas, onde pretendem conhecer em maior profundidade a opinião e realidade vivida pelos diferentes atores envolvidos nesse caso. Para melhor fundamentação das duas primeiras apreciações são utilizados alguns princípios da metodologia de Avaliação Pós-Ocupacional (APO).

A APO é um método de avaliação de desempenho de ambientes construídos que considera a opinião dos técnicos, projetistas, clientes e usuários envolvidos, para diagnosticar aspectos positivos e negativos do lugar em análise. Apesar de muitas vezes a APO utilizar em suas investigações dados técnicos, a metodologia faz parte de processos participativos de projeto e procura priorizar os ocupantes do espaço construído, assim como suas necessidades. Além de avaliar, a APO tem como propósito identificar e permitir a promoção de uma ação ou intervenção que melhore a qualidade de vida daqueles que experienciem os lugares em destaque nas análises. A metodologia permite aos profissionais da arquitetura e do urbanismo repensar o papel do usuário e do ambiente no processo projetual, uma vez que as interações ocorridas entre a pessoa e o ambiente conferem sentido e valor ao objeto arquitetônico. (ONRSTEIN, 1992)

Nesse sentido, a primeira apreciação referente ao espaço público do museu é desenvolvida através da perspectiva dos atores envolvidos no projeto da sua produção. É realizado o contato com o escritório português Bak Gordon Arquitetos, com sede em Lisboa e responsável pela coautoria do projeto. O escritório é convidado pelo arquiteto PMR para contribuir na proposta desde sua fase inicial, situação que proporciona uma proximidade entre os profissionais, além de uma alta familiaridade com o projeto. A primeira apreciação apresenta como objetivo identificar as principais intenções e conceitos utilizados pelos arquitetos durante a elaboração e execução do espaço público do museu. Busca-se conhecer se existiu algum tipo de direcionamento ou orientação por parte de quem encomendou o projeto e questionar ao ator quanto a uma apreciação sobre a qualidade do espaço público criado. O resultado alcançado é descrito a partir de uma narrativa com os principais temas abordados durante a conversa com o arquiteto português Nuno Tavares da Costa, integrante do escritório Bak Gordon Arquitetos e da equipa responsável pelo projeto em destaque.

A segunda apreciação é elaborada com a colaboração de diferentes utentes do museu, a partir de entrevistas realizadas em visitas ao espaço público do museu e suas proximidades. Entre os participantes, a diretora do museu, funcionários de serviços presentes no interior e no entorno da intervenção, moradores da vizinhança e visitantes. O objetivo dessa apreciação é perceber quais são as relações criadas entre os usuários e o ambiente construído pelos arquitetos, observando como o desenho do espaço público influencia essas dinâmicas. Além de verificar se as necessidades e expectativas dos usuários, sejam moradores ou visitantes, são supridas através do projeto. O resultado é descrito a partir de uma narrativa com os principais pontos comuns identificados nas entrevistas.

Por fim, a terceira e última apreciação apresenta como base os critérios para orientações de boas práticas elaborados na conclusão do capítulo anterior. O intuito desta terceira análise é confrontar os critérios eleitos como principais indícios de um espaço público de boa qualidade com as reais características do espaço público do Museu Nacional dos Coches. A partir dessa verificação é possível perceber quais são os aspectos positivos e quais são aqueles que poderiam ser melhorados e repensados para a obtenção de um resultado mais satisfatório no espaço público em destaque.

O objetivo em desenvolver a metodologia de avaliação com base em três apreciações com pontos de vista distintos é cruzar as informações obtidas e buscar um resultado mais completo, satisfatório e realista.

É válido ressaltar, mais uma vez, que o museu não está completamente finalizado, faltando concluir a ligação aérea que conecta o museu até a faixa ribeirinha próxima ao Rio Tejo, desativando a ligação atual. Destacar essa questão é importante pois algumas dinâmicas ainda podem surgir ou serem alteradas por conta dessa situação. Todas as análises foram realizadas a partir da situação atual.



#### 4.4.1. Apreciação dos Atores Envolvidos na Produção do Espaço

A apreciação sobre a qualidade do espaço público através do ponto de vista dos atores envolvidos na produção do espaço é realizada pelo arquiteto Nuno Tavares da Costa. O arquiteto discorre sobre aspectos gerais sobre o projeto, são destacados aqueles relevantes para a avaliação da qualidade do espaço público do Museu Nacional dos Coches.

A primeira etapa do projeto consiste na elaboração do programa de necessidades, que é desenvolvido em conjunto com a diretora do museu, a historiadora Silvana Bessone. O programa é composto por pormenores de um equipamento cultural, como áreas técnicas específicas e apoio aos visitantes, com a particularidade dos coches. A coleção de coches é considerada um patrimônio nacional e possui características específicas como sua dimensão e dificuldade de mobilidade, a dinâmica com as peças mereceu elevada atenção. É destacado pelo arquiteto que o **programa de necessidades abordava apenas a parte interna do museu, não trazendo especificações para o exterior da edificação.**

Sem nenhuma orientação a ser seguida na parte externa, os arquitetos apresentam liberdade para criar o espaço público do museu, optando por o que avaliam como mais coerente para a área externa. **A forma e a volumetria do equipamento cultural, assim como o desenho da implantação no terreno, é de total autoria e responsabilidade dos arquitetos envolvidos no projeto.**

Um fator relevante para a determinação da forma e volumetria do projeto é a necessidade de uma elevada área construída que conseguisse abrigar todo o programa de necessidades proposto. Os arquitetos então optam por criar uma edificação horizontal e robusta, que segue as características do entorno quanto à altura. A zona é caracterizada em sua maioria por edifícios de 1 ou 2 pavimentos. Também é criado dessa forma uma espécie de caixa protetora que tem como finalidade preservar o património ali guardado. Nesse sentido, é observada **uma preocupação por parte dos profissionais em enquadrar o equipamento cultural em algumas características da zona envolvente.** (Figura 32)

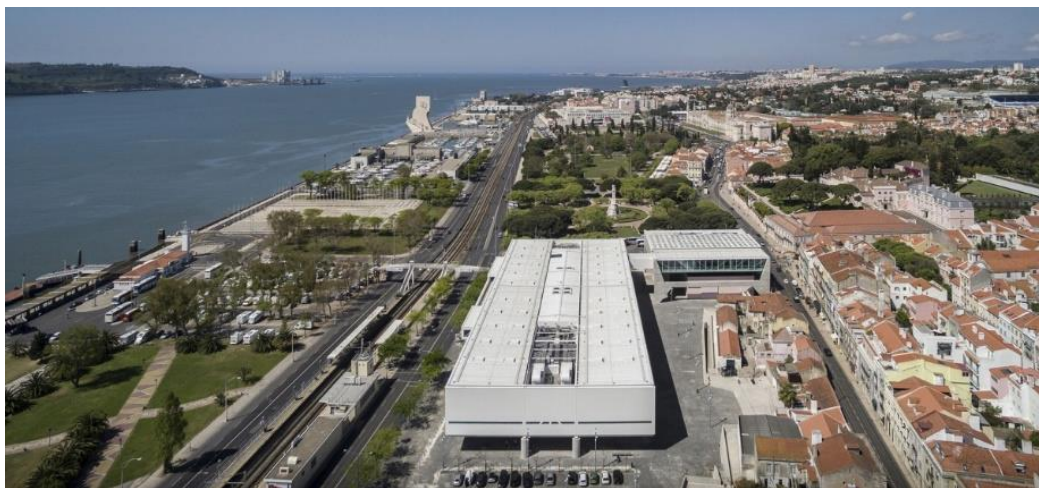


Figura 32. Imagem aérea do MNC e sua envolvente  
(<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2205> - Consultado em 05/2017)

São utilizadas pelos arquitetos estratégias projetuais para buscar valorizar o espaço público criado com o projeto, como a opção de **não criarem muros nem outras barreiras físicas nos limites do terreno. A elevação do pavilhão principal do nível da rua também busca aumentar a permeabilidade do terreno**, tornando o lugar mais convidativo e possibilitando a passagem de pessoas, aumentando o fluxo interno de circulação. O arquiteto defende que a cidade de Lisboa é habituada a construir “atrás dos muros” com fachadas alinhadas com as ruas, e a proposta do projeto quebra o modelo existente e **abre todo o seu terreno para a população**.

Outra estratégia que tem a intenção de aumentar o fluxo de pessoas no interior do lote é **posicionar os núcleos de apoio ao visitante, como a bilheteria e a entrada do museu, em um corredor de circulação no centro do lote, obrigando os visitantes a adentrarem o interior do terreno**. Outra técnica para atrair pessoas para utilizarem o espaço público é a **instalação de comércio**, como a lanchonete e sorveteria, nas bordas do lote. Essa situação procura estimular o interesse de quem transita próximo ao museu a entrarem no espaço público em busca dos serviços oferecidos nesses estabelecimentos.

O estacionamento do museu é projetado para estar posicionado no lote em frente ao museu, após a linha do comboio, próximo a faixa ribeirinha. A intenção dessa estratégia é deixar o lote do equipamento cultural ao máximo desocupado para permitir o maior fluxo de pessoas possível. A conexão entre o estacionamento e o museu seria dada a partir de uma ligação área, que atravessa a linha do comboio e as grandes avenidas. E que também possui como finalidade permitir o contato facilitado da população com o Rio Tejo. Entretanto, por questões burocráticas, o estacionamento é vetado pela CML durante as obras, obrigando os arquitetos a repensarem onde as vagas para automóveis deveriam ser acomodadas. O estacionamento é então redimensionado para o número mínimo de vagas exigido pela legislação e locado paralelo a Avenida da Índia, a avenida com maior tráfego que circunda o museu. Assim, **uma parcela do lote que havia sido dedicado exclusivamente para a criação de espaço público precisou ser ocupada pelo estacionamento de automóveis** (Figura 33). A situação em questão demonstra a preocupação dos arquitetos em deixar o espaço público livre de automóveis e exclusivo para pedestres, mas situação que precisou sofrer alterações.

Além da localização privilegiada situado na zona monumental lisboeta, o terreno possui uma referência importante na história da zona, com memória de vivências históricas passadas. A parcela do terreno do museu que apresenta limite com os fundos das edificações erguidas ao longo da Rua da Junqueira era marcada pela **antiga Rua da Alfandega Velha**, uma zona de passeio público. Este limite se caracterizava pela linha da margem do rio antes da zona ser aterrada, o Rio Tejo se estendia até essa divisa. Com a nova intervenção, **os arquitetos pretendem remeter essa lembrança histórica**

adormecida, tornando os fundos das edificações que antigamente eram privilegiados com a vista do rio, agora voltados para a praça interna do museu (Figura 34).



Figura 33. Parque de estacionamento do MNC



Figura 34. Edificações situadas ao longo da Rua da Junqueira voltadas para a praça interna do museu (<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2220> - Consultado em 05/2017)

Essa nova maneira de perceber o miolo do lote tem como objetivo que as edificações voltem a se direcionar para o interior do terreno e usufruam o espaço público do museu, valorizando o entorno. Os arquitetos buscam com essa **dinâmica a regeneração urbana da vizinhança, através da apropriação das edificações por novos usos de iniciativa privada e de pequenos comércios locais, trazendo pequenos cafés e livrarias para o espaço**. Nesse sentido, a vitalidade da zona aumenta, é atraído um maior número de pessoas e o espaço público do museu também é valorizado.

O arquiteto Nuno da Costa ainda destaca que eram previstas outras situações que buscavam evidenciar o espaço público, mas por diversas **decisões projetuais ao longo do processo**, precisaram ser revistas. Um exemplo dessa situação são algumas árvores plantadas na praça interna do museu, mas que antes da data da inauguração foram retiradas com o intuito de tornar a edificação com um panorama mais monumental. **É notado que há a intenção de utilizar estratégias para um bom urbanismo, mas o valor dado a arquitetura acaba por vencer.**

Quando questionado sobre a sua apreciação acerca da qualidade do espaço público do museu, o arquiteto acredita que os objetivos propostos pelo projeto foram atingidos, contudo lista duas questões que acredita influenciarem o atual espaço público. A primeira é referente a zona em que o museu está inserido, mesmo sendo a zona monumental da cidade, durante o dia recebe muitos visitantes e a noite, faltam residentes para dinamizar o espaço. O arquiteto afirma que falta um maior número de habitações, na zona para que seus residentes ocupem o espaço público. A segunda questão é referente a gestão do espaço público, que tem como responsabilidade a própria administração do museu. O arquiteto defende que para um bom desempenho e aproveitamento do lugar, é necessário que a gestão seja responsável, ativa e que tenha interesse em dinamizar o lugar, criando atividades e atrativos para a população.

#### 4.4.2. Apreciação dos Utentes do Espaço

A apreciação do espaço público do museu através do ponto de vista dos utentes pode ser efetuada a partir de diversas pessoas, já que muitas podem ser consideradas usuários do espaço público, desde turistas a moradores da zona. Durante as entrevistas procurou-se abordar questões referentes a qualidade satisfação do espaço público do museu.

Uma das entrevistas que merece destaque tem participação da historiadora Silvana Bessone, diretora do Museu Nacional dos Coches. Além da função de diretora e funcionária, Silvana Bessone é responsável pela elaboração do programa de necessidades para a nova sede do museu, representando o interesse do museu para com a nova edificação nas diversas reuniões com os arquitetos. A funcionalidade do projeto do equipamento cultural impacta diretamente no seu cenário de trabalho, além do espaço público estar presente na sua rotina diária. A conversa com a diretora se mostrou bastante completa em questões referentes ao espaço público, o seu olhar é bastante crítico e interessado, talvez pela percepção de quem convive no espaço abordado ou pelo gosto e familiaridade pelo assunto da arquitetura e do urbanismo.

As demais entrevistas realizadas com outros utentes, como funcionários do museu e dos estabelecimentos comerciais locais e próximos, além de visitantes e moradores, acabam por complementar e reafirmar o que a diretora do museu também observou. De modo geral, em todas as abordagens há alguns pontos comuns:

- **Baixa diversidade de usuários do espaço público:** Os utentes são em sua maioria visitantes do museu, que quando deixam o pavilhão de exposições, aguardam pelo restante do seu grupo. O espaço público acaba por não atrair outros usuários, até mesmo os trabalhadores do museu ou das lojas próximas não costumam ir até o espaço público nos seus horários livres, só utilizam o espaço como passagem. Alguns deixam seus automóveis no parque de estacionamento do museu e só circulam pelo espaço público

por esse motivo. A proprietária de uma loja de souvenirs e também moradora da zona conta que investiu no seu comércio quando soube da instalação do novo museu, esperando um grande fluxo de pessoas, mas que infelizmente, isto não aconteceu. Ela mesma não utiliza o espaço e diz que este costuma estar vazio, sem pessoas, sem atividades, nem atrativos.

- **Baixo fluxo de usuários nos estabelecimentos comerciais:** A mesma situação ocorre com os clientes dos estabelecimentos comerciais, que frequentemente são turistas e visitantes do museu. Estes acabam por rapidamente fazerem uma parada antes ou após a visita a exposição do museu, entre a sequência de visitas no roteiro turístico em Belém. A população local acaba por se afastar desses estabelecimentos por acreditar que os valores praticados são elevados e “destinados a turistas”, optando por frequentar outros locais próximos, mas no exterior do espaço público do museu.

- **Baixa frequência de atividades externas:** Todas as atividades do museu são exercidas no seu interior. Apenas uma vez por ano, no dia internacional do museu, 18 de maio, é elaborado uma programação especial para essa data com atividades na área externa. No dia-a-dia do museu, a atividade mais relevante no seu exterior é a realização de um “passeio real” que conecta o Museu Nacional dos Coches até o Mosteiro dos Jerónimos através de carruagens, remetendo ao meio de transporte utilizado no passado. Esse passeio utiliza como base inicial a praça interna do museu e transporta os visitantes curiosos por experiências diferentes e que se relacionam com o conteúdo do equipamento cultural. A diretora do museu relata que já foram realizadas algumas atividades no espaço público do museu com a participação e colaboração da Junta de Freguesia de Belém, como um festival de *street food*, uma feira de velharias e também uma exposição de uma livraria, mas diz que nada resulta pela forte presença do vento vindo da orla marítima. Ainda segundo a diretora, o único evento que traz bons resultados é a exposição de automóveis antigos, pois os elementos expostos, os automóveis, são caracterizados por uma elevada dimensão, impossibilitando que voem e atrapalhem o desenvolvimento da atividade. A diretora acredita que o vento presente na zona, e potencializado pelas grandes circulações no térreo do terreno, atrapalha a exposição de objetos e inibe o aparecimento de pessoas. O espaço público é visto pela maioria, como um simples local de passagem.

- **Mobiliário urbano:** A disposição do mobiliário urbano ao longo do espaço público é criticada pelos utentes. Há a presença de bancos, mas estes estão posicionados de uma forma que ficam distantes uns dos outros, e acabam por dificultar a sociabilização que poderia ocorrer entre os usuários que ocupam esses lugares. A parte do espaço público mais utilizada é um lugar próximo ao auditório, que é protegido do vento, e que possui a disposição de bancos em “L” que possibilita a oportunidade das pessoas se sentarem próximas e interagirem.

- **Vegetação:** A ausência de vegetação ao longo do espaço público é comentada por muitos usuários, as únicas árvores situadas no terreno estão localizadas no parque de estacionamento. São questionadas as prioridades dos projetistas quanto a essa decisão, já que as árvores irão sombrear apenas os automóveis.

- **Estacionamento:** O estacionamento situado dentro do terreno do museu é administrado pela CML e pode ser utilizado por qualquer pessoa. A falta de controle nos usuários do estacionamento faz com que a maioria das pessoas que lá deixam seus veículos não são visitantes, nem funcionários do museu. Em sua maioria são pessoas que trabalham na zona ou que utilizam o comboio como um segundo meio de transporte, deixando seus veículos parados durante todo o dia no estacionamento, e voltando para retirá-los apenas à noite, no fim do expediente. Essa dinâmica diminui a rotatividade das vagas e limita as vagas disponíveis para os visitantes e os funcionários do museu, dificultando sua acessibilidade. Com o intuito de tentar resolver essa questão, os funcionários da administração do museu começaram a estacionar seus automóveis próximo ao edifício anexo, ocupando um espaço que era exclusivo para apropriação do espaço público. Ainda no âmbito do estacionamento, é observado pelos usuários que o museu não apresenta nenhuma vaga para estacionamento de ônibus, apenas um local específico para embarque e desembarque.

- **Arquitetura monumental:** A diretora do museu acredita que o projeto dos arquitetos é elaborado através da arquitetura brutalista, de forma monumental, evidenciando o edifício como protagonista e deixando o restante do espaço livre para uma maior contemplação da arquitetura. Nesse sentido, acaba evidenciando a construção e não o espaço público criado.

Como resultado da apreciação, o espaço público do museu, pelo ponto de vista dos utentes, não possui bom resultado. De um modo geral, é possível perceber o interesse dos usuários em querer utilizar o espaço público nas horas vagas, mas ao mesmo tempo não se sentem estimulados para isso.

O mesmo pensamento ocorre com a diretora do museu. Quando questionada sobre como imagina um espaço público de sucesso para o museu, discorre por um espaço público mais dinamizado, com um maior fluxo de pessoas e mais agradável para a população. Gostaria que o espaço fosse utilizado pelos moradores da zona e também pelos visitantes e escolas que o equipamento cultural recebe. A diretora gostaria que a população se sentisse mais atraída para permanecer um maior período de tempo no espaço público, e se sentissem à vontade para outras atividades como leituras ou piqueniques.

Nesse mesmo sentido, a diretora relembra o “Café Concerto”, um projeto gratuito de música clássica realizado em formato de concerto na parte interna da antiga sede do museu, no último domingo de cada mês. O evento perdurou por 5 anos e em cada sessão recebia até 600 pessoas, sua capacidade máxima era constantemente atingida. A lembrança de boas épocas traz o desejo de realizar alguma

atividade semelhante na nova sede do museu. Na sede anterior o objeto em destaque era a música clássica pois o edifício permitia essa relação, já o edifício atual é caracterizado por uma forma mais contemporânea, possibilitando outros tipos de atividades. A própria diretora cita como exemplo de possíveis atividades, exposições contemporâneas, que seriam valorizadas com o contraste criado entre os coches antigos e a arquitetura moderna. Assim, a nova sede do museu poderia reforçar o papel que possui na comunidade enquanto força dinamizadora da cultura.

Com a intenção de identificar possíveis atores interessados no desenvolvimento de atividades em parceria com o MNC e seu espaço público, é realizado contato com o presidente da Junta de Freguesia de Belém, o senhor Fernando Ribeiro Rosa. Entretanto, o senhor presidente disse que não percebe como prioridade essa questão, já que o espaço público do museu é considerado privado e a junta possui outros locais para exercer suas atividades. Além de que já foram realizadas algumas atividades em parceria com o museu neste espaço público, mas que estas atividades requerem muito tempo e dedicação da junta, quando esta possui outras prioridades.

#### 4.4.3. Apreciação Técnica com Base nos Critérios de Orientações para Boas Práticas

A atual etapa do trabalho apresenta uma apreciação técnica sobre a qualidade do espaço público do MNC a partir dos sete critérios de orientações para boas práticas apresentados no capítulo anterior. Cada critério é identificado como fundamental em espaços públicos de qualidade, com a particularidade de serem associados a equipamentos culturais, e é aqui descrito a partir de observações e percepções obtidas durante visitas ao local de estudo, em diferentes dias e diferentes horários para uma análise mais completa e realista.

#### **Critério 01 – Conexão com o entorno:**

- **Relação com o entorno:** Quando analisada a malha urbana existente, é observado que o museu está inserido em uma zona cultural e monumental da cidade, em uma sequência de equipamentos culturais e espaços públicos. É possível afirmar que a intervenção contribui para reforçar a valorização da zona, auxiliando na consolidação de um polo cultural e monumental de Lisboa.

- **Diversidade de usos:** Além dos importantes equipamentos culturais situados na zona, esta é predominantemente ocupada por residências. Essa caracterização interfere diretamente na apropriação do espaço público, já que a falta de diversidade de usos gera uma falta de diversidade de usuários, em diferentes horários ao longo do dia. Os usos residenciais e culturais podem ser considerados complementares, mas para considera-los completos, é necessário também incluir outros tipos de usos, como a presença de escritórios e serviços. Existe na zona, e até mesmo dentro do próprio

espaço público do museu, alguns pequenos comércio como restaurantes e cafés, mas que juntos não conseguem completar essa dinâmica para trazer maior diversidade para o espaço público.

- **Rede de transportes públicos:** A zona em que o espaço público está inserido é abastecida por ônibus, elétricos, comboio municipais, a linha-férrea de Cascais e possui também proximidade com a Estação Fluvial de Belém, que conecta as duas margens do Rio Tejo. Para reafirmar a presença da rede de transportes públicos, é notável que o próprio terreno do museu é base para duas paragens de ônibus, uma na Rua da Junqueira, e outra na frente do Jardim Afonso de Albuquerque.

- **Transportes alternativos:** No que toca ao incentivo a transportes alternativos não poluentes, a zona possui um percurso ciclável em funcionamento na faixa ribeirinha, a partir do centro da cidade até o equipamento cultural. O próprio museu apresenta mobiliário urbano específico para incentivar o uso desse tipo de transporte, como o bicicletário.

- **Parque de estacionamento:** É possível observar alguns pontos nesta questão, a primeira é relacionada as vagas de estacionamento insuficientes. As vagas que estão situadas no terreno do museu são utilizadas por pessoas que geralmente não são os visitantes, nem usuárias do espaço público. São em sua maioria pessoas que trabalham nos estabelecimentos próximos do museu ou ainda que utilizam o comboio para se deslocarem até outros pontos da cidade. Dessa forma, seus veículos ficam parados no parque de estacionamento durante todo o dia, evitando a rotatividade desejada para a oportunidade de outras pessoas utilizarem o espaço. Outra questão é que não há vagas destinadas para ônibus, apenas um acesso para embarque e desembarque de passageiros junto a Avenida da Índia. Essa situação pode dificultar o acesso por ônibus de turismo e reduzir o número de visitantes que se deslocam até o museu por esse transporte.

## **Critério 02 – Acessos e ligações:**

- **Ligações com o entorno:** Quando analisados os acessos externos ao espaço público do museu são verificadas quatro situações, já que o terreno permite acesso pelos seus quatro limites.

Situação 01 – Avenida da Índia: Os passeios ao longo da Avenida da Índia são largos e amplos, transmitindo o sentimento de segurança para os pedestres, apesar do elevado fluxo de automóveis na avenida (Figura 35). É verificada a mesma cota no térreo do espaço público e no passeio, facilitando seu acesso. Essa parte do terreno ainda conta com os acessos para veículos, tanto para os automóveis particulares que utilizam o parque de estacionamento ou para os ônibus que utilizam o espaço para embarque e desembarque de passageiros.



Situação 02 – Jardim Afonso de Albuquerque: A dimensão dos passeios em frente ao Jardim Afonso de Albuquerque é bastante ampla, se tornando um convite para as pessoas adentrarem ao espaço público do museu (Figura 36). Como o térreo do espaço público e o passeio apresentam a mesma cota, o acesso ao interior do espaço público é facilitado.



*Figura 35. Passeio ao longo da Avenida da Índia*

*Figura 36. Passeio em frente à Praça Afonso de Albuquerque*

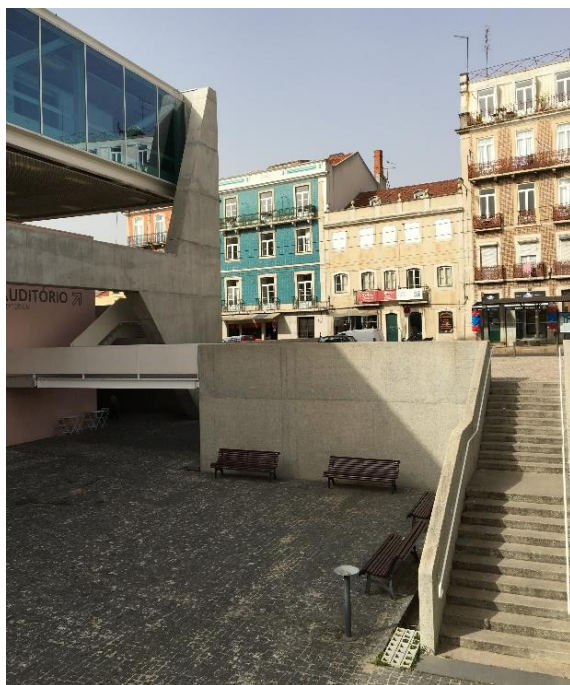
Situação 03 – Rua da Junqueira: Os passeios ao longo da Rua da Junqueira são estreitos e próximos ao fluxo de automóveis, mas quando encontram a área imediata do museu, sofrem uma abertura em relação a sua dimensão, melhorando a mobilidade e circulação de pessoas. Para acesso ao interior do espaço público é necessário que o usuário utilize escadas ou rampas, pois há um desnível no terreno entre o passeio e a praça interna do espaço público. Essa situação acaba por criar uma barreira de acesso, mesmo sendo utilizadas estratégias para tentar amenizar esse desnível (Figura 37).

Situação 04 – Antiga Rua da Alfandega: Os passeios localizados no limite do terreno com os fundos das edificações localizadas ao longo da Rua da Junqueira são fragmentos da antiga Rua da Alfandega, ou seja, são existentes, importantes historicamente, mas não se mostram convidativos. Os passeios e os acessos existentes nessa parte do espaço público apresentam um desnível de cotas, já que a cota da rua é diferente da cota do terreno. Novamente, essa situação cria um obstáculo para o acesso ao espaço público e mesmo com a instalação de escadas e rampas, o acesso acaba por não se tornar convidativo. (Figura 38)

Assim, é relevante constar que apesar do desnível no terreno em relação a rua em duas situações que acaba por inibir de forma sutil o acesso da população em alguns pontos, o acesso para o interior do espaço público é possível por todos os quatro limites do terreno. Essa dinâmica é importante para atrair um grande número de pessoas que percorrem a zona, independente do seu trajeto. Também é interessante observar que a ligação com a Rua da Junqueira é a mais prejudicada pela presença do desnível, e ao mesmo tempo é nessa rua que os residentes e frequentadores da zona costumam circular com maior intensidade, pois é a rua que possui um maior número de comércio e residências.

Ainda no sentido de acesso ao espaço público, há faixas de pedestres localizadas nas esquinas das ruas que circundem o espaço público, garantindo um acesso seguro. Não há faixas de pedestre ao longo da Avenida da Índia devido ao alto fluxo de veículos que transitam nesse local, e também devido a presença da linha de comboio. Com a intenção de garantir o acesso seguro para os usuários que percorrem esse trajeto será instalado uma circulação aérea entre a faixa ribeirinha e o museu. Atualmente existe uma que passarela que será desativada com a construção da nova.

- **Circulação interna:** A circulação interna do espaço público é feita de forma facilitada por qualquer pessoa e possui acesso a qualquer zona do terreno, incentivando a apropriação do espaço pelos usuários. A pavimentação escolhida para o espaço público é a mesma em toda a sua totalidade, criando um sentido de continuidade. Ao mesmo tempo essa escolha pode não ser a melhor para pessoas com mobilidade reduzida, ou até impossibilitar o acesso por deficientes visuais, por não apresentar pisos táteis específicos. Por se tratar de um equipamento cultural, é fundamental o acesso por qualquer tipo de pessoa, independentemente de suas condições físicas.



*Figura 37. Desnível entre o espaço público e a Rua da Junqueira*



*Figura 38. Rampa de acesso ao espaço público a partir da antiga Rua da Alfandega*

### **Critério 03 - Conforto:**

- **Proteção climática:** É notado que a base da edificação que abriga o museu é recuada, criando marquises ao longo do térreo do espaço público que protegem os usuários da chuva e fazem sombra em qualquer horário do dia. Mas ao mesmo tempo, abaixo das marquises não há nenhum tipo de mobiliário urbano, como bancos, para um maior conforto do público.

Quando verificada a proteção contra as grandes épocas de secas no verão e chuvas no inverno, não há nenhum tipo de estratégia que minimize os danos causados por esses fenômenos. Na parte superior do volume do auditório, visível apenas a partir do segundo pavimento do anexo, é possível visualizar um espelho d'água que poderia auxiliar nas épocas de seca. No entanto, fica distante e inacessível para os usuários do piso térreo, e apesar de auxiliar no microclima do espaço público, não possui grande significado.

Referente a insolação, as sombras dos edifícios ao redor da intervenção não interferem diretamente no espaço público, as edificações são caracterizadas por pouca estatura. A insolação do próprio edifício do museu que torna durante a manhã a praça interna mais iluminada com a presença da luz solar, enquanto durante a tarde, mais sombreada.

A intervenção esta localizada em uma zona muito próxima ao rio, e dependendo da ocasião, há a forte presença de vento. Essa situação ocorre principalmente nas principais circulações que direcionam até a praça interna do museu, que acabam por canalizar o vento. É verificado que uma pequena parte do espaço público que se torna mais aconchegante e protegido dos ventos, é a parte que apresenta a maior presença de usuários. (Figura 39)



*Figura 39. Zona do espaço público que recebe um maior número de usuários*

- **Qualidade acústica:** Quanto a presença de ruídos, o entorno do espaço público do museu apresenta um maior fluxo de automóveis na Avenida da Índia. Mas como o edifício principal é posicionado paralelamente a essa avenida, o edifício serve também como uma barreira sonora, protegendo o espaço público interno do museu. Quanto as outras duas ruas que circundam o museu, apresentam

um fluxo de veículos menos intenso, não afetando de forma significativa a qualidade acústica do espaço público.

- **Mobiliário urbano:** O espaço público é equipado com bancos, lixeiras, postes, bebedouros e bicicletário. Todos aparentam possuir um bom material e manutenção, mas parecem não estar locados de forma a permitir o seu melhor uso. Os bancos estão locados ao longo da praça interna do museu, possibilitando uma escolha de onde o usuário achar mais agradável, mas ao mesmo tempo, a maior parte costuma estar desocupado, indicando um mau posicionamento.

- **Vegetação:** O único lugar do espaço público que possui alguma vegetação é o parque de estacionamento, que possui árvores com o objetivo de proteger os automóveis dos raios solares em excesso.

- **Manutenção:** O espaço público apresenta uma imagem de se manter limpo e organizado, com a manutenção em dia. Há encarregados específicos para a limpeza do espaço, além de lugares específicos para o armazenamento do lixo. A realização dessas atividades é feita diretamente pela gestão do museu, regulando a frequência de acordo com a necessidade. Apesar do museu apresentar pouco tempo desde sua abertura, aproximadamente dois anos, é possível dizer que os materiais selecionados para serem utilizados na sua implantação parecem estar adequados quanto a resistência e durabilidade.

- **Segurança:** Todo o espaço público é destinado exclusivamente aos pedestres e possui apenas uma pequena área exclusiva para os automóveis, o parque de estacionamento. Essa situação torna o espaço bem dividido e não possibilita a mistura de usos entre os diferentes modais. Uma situação que pode gerar insegurança para alguns usuários é referente a alguns funcionários do museu que se apropriam erradamente do espaço público e estacionam seus veículos próximos ao edifício anexo, justificando que não encontram vagas disponíveis ao longo da zona. Essa situação pode trazer insegurança, mas também pode facilmente ser resolvida.

As possíveis visuais do exterior para o interior do espaço público são disponíveis por todas as frentes do terreno. E já dentro do seu interior, as visuais para o restante do espaço público são possíveis, tornando apenas algumas pequenas zonas mais íntimas e impossibilitadas da visualização por todos os lados, tornando-as um pouco isoladas e menos seguras.

Em outro âmbito também da segurança, é relevante constar que até o período atual não existem questões relacionadas a vandalismo ou furtos dentro do espaço público. Este é equipado com a presença de câmeras de vigilância e seguranças particulares, que acabam por complementar a segurança.



- **Iluminação:** O espaço público possui uma iluminação adequada durante o dia e a noite através de sistemas de iluminação ativos por células fotoelétricas.

- **Escala humana:** A partir da estratégia utilizada em recuar a base do equipamento cultural para uma melhor interação entre as pessoas e a edificação, é criada uma relação mais agradável para o público, beneficiando a escala humana.

#### **Critério 04 - Identidade:**

A partir das análises realizadas sobre a nova sede do MNC é possível identificar como diferencial do projeto do espaço público a grande forma como este é concebido e espacializado, transformando um espaço que anteriormente era privado e fechado para domínio público. É como se a cidade ganhasse um grande terreno a mais, uma grande área destinada aos pedestres.

Apesar desse diferencial no aspecto projetual, é observado que **falta algum elemento que diferencie o espaço público** do MNC dos demais espaços públicos formados pela sequência de equipamentos culturais da zona. **Falta alguma identidade específica** que estimule e motive os seus visitantes a passarem mais tempo nesse espaço.

Uma reflexão e sugestão é a apropriação do espaço público por alguma instituição que possa utilizar o auditório e expandir suas atividades para o espaço público imediato. O auditório é estrategicamente posicionado para possuir relação direta com o espaço público, e caso este seja utilizado com maior regularidade, a frequência do fluxo de pessoas e usuários também tende a aumentar, estimulando consequentemente a apropriação desse espaço. (Figura 40)



*Figura 40. Espaço público que possui ligação direta com o auditório  
(<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/66/1/2203> - Consultado em 05/2017)*

**Critério 05 - Atividades:**

- **Atividades externas:** O próprio museu não possui atividades programadas no seu espaço público, com o intuito de o utilizar para benefício próprio. As atividades que ocorrem na sua área externa são resumidas aos passeios de charrete que ligam o MNC ao Mosteiro dos Jerónimos, e uma vez ao ano, no dia internacional do museu, são elaboradas atividades especiais para essa data. É relatada a tentativa por parte da administração do museu em realizar algumas feiras e apropriações no espaço público, contudo é dito que estas atividades não obtiveram bons resultados.

- **Diversidade de usos, versatilidade e mobiliário urbano específico:** O espaço público do museu é caracterizado por uma expressiva continuidade devido sua extensa área sem barreiras, possibilitando a apropriação do espaço pelos seus usuários através de diferentes atividades e usos. Além de também permitir a realização de mais de uma atividade no mesmo lugar, tornando o espaço público flexível e versátil. Apesar dessa característica, o espaço público não possui incentivos para a sua apropriação pelo público, como mobiliários urbanos diferenciados que incentivem a prática de atividades específicas, ou até mesmo alguma diferenciação no piso ou no padrão da disposição dos seus bancos para incentivar usos diferentes. Assim, ao mesmo tempo que o espaço público possui a vantagem de ser versátil, flexível e aberto para novas alterações, este não possui estímulos para o seu uso, servindo apenas como zona de passagem e circulação de pessoas.

Entre as partes do espaço público que são mais utilizadas pelas pessoas, o espaço em frente as salas comerciais merecem destaque. Esses estabelecimentos se apropriam do espaço público e o utilizam como esplanada com mesas e cadeiras para seus clientes. Essa dinâmica é interessante para a ocupação do espaço público, mas ao mesmo tempo pode ficar restrita apenas aos clientes do estabelecimento, e não a população de uma maneira geral.

Para uma melhor observação das dinâmicas no âmbito deste critério, foram realizadas algumas visitas in loco em diferentes horários durante ao longo dia. Assim, é observado que o espaço público é utilizado pelos seus usuários como passagem ou para pequenas pausas, de até 10 minutos. A maioria dos usuários são turistas e estão conhecendo a zona de Belém, aguardam pelo resto dos seus grupos ou sentam para descansar e verificar o próximo destino no mapa, e logo vão embora.

**Critério 06 - Sociabilização:**

A forma como o espaço público auxilia nas interações humanas é algo mais subjetivo para determinar. Através das visitas in loco, é observado que o espaço público possui uma **baixa procura pela população local**. O espaço é caracterizado por um **baixo fluxo de usuários** ao longo do dia, e sua consequente

**baixa apropriação do espaço.** Essa situação por si só já é um sinal que a **sociabilização do espaço esta fraca.**

O projeto do espaço público do museu, elaborado pelos arquitetos, tem como objetivo a fomentação do espaço público pela comunidade, entretanto não é possível verificar essa dinâmica na prática. O espaço público **não oferece locais agradáveis para o convívio**, os bancos que estão posicionados ao longo do espaço público são distantes um dos outros, **não favorecendo a sociabilização dos seus usuários.**

#### **Critério 07 - Sustentabilidade:**

A partir da investigação e do contato com os projetistas e usuários, são verificados alguns itens que fomentam o âmbito da sustentabilidade no espaço público em destaque. A utilização racional dos recursos naturais é verificada a partir da utilização de sistemas de iluminação ativados por células fotoelétricas, e o uso de pavimentos semipermeáveis. O mobiliário urbano utilizado apresenta uma boa qualidade e é composto por itens como bancos, postes de iluminação, lixeiras, bebedouros e bicicletário. A boa acessibilidade dos transportes públicos também auxilia na sustentabilidade.

Assim, o espaço público possui algumas estratégias no âmbito da sustentabilidade, mas quando visualizado as tantas opções disponíveis para maximizar essa dinâmica, é percebido que esse âmbito poderia ter sido explorado de melhor forma, especialmente por se tratar de um espaço público vinculado a um equipamento cultural. Se fossem utilizadas mais estratégias, o próprio equipamento se beneficiaria dessas dinâmicas, e indiretamente traria benefícios para a própria cidade.

Com o intuito de uma melhor visualização dos resultados obtidos na apreciação técnica, são cruzados os critérios de orientações para boas práticas e as principais questões a observar em cada critério, com as percepções observadas para então produzir um quadro resumo com as principais informações (Tabela 9). Cada critério é avaliado a partir das principais questões identificadas para observar bons espaços públicos associados a equipamentos culturais, e então enquadrado como fraco, bom ou forte. Quando o espaço público apresenta baixa qualidade no tema em destaque é enquadrado como fraco, quando apresenta características referente ao tema, mas que poderiam ser complementadas para um melhor sucesso, bom, e quando apresenta boas características nesse tema, forte. O somatório de todos os resultados acerca da qualidade do espaço público do estudo de caso será abordado a seguir.

Tabela 9. Quadro resumo apreciação técnica

CRITÉRIOS DE ORIENTAÇÕES PARA BOAS PRÁTICAS	PRINCIPAIS QUESTÕES A OBSERVAR EM CADA CRITÉRIO	FRACO	BOM	FORTE
01. CONEXÃO COM O ENTORNO	- Relação com o entorno;		X	
	- Diversidade de usos;	X		
	- Rede de transportes públicos;			X
	- Transportes alternativos;			X
	- Parque de estacionamento.	X		
02. ACESSOS E LIGAÇÕES	- Ligação com o entorno;			X
	- Circulação interna.		X	
03. CONFORTO	- Proteção climática;		X	
	- Qualidade acústica;		X	
	- Vegetação;	X		
	- Mobiliário urbano;		X	
	- Segurança;		X	
	- Iluminação;			X
	- Manutenção;			X
	- Escala humana.		X	
04. IDENTIDADE	Elementos que estimule a atração de pessoas, características únicas, especificidades do lugar.	X		
05. ATIVIDADES	- Atividades externas;	X		
	- Diversidade de atividades;	X		
	- Versatilidade do lugar;		X	
	- Mobiliário urbano específico.	X		
06. SOCIABILIZAÇÃO	Ponto de encontro, fomentar e incentivar a sociabilização.	X		
07. SUSTENTABILIDADE	- A utilização racional e integrada dos recursos naturais;		X	



	- A utilização de materiais endógenos e amigos do ambiente;		X	
	- Mobiliário urbano e equipamentos em quantidade adequada;	X		
	- Boa acessibilidade;		X	
	- Manutenção fácil.		X	

#### 4.5. Resultados Estudo de Caso

O objetivo em realizar este estudo de caso é verificar de forma prática a qualidade de um espaço público associado a um equipamento cultural. A partir das investigações sobre o tema em destaque, visitas in loco, entrevistas e apreciações sobre a qualidade do espaço público do museu, é verificado que a qualidade desse espaço é associada principalmente ao resultado de duas diferentes etapas da intervenção: o projeto e a sua gestão. Quando o projeto de um espaço público é elaborado de forma a valorizar a apropriação do lugar pela população, e a gestão do mesmo espaço público é ativa no sentido de também incentivar sua apropriação, o resultado tende a ser um espaço público bem-sucedido e que consequentemente eleva a qualidade de vida da população. Quando alguma das duas etapas não segue esse objetivo por completo, o resultado apresentado pode não ser o esperado.

É notado que o espaço público do Museu Nacional dos Coches possui diversas características interessantes, principalmente quando comparado com a situação anterior a intervenção, mas ao mesmo tempo não suficientes para ser considerado um bom espaço público. Algumas características identificadas como de grande importância para um espaço público bem-sucedido, apontadas nos critérios de orientações para boas práticas, poderiam ter sido aplicadas no projeto do museu para explorar de melhor forma todo o seu potencial urbano, obtendo um resultado com maior êxito.

Com base no quadro resumo da apreciação técnica são verificadas que as acessibilidades do espaço público, quando verificadas suas conexões com o entorno, possuem boas características, ao mesmo tempo que faltam outras. A intervenção apresenta uma forte relação com o entorno, uma forte rede de transportes públicos e incentivo a transportes alternativos, contudo apresenta uma baixa diversidade de usos e um parque de estacionamento insuficiente. Quanto a acessibilidade dos seus acessos e ligações, há uma forte ligação com o entorno e uma circulação interna adequada.

É importante analisar o estudo de caso além do seu próprio terreno, buscar compreender as dinâmicas de todo o seu entorno. O mesmo acontece durante a elaboração do projeto, precisa ser pensado da forma que reflita positivamente em todo o território.

A zona de intervenção da nova sede do MNC não é escolhida ao acaso, o museu já possuía uma relação direta com a zona de Belém, mas como verificado, essa localização influencia diretamente no sucesso do espaço público. A zona da área de intervenção apresenta característica predominantemente residencial, situação que cria uma oportunidade para o espaço público atrair esses moradores para o seu interior, mas pela mesma falta de diversidade de usos, os moradores acabam preferindo sair da sua zona em busca de outras atividades como o lazer.

A relevância dada ao conforto dos seus usuários é adequada, mas não suficiente para estimular a apropriação do espaço. O mesmo acontece com as atividades possíveis no espaço público, o espaço se mostra versátil para a prática de diferentes atividades e usos, mas não se torna atrativo para a população, faltam elementos que apresentem esse papel. Durante as investigações, é possível perceber que de uma maneira geral nem os funcionários do museu se envolvem diretamente com o espaço público. Não é possível perceber um sentimento de pertença pelo lugar até por quem tem como o espaço público o cenário para sua vida cotidiana, tornando-o um lugar quase que despercebido para muitos.

É verificado que os utentes julgam o espaço público do museu muito frio e sem vida, e sentem falta de alguns elementos como a presença de vegetação e espaços mais íntimos para que possam se sentir mais confortáveis e consequentemente mais estimulados a ocuparem o lugar. Essa situação ocorre quando os projetistas acabaram por optar por um espaço público mais simples e enxuto para destacar a monumentalidade da edificação. Conforme apontado, foram utilizadas algumas estratégias na implantação da proposta com a intenção de dinamizar o espaço público em diferentes ocasiões, mas essas estratégias aplicadas isoladamente não resultam em um espaço público de elevada qualidade. Dessa forma, o espaço público é aberto para o uso coletivo, conforme intenção de projeto, mas não se torna atrativo para a apropriação das pessoas.

Outro fator interessante é que existe a preocupação do projeto em permitir a visibilidade do seu interior pelo exterior. Entretanto, apenas essa estratégia não garante uma boa relação entre os usuários do espaço público e o equipamento cultural, é preciso que o museu ofereça outros tipos de atividades que procurem estreitar essa relação, tirando proveito de todo espaço público que possui.

É verificada uma baixa procura da população pelo espaço público, indicando uma identidade e um nível de sociabilização baixos. Quanto aos itens relacionados a sustentabilidade, são existentes, mas a partir do leque de opções possíveis no cenário atual, é verificado que poderiam ter sido mais bem trabalhados.

Os critérios de orientações para boas práticas identificados no decorrer deste trabalho demonstram que o desenho do espaço público é importante, mas não apenas pela forma como as linhas são

posicionadas em busca de uma planta baixa com um formato interessante, e sim pela sua organização e consequentes oportunidades que o desenho fomenta. Com um exemplo do próprio museu, é possível citar a importância da implantação de bons mobiliários urbanos, mas que estes não sejam apenas dispostos ao longo do espaço público, e sim posicionados de forma coerente para que seja favorecida a relação entre os usuários.

A qualidade de um bom espaço público é constituída a partir da associação de diversos fatores, valorizando o âmbito da multidisciplinariedade. Conforme Brandão (2002), a metodologia de projeto tem um papel crucial na criação de um bom desenho, mas a criação de espaços com sucesso depende das capacidades do projetista e da visão e empenho de quem os executa e gere.

A nova sede do museu é projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha a partir do programa já determinado. O arquiteto apresenta soluções, estratégias e decisões projetuais de acordo com sua própria identidade e responde ao pedido proposto através da concepção de um edifício marcado pela sua arquitetura contemporânea. Vale ressaltar que não cabe a esse trabalho avaliar a forma ou o tipo de arquitetura escolhido pelo arquiteto para o projeto, mas sim refletir sobre a qualidade do espaço público resultante desta proposta.

O arquiteto PMR apresenta fortes características modernistas nas suas obras, e faz o mesmo no projeto do novo Museu Nacional dos Coches. Apesar de tornar o edifício icônico, a relação criada com o espaço público através da sua monumentalidade vai contra a criação de um espaço exterior que suporte e estimule a vida comunitária da zona além da utilização como equipamento cultural.

O principal objetivo buscado para a construção de uma nova sede para o MNC é a criação de um edifício com dimensões suficientes para reunir todo o acervo da coleção, objetivo alcançado com o novo edifício elaborado pelo arquiteto PMR. Mas a reflexão aqui feita é, apesar da requisição, por qual razão os profissionais da arquitetura e do urbanismo envolvidos no projeto não tiveram o mesmo cuidado na elaboração do espaço público como tiveram com a arquitetura. Se ambos os conceitos fossem bem elaborados e resolvidos, a cidade ganharia duas novas intervenções de sucesso e o museu seria muito mais procurado, obtendo um sucesso e destaque ainda maiores.

A gestão responsável pelo espaço público também apresenta grande responsabilidade sobre a sua apropriação, mas agora em outra fase da intervenção, quando o projeto já é definido, executado e entregue. É importante que a gestão perceba a importância do espaço público e tenha uma atitude proativa, criando oportunidades para incentivar a ocupação do espaço.

A diretora do Museu Nacional dos Coches é responsável por elaborar o programa solicitado para a nova sede e por representar as intenções do museu em algumas reuniões de elaboração da proposta junto com os arquitetos. A profissional é responsável pelo núcleo museológico do equipamento

cultural, mas compreende a importância do espaço público. Relata que já tomou partido em diversas situações com a elaboração de atividades na área externa do museu para tentar incentivar sua ocupação, algumas em parceria com a junta de freguesia, mas que no fim não resultaram. Existe uma responsabilidade do próprio museu em assegurar a manutenção correta do espaço público, assim como a sua segurança, mas não há uma gestão específica que procure meios de tornar o espaço mais atrativo através de parcerias com a junta de freguesia ou outras entidades que possam usufruir desse espaço.

É fundamental que todos os envolvidos, seus projetistas e sua gestão estejam cientes da importância do papel de cada um para um resultado próspero. Tornando todos os atores cientes e responsáveis pelo sucesso do espaço público, é possível evitar a discussão entre os projetistas e a gestão sobre quem deveria ser o responsável pelo seu sucesso, ou fracasso. É importante que essas entidades estejam interligadas para juntas utilizarem o espaço de forma a maximizar sua potencialidade, beneficiando a todos.

Considerando todas as análises realizadas, é possível afirmar que o espaço público do museu não pode ser considerado um exemplo de estudo de caso bem-sucedido. Conforme comentado, o térreo do terreno do museu é estrategicamente aberto para a utilização desse espaço pela população, criando dinâmicas que não existiriam se o mesmo térreo fosse fechado e impenetrável. Mas ao mesmo tempo poderia ter sido muito mais eficaz com o uso de conceitos identificados nos critérios de orientações para boas práticas, aproveitando ao máximo suas potencialidades e incentivando sua apropriação. Pequenas alterações no projeto resultariam em um lugar mais agradável e sustentável, atraindo um maior número de pessoas, aumentando sua visibilidade e contribuindo para a qualidade de vida da população.

O bom desenho de espaço público não é apenas uma questão de responsabilidade profissional, social e ambiental, é um investimento, que também deve acrescentar valor económico, possibilitando a criação de mais valias, rentabilidade e competitividade para a zona e a cidade. (Brandão, 2002)

A conclusão do estudo de caso é baseada em visitas ao museu, seu espaço público e seu entorno, além de informações coletadas ao longo do processo e conversas realizadas com diferentes atores. Para uma correta análise de um espaço público é necessário um alto conhecimento sobre o local e suas dinâmicas, caso contrário a avaliação pode ser superficial e não verdadeira

Vale ressaltar que o museu é recente e ainda não está completamente finalizado, faltando a ligação aérea que conecta o museu até a faixa ribeirinha. Esta situação demonstra que algumas características e dinâmicas podem surgir ou se transformar ao longo do tempo, entretanto, essa avaliação é realizada a partir da atual situação.

Todas as pistas necessárias para a realização dessa análise são guiadas a partir dos conteúdos apresentados durante as aulas do Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território, como a partir das revisões bibliográficas específicas aqui apresentadas. Os resultados obtidos através do estudo de caso em destaque servirão como pistas para a reflexão da qualidade de espaço público vinculados a equipamentos culturais no cenário das cidades contemporâneas.

#### 4.5.1. Crítica Utilização Critérios de Orientações para Boas Práticas

A aplicação dos critérios de orientações para boas práticas no estudo de caso demonstra que é possível utilizar uma das ferramentas já existentes para avaliar a qualidade dessa tipologia de espaço público, mas a partir do momento em que são elaborados critérios específicos para os espaços públicos associados a equipamentos culturais, as orientações ficam mais específicas e com maiores possibilidades de acerto. O destaque para as dinâmicas específicas que ocorrem em um espaço público vinculado a um equipamento cultural permite elaborar estratégias para esse caso específico, maximizando suas potencialidades e obtendo um melhor resultado que seja benéfico para o equipamento cultural, para o espaço público e também para a população, valorizando a cidade.

Os critérios de orientações para boas práticas podem ser utilizados como uma ferramenta para avaliar de forma simples a qualidade de um espaço público de um equipamento cultural, enquadrando cada critério como fraco, bom ou forte. Para um resultado realista é imprescindível que exista um elevado conhecimento sobre o objeto de estudo, levando em consideração informações sobre sua zona de intervenção, e as rotinas e dinâmicas presentes no equipamento cultural e no espaço público.

Avaliando a utilização dos critérios no estudo de caso, estes se mostram mais eficientes nas situações em que existe a possibilidade de quantificar ou observar de forma mais clara e prática os temas em destaque. Como exemplo, quando abordado sobre a rede de transportes públicos ou o parque de estacionamento no critério “Conexão com o entorno”, ou o mobiliário urbano e a iluminação existentes no critério “Conforto”. Entretanto, se mostram mais difíceis de aplicar nas situações em que os critérios apresentam um caráter mais subjetivo e complexo, como a “Identidade” e a “Sociabilidade”.

Do modo com que são elaborados a partir do somatório de três diferentes metodologias de avaliação, os critérios pretendem abordar todos os temas que são considerados fundamentais para um espaço público de qualidade. Entretanto, podem não abordar de forma profunda todos os temas, dificultando a interpretação com a falta de indicadores ou parâmetros necessários para um estudo mais completo e preciso. Mas como são considerados apenas orientações para boas práticas, os critérios são como diretrizes que pretendem direcionar de forma simples e geral os temas que considera mais significativos e merecem uma maior atenção para atingir resultados mais eficientes e positivos.



## 5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

### 5.1. Conclusões

A principal meta estabelecida nesta dissertação é centrada na compreensão sobre como os espaços públicos de qualidade são importantes para a vida urbana. O espaço público é apontado como elemento responsável pela estruturação da cidade. É considerado um lugar para a vida pública e que promove bem-estar, contribuindo positivamente para as cidades em termos sociais, econômicos e ambientais, aumentando as condições e a qualidade de vida urbana. Recebe destaque quando face a um mundo cada vez mais urbanizado, se mostra um elemento essencial nas estratégias propostas para as cidades em busca de um desenvolvimento sustentável.

Simultaneamente a crescente valorização contemporânea do espaço público, a cultura e os equipamentos culturais também se destacam no combate aos efeitos negativos da urbanização. Quando aliados o espaço público e o equipamento cultural, a estratégia pela busca por cidades mais atrativas, competitivas e sustentáveis se potencializa. A união desses dois elementos considerados relevantes para cidades mais prósperas, possibilita a criação de novos núcleos dinamizadores na cidade, auxiliando no crescimento econômico através do apoio a economias locais e da atração do turismo, na reafirmação da identidade local e também na diversidade social. A qualidade do espaço público reflete além do seu próprio território, reflete no seu entorno, potencializando o desenvolvimento da zona como um todo.

Apoiada em toda experiência investigatória sobre o tema em destaque é respondido o segundo objetivo proposto nesta dissertação: são apresentados sete critérios de orientações para boas práticas para espaços públicos associados a equipamentos culturais. A elaboração desses critérios tem como objetivo incentivar a discussão e a preocupação com esse tipo de espaço público, além de atuar como um apoio a tomada de decisões. Os critérios são formados por características identificadas como fundamentais para o sucesso dessa tipologia de espaço público, buscando orientar novos projetos com essa particularidade, ou auxiliar com pistas metodologias para corrigir aqueles que necessitam de intervenções para um melhor resultado. Os critérios também demonstram que os espaços públicos dependem de diversos fatores para um bom resultado, e que todos interferem para a sua qualidade, valorizando o âmbito da multidisciplinariedade.

A avaliação de um estudo de caso, no caso o Museu Nacional dos Coches de Lisboa, possibilita uma observação mais dinâmica acerca de um espaço público com essa tipologia. A escolha por utilizar um método de avaliação composto por mais de um ponto de vista permite uma observação mais ampla sobre qual a importância dada a esse lugar. A partir das apreciações, somadas a aplicação dos critérios

de orientações para boas práticas, e as próprias observações e percepções, é verificado que nem todas as características identificadas como fundamentais em espaços públicos associados a equipamentos culturais são aplicadas na prática. Indicando, portanto, que essa tipologia de espaço público não costuma receber a atenção necessária à sua importância.

Conforme verificado, o sucesso de um espaço público vinculado a um equipamento cultural é influenciado por diversos fatores, entretanto, é observado que o seu projeto e sua gestão recebem grande responsabilidade. O projeto deve ser desenvolvido a partir de um desenho que valorize a apropriação do espaço pela população, fomentando o desenvolvimento da vida cívica. A arquitetura e o espaço público devem ser considerados de forma conjunta, e não o espaço público apenas uma consequência da edificação. Dessa forma, ambos são valorizados e se tornam mais atrativos. É também fundamental que após a etapa referente ao projeto e execução do espaço, a sua gestão seja proativa de modo a valorizar o que foi criado e estimular a apropriação do lugar pelo público. A importância do espaço público deve ser compreendida por todos os atores envolvidos na intervenção, para que juntos procurem atingir um melhor resultado. O trabalho em conjunto de forma colaborativa maximiza as potencialidades e eleva o produto final.

Ainda é possível adicionar um terceiro fator fundamental para que um espaço público se torne de qualidade. É imprescindível que a população e os atores locais sejam levados em consideração, tanto durante a elaboração do projeto, quanto durante a definição pela gestão de quais atividades irá desenvolver para estimular a apropriação do espaço. Estes locais devem satisfazer as necessidades dos seus utilizadores através da adoção de um conjunto de características que cativem as pessoas a irem e permanecerem nesses espaços. Um ambiente urbano pensado para a população interfere diretamente em uma maior vivência, sociabilização e bem-estar, obtendo um melhor resultado. Assim, é necessário incentivar processos de participação nas dinâmicas do espaço público.

Um espaço público não precisa ser considerado perfeito em todos os requisitos para ser um bom espaço público. Deve buscar atribuir o máximo de características e qualidades para atingir altos índices em cada tema identificado como fundamental para espaços públicos de qualidade. Essa atitude procura alcançar um resultado mais sustentável para o espaço público que contribuirá para um desenvolvimento urbano mais sustentável.

Finalmente, considero que os objetivos propostos no início desta dissertação foram atingidos. Pretende-se com este estudo que o tema em destaque seja colocado em pauta para um maior alcance, e que possa servir como um alerta para a necessidade da atualização do valor dado aos espaços públicos face as novas realidades das cidades. Que motive não só posteriores investigações sobre o tema, mas que incentive um olhar mais atento aos profissionais da arquitetura e do urbanismo, para



que busquem conciliar as duas disciplinas, buscando um resultado ainda mais positivo. O trabalho ainda pretende servir como referência na elaboração de projetos de espaços públicos associados a equipamentos culturais, gerando contributos para estratégias de projeto e gestão desses espaços.

### 5.2. Limitações do trabalho

O assunto acerca do tema é bastante vasto, e infelizmente devido ao tempo escasso, não é possível aprofundar de forma mais alargada alguns assuntos desejados. Como exemplo:

- Questões relacionadas a parcerias do tipo público-privadas que podem representar um forte potencial para obter melhores resultados em espaços públicos associados a equipamentos culturais;
- Uma maior caracterização e avaliação dos exemplos apresentados no enquadramento sobre o tema: espaço público associado a equipamentos culturais;
- Uma elaboração mais profunda dos critérios de orientações para boas práticas, buscando apontar indicadores específicos para facilitar a análise;
- Testar os critérios de orientações para boas práticas em outros casos;
- Um estudo mais profundo sobre o estudo de caso que possibilite identificar pistas para intervenções de correção após avaliação, com a intenção de obter um resultado mais positivo do espaço público associado ao Museu Nacional dos Coches.

Diante disso, as lacunas encontradas emergem como contribuições em forma de sugestão para trabalhos futuros.

### 5.3. Recomendações Futuras

A partir da intenção de estender o tema em destaque nesta dissertação, são sugeridas recomendações futuras. A primeira é referente a reaplicação dos critérios de orientações para boas práticas em outros casos de espaços públicos associados a equipamentos culturais. A utilização dos critérios busca ser eficaz enquanto orienta os projetistas responsáveis pela elaboração de novos projetos desse âmbito, servindo como uma base de apoio e procurando indicar caminhos para atingir melhores resultados. Os critérios também podem auxiliar os responsáveis pelas intervenções de regeneração de espaços públicos já existentes e que podem apresentar resultados insatisfatórios. Através dos critérios são apontados mais facilmente quais são os temas que devem ser observados e repensados para atingir um resultado mais satisfatório do espaço público.

Como segunda sugestão, a criação de um programa que obrigue a participação de atores locais na fase de elaboração dessa tipologia de projeto. Essa atitude pode acarretar maior complexidade no processo do projeto, necessitando de um maior tempo para elaboração e provocando maiores custos. Entretanto, essa ação pode garantir que as necessidades das comunidades sejam espelhadas no espaço público, aumentando suas possibilidades de sucesso. A participação das lideranças locais e da população nesse tipo de intervenção cria uma maior consciência sobre a importância desse espaço na cidade, demonstrando como este pode ser uma ferramenta estratégica para alcançar uma comunidade e uma cidade mais sustentáveis.

A cidade e sua sociedade sofrem alterações ao longo do tempo, e consequentemente as necessidades e expectativas com o espaço público também podem mudar, oscilando sua qualidade. Da forma com que a qualidade do espaço público é obtida através de um processo gradual e evolutivo, o estudo desta temática não se esgota, necessitando de uma avaliação contínua para estar atualizado e ajustando-se as mudanças necessárias. Assim, os espaços públicos devem estar permanentemente em avaliação.

Vale ressaltar que para uma correta avaliação de um espaço público é fundamental que exista um profundo conhecimento sobre o lugar e todas as suas dinâmicas, caso contrário a percepção pelo espaço pode não ser fiel a realidade. Cada lugar possui suas especificidades e precisa de atenção para atuações também específicas.

## REFERÊNCIAS

AGHOSTIN-SANGAR, Venetin. (2007). Human behaviour in public spaces. (Dissertação de mestrado). University of New South Wales, Sydney, 2007.

ALEX, Sun. (2008). Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Ed. SENAC SP, 2008.

ALMEIDA, Ana. (2006). O valor das árvores na cidade: árvores e floresta urbana de Lisboa. (Tese de doutoramento). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2006.

ALMEIDA, Clarinda da Costa. (2004). O marketing das cidades. Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social, Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, 2004.

ALMEIDA, M.; GUTIERREZ, G.; MARQUES, R. (2012). Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. Obtido em: [http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade\\_vida.pdf](http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf)

ARAÚJO, Luís. (2007). Avaliação de espaços públicos: O caso de duas praças no concelho de Carminha. (Dissertação de mestrado) Universidade do Minho, Braga, 2007.

ÁVILA, Sofia Xavier. (2011). A cidade como personagem no cinema. (Dissertação de mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

BRANDÃO, Pedro; REMESAR, A. (2000) Espaço Público e a Interdisciplinaridade. CPD, Lisboa, 2000.

BRANDÃO, Pedro. (2011) O sentido da cidade: ensaios sobre o mito da imagem como arquitectura. Livros Horizonte, Lisboa, 2011.

BRANDÃO, Pedro; CARRELO, Miguel; ÁGUAS, Sofia. (2002) O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público. Almada: Centro Português de Design, 2002.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Z. (2000) El espacio público: ciudad y ciudadanía. Electa, Barcelona, 2000.

Câmara Municipal de Lisboa. (2009). Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024. Obtido em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara\\_Municipal/Carta\\_Estrategica/A\\_Carta\\_Estrategica\\_Lisboa\\_Comissariado.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Carta_Estrategica/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf)

Câmara Municipal de Lisboa. (2009). Relatório da pergunta 5: Como afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado? Obtido em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara\\_Municipal/Relatorio\\_da\\_pergunta\\_5.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Relatorio_da_pergunta_5.pdf)

lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara\_Municipal/Carta\_Estrategica/Relatorio\_5\_Identidade\_Cultu  
ra.pdf

Câmara Municipal de Lisboa. (2017). Consultado em maio de 2017: <http://www.cm-lisboa.pt/>

Câmara Municipal de Odivelas. (2012) Carta Municipal do espaço público: avaliação dos espaços exteriores de vivência coletiva do município de Odivelas. Odivelas, Portugal. Obtido em: [http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/CMEP\\_Avaliacao.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/CMEP_Avaliacao.pdf)

CCDR-LVT (2001). Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho de Espaço Público. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT). Obtido em: <http://www.ccdr-lvt.pt/files/54ef121756e234aaec998d8782bcd05b.pdf>

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE. (1998). Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração, CCRN. Glossário de Termos: Ordenamento do Território, Ambiente, Património Cultural e Reabilitação Urbana. Lisboa, Portugal.

DGOTDU. (2008). A identidade dos lugares e a sua representação coletiva: Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público. Lisboa, Portugal. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Obtido em: [http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/serie\\_politica\\_de\\_cidades-3.pdf](http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/serie_politica_de_cidades-3.pdf)

DGPC (2017). Direcção-Geral do Património Cultural. Consultado em maio de 2017: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

European Union. (2011). Regional Policy 2011. Cities of tomorrow: challenges, visions, ways forward. Obtido de: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow\\_final.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final.pdf)

FERNANDES, Ana. (2012a). Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto, 2012.

FERNANDES, Inês. (2012b). Requalificação do espaço público urbano: caso de estudo - bairro Olival de Fora. (Dissertação de mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

FRANCISCO, Marlene Duarte. (2005). Espaço público urbano: oportunidades de identidade urbana participada. Lisboa, 2005.

INE (2011). Instituto Nacional de Estatística (INE). Consultado em abril de 2017: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt)

Junta de Freguesia de Belém. (2017). Consultado em: maio de 2017. <http://www.jf-belem.pt/>

- GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. (2002) Novos espaços urbanos. Barcelona, 2002.
- GEHL, Jan. (2013). Cidades para pessoas. Barcelona, 2013.
- GOITIA, Fernando Chueca. (1982). Breve história do urbanismo. Editorial Presença, Lisboa, 2014.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- GRAEFF, Lucas; WAISMANN, Moisés; BERG, Oscar. (2015). Equipamentos culturais na região metropolitana de Porto Alegre: desafios e possibilidades de avaliação a partir das metas do Plano Nacional da Cultura. Obtido de: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/12337/9758>
- HIGUERAS, Ester. (2007). Urbanismo bioclimático. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.
- LYNCH, Kevin. (1997). A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MENDES, Luís. (2013). A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.
- MUSEU NACIONAL DOS COCHES (2015). Museu Nacional dos Coches: Lugar, projeto e obra. Uzina Books, Lisboa, 2015.
- MUSEU NACIONAL DOS COCHES (2017). Consultado em maio de 2017: <http://museudoscoches.gov.pt/pt/>
- MONTEIRO, Claudio. (2010). O domínio da cidade: a propriedade à prova no direito do urbanismo. (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.
- MORA, Maritza Rangel. (2002). Los Cien ..... del Espacio Público para la Vida Sociocultural Urbana. Mérida, 2002.
- ORNSTEIN, Sheila Walbe; ROMÉRO, Marcelo. (1992). Avaliação pós ocupação (APO) do ambiente construído. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP, 1992.
- PROJECT FOR PUBLIC SPACE (2017). Consultado em abril de 2017: <https://www.pps.org/>.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos. (2001). Arquitetura bioclimática do espaço público. Brasília, D.F: UnB, 2001.
- SILVA, Mariana. (2012). O espaço público na relação com equipamentos culturais: Os casos de Lisboa e Barcelona. (Dissertação de mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

TUAN, Yi-Fu. (1983). Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.  
Tradução de: Space and place: the perspective of experience.

UNESCO (2016). Culture urban future: global report on culture for sustainable urban development. Paris, França, 2016. Obtido de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002462/246291E.pdf>

UNIÃO EUROPEIA (2007). Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis. Leipzig, Alemanha, 2007.

UNITED NATIONS. (2015). United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division 2015. World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. New York, USA. Obtido de: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>

VIEGAS, Nélia Martins. (2013). Planeamento e gestão do turismo cultural enquanto fator de sustentabilidade: o caso da zona Belém/Ajuda, em Lisboa. (Dissertação de mestrado). Universidade do Algarve, Faro, 2013.

**ANEXOS****A. Checklist dos critérios específicos, “O chão da Cidade”, Brandão (2002)**

	PONTOS FORTES	ADEQUADO	PONTOS FRACOS	NÃO APLICÁVEL
<b>ELEMENTOS E ESTRUTURAS NATURAIS</b>				
Dimensionamento/Posicionamento (escala, relação com a envolvente, ...)				
Serviço/Performance (aspectos cénico-simbólicos, controlo microclimático, ...)				
Conservação/Resistência (capacidade de carga, exigências de manutenção, resistência à seca, ...)				
Coerência/Integração (no espaço e paisagem urbanos e na dinâmica dos ciclos naturais, ...)				
<b>ELEMENTOS DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA (ARTE PÚBLICA)</b>				
Dimensionamento/Posicionamento (especificidade do local, escala, relação com a envolvente, vistas, panoramas, ...)				
Serviço/Performance (lúdico-social; económico-institucional; educativo-cultural; cívico; ambiental, ...)				
Conservação/Resistência (longevidade, resistência às intempéries e ao vandalismo, manutenção, ...)				
Coerência/Integração (no espaço, envolvimento da comunidade, ...)				
<b>ELEMENTOS E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO URBANA</b>				
Dimensionamento/Posicionamento (interferência com vistas, panoramas, condições de circulação e apreensão, área de influência)				
Serviço/Performance (legibilidade, modularidade, eficácia, ...); acessibilidade visual; funções de orientação, direção, identificação, regulação;				
Conservação/Resistência (resistência às intempéries e ao vandalismo dos suportes, manutenção, ...)				
<b>EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO</b>				

A ponderar para cada tipo de equipamento e mobiliário indicado no texto				
Dimensionamento/Posicionamento (ergonomia, relação funcional/formal com a envolvente, alinhamentos)				
Serviço/Performance (desenho e leitura dos espaços, funcionalidade, acessibilidade, modularidade, diversidade, simbolismo, segurança, conforto, acessibilidade)				
Conservação/Resistência (resistência às intempéries e ao vandalismo, manutenção, facilidade de montagem/desmontagem e de substituição de componentes, materiais e fixações)				
Coerência/Integração (no espaço e paisagem urbanos, ...)				
ELEMENTOS E SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO				
Dimensionamento/Posicionamento (relação funcional/formal com a envolvente, identidade)				
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, modularidade, diversidade, simbolismo, segurança, conforto, ...)				
Conservação/Resistência (resistência às intempéries e ao vandalismo, manutenção, facilidade de montagem/desmontagem e de substituição de componentes, consumo, ciclo de vida)				
Coerência/Integração (no espaço e paisagem urbanos, ...)				
INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIAS E TRANSPORTES (RUAS E PASSEIOS)				
Dimensionamento/Posicionamento (relação funcional/formal com a envolvente e com os fluxos de circulação, dotação de estacionamento, níveis de velocidade)				
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto, ...)				
Conservação/Resistência (relação com as infraestruturas, ...)				
INFRA-ESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS				



Dimensionamento/Posicionamento (relação funcional/formal com a superfície, ...)				
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, ...)				
Conservação/Resistência (relação com a superfície, facilidade de manutenção e substituição, ...)				
Coerência/Integração (no espaço urbano, na rede viária e na dinâmica dos locais, ...)				
INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIAS E TRANSPORTES (RUAS E PASSEIOS)				
Conservação/Resistência (relação com as infraestruturas, materiais, facilidade de manutenção, ...)				
Coerência/Integração (no espaço e paisagem urbanos, na rede viária e na dinâmica dos locais, ...)				
ESTACIONAMENTO				
Dimensionamento/Posicionamento (dotação, relação funcional/formal com a envolvente e com os fluxos de circulação)				
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto, ...)				
Conservação/Resistência (relação com as infraestruturas, materiais, facilidade de manutenção, ...)				
Coerência/Integração (no espaço e paisagem urbanos, na rede viária e na dinâmica dos locais, ...)				
PAVIMENTOS				
Dimensionamento/Posicionamento				
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto, simbolismo, ...)				
Conservação/Resistência (relação com as infraestruturas, materiais, facilidade de manutenção e substituição, ...)				
Coerência/Integração (no espaço e paisagem urbanos, na rede viária e na dinâmica dos locais, ...)				

AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA, PREGNÂNCIA E OUTRAS QUALIDADE DO DESENHO				
AVALIAÇÃO GLOBAL DO PROJECTO				